

Cadernos do CEDI 14

CANAVIEIROS EM GREVE

Campanhas Salariais
e Sindicalismo



KARDEX	(X)
ME	(✓)
PP	()
DOC. GERAL	()

Cadernos do CEDI 14

CANAVIEIROS EM GREVE

Campanhas Salariais e Sindicalismo

CEDI
Centro Ecumênico de Documentação e Informação
São Paulo
Dezembro de 1985

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Conselho Editorial
Aloizio Mercadante Oliva
Jether Pereira Ramalho
José Oscar Beozzo
Rubem Alves
Zwinglio Mota Dias

Rua Cosme Velho 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis 983
Telefone: 66-7273
01238 São Paulo SP

Pedidos para:
Cadernos do CEDI
Av. Higienópolis 983
01238 São Paulo SP

Edição deste caderno
Regina C. Reyes Novaes e
Programa Igreja/Movimento Camponês
do CEDI

Coordenação
Neide Esterici
José Roberto Pereira Novaes

Programação Visual
e Produção Gráfica
Diana Mindlin

Composição e fotolitos
Linoart/Fototraço

Impressão e acabamento
Prol Editora Gráfica Ltda.

Foto da Capa
Nair Benedicto/F4

ÍNDICE

- 1 **Apresentação**
Neide Esterci
- 3 **Introdução**
José Roberto Pereira Novaes
- 7 **Nota de edição**
Regina C. Reyes Novaes
- 9 **ABERTURA DO ENCONTRO: O REENCONTRO DE ELIZABETH TEIXEIRA COM OS TRABALHADORES DE CANA DA PARAÍBA**
- 9 **Exposição de Elizabeth**
Elizabeth substitui João Pedro na direção da Liga
O Golpe de 64: fugas e perseguições
Um exílio no Rio Grande do Norte
1981: Elizabeth inicia uma caminhada de reencontro com sua história
"No campo e na cidade: vamos enfrentar a luta"
- 16 **O debate**
As propostas da platéia
O que mudou de lá pra cá?
- 18 **A CONTAG, AS FEDERAÇÕES E OS MOVIMENTOS GREVISTAS**
- 18 **Exposição de Francisco Urbano, diretor da CONTAG**
1968: Eleição na CONTAG
1979: III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais
Os dissídios coletivos: novas formas de encaminhamento
Canavieiros do Rio Grande do Norte
A campanha trabalhista na Paraíba
O papel da CONTAG nas lutas
Greve e repressão
As lutas coletivas e o movimento sindical
- 23 **Exposição de Álvaro Diniz, presidente da FETAG — Pb**
A repressão durante a greve na Paraíba
Uma avaliação da campanha salarial
- 26 **O debate**
Proposta
Questões mais discutidas
Aspectos do debate

**32 DISSÍDIO COLETIVO, LEI DE GREVE E LUTA PELO CUMPRIMENTO:
ASPECTOS JURÍDICOS**

**32 Exposição de Dr. Romeu da Fonte, advogado da Federação dos
Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAPE)**

Contratação coletiva fria e contratação coletiva quente

Seria apenas a lei 4330 que atrapalha a greve?

Os mecanismos venenosos a lei (anti) greve: 4330

Mobilização: "romper a lei por dentro"

"Procurar tirar o veneno da cobra a vacina"

Criatividade e mobilização: ampliando o espaço democrático

"Greve é comportamento da classe trabalhadora"

A questão do cumprimento do dissídio coletivo

**40 Exposição do Dr. Wanderley Caixe, advogado e coordenador do Centro de
Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular, João Pessoa (CDDH-EP)**

O processo de instalação do dissídio e questão do cumprimento

"A gente tem que ir ao fundo da crítica, senão não cresce"

44 O debate

Propostas

Questões mais discutidas

Transcrição do debate

**50 AS CAMPANHAS SALARIAIS DOS CANAVIEIROS DE PERNAMBUCO:
PREPARAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E LUTA PELO CUMPRIMENTO**

**50 Exposição de Agápio Francisco da Costa, presidente do
S.T.R. de São Lourenço da Mata**

"Preparar a panelada"

Organização e mobilização durante a greve

1984: "Uma panelada diferente"

"Greve é um direito de vida"

54 Exposição de Pedro Luís de Assumpção, presidente do S.T.R. de Igaracú

A preparação

A greve

O cumprimento

57 O debate

Propostas

Questões mais discutidas

Perguntas e respostas

**63 CANAVIEIROS DO RIO DE JANEIRO: PREPARAÇÃO PARA
CAMPANHA SALARIAL, ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO
PARA A GREVE E PARA O CUMPRIMENTO**

**63 Exposição de José Rodrigues Sales, membro da diretoria do
S.T.R. de Campos, RJ**

A preparação

A 1.^a Assembléia

A 2.^a Assembléia e a decisão pela greve

A negociação

Greve pelo cumprimento

O movimento pelo cumprimento na Usina Barcelo

As conquistas e a campanha para 1985

**68 Exposição de Jaci Pereira Silva, membro da diretoria do
S.T.R. de Itaboraí, RJ**

- 69 **O debate**
Denúncia
Perguntas colocadas pelos participantes
Perguntas e respostas
- 73 **CANAVIEIROS DE SÃO PAULO: CAMPANHAS SALARIAIS E GREVES**
- 73 **Exposição de José de Fátima Rodrigues, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, SP**
A necessidade de fundar o S.T.R. de Guariba
Como se faz a greve por lá
Existe lei que manda dismantelar piquete na cacetada?
A questão da negociação a nível estadual
Apoio e articulação entre sindicatos
- 79 **Exposição de Hélio Neves, presidente do S.T.R. de Araraquara, SP**
1983: novas formas de luta
Maio de 1984: o início das greves
Perspectivas atuais: negociação durante a safra
A participação da CONTAG
As divergências no interior do movimento sindical
- 84 **O debate**
Questões e esclarecimentos entre S.T.R. de Guariba, FETAESP e CONTAG
Questões mais debatidas/ Aspectos do debate
- 89 **CAMPANHA SALARIAL E A PRIMEIRA GREVE DOS CANAVIEIROS DA PARAÍBA**
- 89 **Exposição de Nivaldo Albino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caaporã**
A campanha em Caaporã: preparação
A deflagração da greve
Fim da greve e luta pelo cumprimento
- 92 **Exposição de Waldemar Freire, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de SP**
- 93 **Exposição de José Raimundo de Andrade, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pirpirituba**
Lutas de resistência na Paraíba
Organização dos assalariados
A comissão canavieira do Estado da Paraíba
A campanha trabalhista
1984: a campanha salarial na Paraíba
- 96 **Exposição de Cícero Leonardo, membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilõezinhos**
A greve na Paraíba foi na hora oportuna
- 98 **O debate**
Denúncia e apelo
Questões mais debatidas
Aspectos do debate
- 103 **ENCERRAMENTO DO ENCONTRO**
- 104 **ANEXOS**
Nota de apoio aos agricultores de Camocim
Nota de apoio aos agricultores de Varelo
Nota da CUT em apoio ao Encontro

Apresentação

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) vem desenvolvendo uma série de atividades no sentido de registrar, refletir e estimular a discussão acerca dos movimentos de trabalhadores e igrejas comprometidas com as aspirações populares.

As pessoas que como colaboradores ou funcionários efetivos compõem a equipe do CEDI têm entendido as atividades que se inscrevem nesta perspectiva como uma espécie de pesquisa-assessoria ou pesquisa-movimento, querendo com estas expressões indicar a intenção de exercer a assessoria juntamente com o esforço de socializar a reflexão crítica acerca das práticas dos grupos assessorados e da própria assessoria.

O **Encontro de Canavieiros** realizado na Paraíba em março de 85 com a presença de 150 trabalhadores, dirigentes e assessores sindicais, assim como a publicação das explanações e debates havidos então, estão afetos especificamente ao Programa **Movimento Camponês e Igrejas**. Este Programa realiza seu trabalho no sul do Pará junto às equipes da Comissão Pastoral da Terra — Regional Araguaia-Tocantins e da Diocese de Conceição do Araguaia; na Paraíba atua junto a sindicatos e grupos da Igreja Católica de João Pessoa e da Diocese de Guarabira.

No sul do Pará o segmento camponês mais importante são os posseiros e uma das questões que se colocam hoje para os agentes de pastoral com relação a este segmento se refere ao grande número de transações de compra e venda de terras camponesas registrado em comunidades até bem pouco tempo envolvidas na luta pela terra. O trabalho do CEDI nesta área atende à solicitação dos agentes de pastoral no sentido de com eles tentar equacionar o que está em jogo na situação e o que leva os posseiros a investirem nestas transações. Os resultados deste trabalho serão em breve divulgados.

Na Paraíba, a assessoria do CEDI tem trabalhado junto com outros centros de assessoria, respondendo a demandas e acompanhando a dinâmica do movimento de trabalhadores assalariados da cana-de-açúcar. Partindo do pressuposto de que as formulações acusatórias feitas mutuamente pelas duas correntes do movimento sindical (peleguismo e reformismo, de um lado, e divisionismo e radicalismo, do outro) não ajudam a compreender as diferenças de concepção e encaminhamento das lutas, entende-se que o diálogo aberto é uma das formas pedagógicas de instruir as lideranças de base, desmistificar as acusações e dar consistência às discussões. A publicação de **Canavieiros em Greve, Campanhas Salariais e Sindicalismo** oferece agora a possibilidade de avaliação desta proposta e a oportunidade de ampliar ainda mais o debate em torno das questões colocadas no Encontro.

Rio de Janeiro, novembro de 1985

Neide Esterici

Professora do Departamento de Ciências Sociais
da UFRJ
Coordenadora do Programa **Movimento Camponês
e Igrejas** do CEDI.

Introdução

O objetivo deste Caderno é registrar e socializar as discussões travadas durante o *Encontro de Canavieiros* promovido pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Paraíba, (FETAG - PB), com o apoio do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), em João Pessoa nos dias 16 e 17 de março de 1985.

Nesta ocasião lideranças sindicais da zona canavieira da Paraíba, acompanhadas por pequenos grupos de trabalhadores de seus municípios, reuniram-se para discutir questões referentes à primeira Campanha Salarial, Greve e Dissídio Coletivo em seu estado, e também para trocar experiências com sindicalistas da área da cana dos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Estiveram presentes também, atendendo ao convite da FETAG - PB e do CEDI, Elizabeth Teixeira, liderança camponesa, Francisco Urbano, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Romeu da Fonte, assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAP), Wanderley Caixe, assessor jurídico do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular (CDDH-EP). Assim como se fizeram presentes representantes de outras entidades de assessoria e apoio que se propõem a contribuir também com as lutas dos assalariados no campo. Tais como: CENTRU (Centro de Educação do Trabalhador Rural), FASE (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional), SEDUP (Serviço de Educação Popular), CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços), CEDITER, da Chapada Diamantina, Bahia, CDDH-GB (Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Guabira), CDDH-JP (Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Arquidiocese de João Pessoa).

Se este *Encontro de Canavieiros* teve alguma originalidade em relação a outros encontros semelhantes, ela reside no próprio processo de organização do evento.

O objetivo do CEDI, através do Programa Igreja/movimento camponês, não era patrocinar uma reunião de sindicalistas e trabalhadores ligados à área da Igreja Progressista na Paraíba. Encontros deste tipo são periodicamente organizados pela Pastoral Rural. Não era também nossa intenção reunir apenas sindicalistas e trabalhadores rurais próximos à CUT. A própria central sindical — a nível regional — tem se encarregado disto. Por outro lado, não se tratava também de patrocinar uma reunião da FETAG-PB, que também as realiza periodicamente segundo uma pauta e uma maneira de fazer própria.

Tratava-se de criar um espaço diferente, com o intuito de que ali fossem discutidas as mesmas questões que se colocam geralmente nos encontros, mas de outra forma. Em outras palavras, não seria apenas "um espaço para reflexão" onde se reúnem pessoas que pensam de forma semelhante. Nem tampouco uma reunião formal, como instância decisória, dirigida por aqueles que estão na coordenação do movimento sindical a nível estadual.

A idéia inicial era promover o Encontro a partir do Pólo Sindical Brejo I, que conta com a assessoria do SEDUP e do CEDI. No entanto, ao levar adiante esta idéia, percebeu-se que se corria o risco de não atingir e reunir sindicalistas e trabalhadores de outros polos sindicais do estado, os quais atenderiam apenas a uma convocação da FETAG-PB.

A partir daí elaborou-se uma proposta para a FETAG-PB. A Federação promoveria o Encontro, em conjunto com o CEDI, garantindo a presença de convidados com diferentes experiências e concepções sindicais. Assim foi feito.

Contudo, é preciso ressaltar que as diferenças de experiências e concepções entre os sindicalistas que compuseram as mesas para falar sobre o movimento dos canavieiros em seus estados não tinham os mesmos contornos e nem necessariamente claras divergências. Se no caso de São Paulo pode-se localizar claramente a diferença no âmbito das divergências entre CONCLAT e CUT, em outros estados prevaleceram outras características diferenciadoras. No que tange ao relato da experiência dos canavieiros de Pernambuco, por exemplo, menos do que o contorno CUT e CONCLAT, as diferenças entre os dois sindicalistas presentes se evidenciaram em termos de trajetórias: um deles já há muito no movimento sindical e totalmente identificado com os caminhos trilhados pelo movimento sindical em seu estado; o outro em seu primeiro mandato, fruto de recente oposição sindical vitoriosa, apoiada por movimento da área da Igreja Católica "comprometida". Para falar do Rio de Janeiro, por sua vez, estiveram presentes sindicalistas que não estiveram propriamente na direção do movimento dos canavieiros: um deles, apenas suplente de diretoria, se destacou durante a greve de 1984, surpreendendo a própria diretoria em exercício e o outro, pertencente à diretoria de sindicato vizinho, funcionou como apoio durante a Campanha salarial. Finalmente no que diz respeito à Paraíba, a composição da mesa obedeceu ao critério de representação dos 4 pólos sindicais que correspondem, dois a dois, à maior proximidade à CUT e à CONCLAT.

A possibilidade de ouvir relatos de sindicalistas com inserção tão diferenciada no movimento sindical foi enriquecedora. Entretanto esta experiência de fazer um Encontro a partir do movimento sindical, no caso da FETAG-PB, incorporando como critério para a organização das mesas as diferenças em termos de concepções, trajetórias e lugares diversos na estrutura sindical, acarretou momentos de tensões e ambigüidades. Como os trabalhadores rurais da Paraíba (lideranças e base) eram a maioria entre os presentes, houve momentos em que, enquanto participantes se comportavam como se estivessem em uma assembléia com poderes decisórios, encaminhavam ou reclamavam por propostas concretas. Em outros momentos, como a direção dos trabalhos estivesse a cargo do CEDI e da FETAG-PB, se aproveitavam da "duplicidade de poder" de condução da mesa e entravam em questões específicas e internas ao movimento, a chamada

“roupa suja”. Ainda em outras ocasiões predominaram as características de “Encontro de reflexão”, sobressaindo a reafirmação de questões de princípio.

Dentre as questões levantadas destacaremos três pela sua recorrência durante o Encontro.

A primeira diz respeito às opções colocadas pelos canavieiros dos diferentes estados em termos da utilização ou não dos dispositivos legais para o encaminhamento do movimento. Os movimentos grevistas de canavieiros de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte se distinguem, neste sentido, dos movimentos de São Paulo e Rio de Janeiro. Enquanto os primeiros se pautaram pela “Lei de greve”, 4330, utilizando a greve como instrumento de mobilização e pressão durante o julgamento dos Dissídios Coletivos pelo Tribunal Regional do Trabalho, os últimos utilizaram as greves como instrumento de luta para exigir negociação e celebrar acordos coletivos de trabalho, diretamente com a classe patronal. A questão do *legalismo* ou do *não legalismo* se colocou e alguns elementos (como conjuntura nacional e estadual, correlação de forças) foram apresentados para relativizar o significado desta dicotomia.

Recorrente também foi a questão do *cumprimento* seja dos Dissídios ou dos Acordos Coletivos. A insistência nesta questão pode ser explicada, ao nosso ver, pela ansiedade e expectativa dos canavieiros da Paraíba, na ocasião há quatro meses do primeiro Dissídio. O que parece ter ficado claro em termos de todos os estados é que nem os dissídios e nem os acordos asseguram, por si, o cumprimento. A cotidiana “luta pelo cumprimento” é uma necessidade vital dos movimentos. Os “paradeiros para o cumprimento” nos casos de Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro têm se colocado cada vez mais. Em São Paulo — como foi citado — os trabalhadores da laranja partiram para o novo movimento grevista para reformular o acordo, mesmo durante sua vigência.

Esta questão remete a outra, justamente a terceira para a qual gostaríamos de chamar atenção: a questão da situação e estrutura sindical. Para assegurar o *cumprimento* em relação às vitórias alcançadas durante os movimentos grevistas necessita-se de uma luta cotidiana onde estejam articuladas direções de sindicatos de trabalhadores rurais e suas bases. Entretanto, o descompromisso de determinadas lideranças sindicais é patente. Coloca-se então uma questão paradoxal: por um lado pode ser considerado positivo o fato de se chegar a uma Campanha Salarial conjunta de toda a região canavieira de cada estado, já que assim aumenta-se obviamente o poder de pressão e a margem de barganha; por outro lado, para que isto seja feito, torna-se necessário “empurrar” certas diretorias sindicais. Durante a greve a coordenação nacional e estadual logra mobilizar tais diretorias, já que as reivindicações e formas de encaminhamento encontram eco nas bases dos sindicatos. Porém, a luta pelo cumprimento, que deve ser feita no dia a dia, retorna às mãos destas direções descomprometidas. A renovação destas diretorias foi considerada por sindicalistas de Pernambuco e Paraíba como urgente e muito necessária para a continuidade do movimento. Um dos sindicalistas de São Paulo chegou a se perguntar se o fato dos acordos serem feitos a nível estadual, englobando sindicatos mais comprometidos e outros menos comprometidos, não leva necessariamente ao fortalecimento dos menos combativos, que se apropriam das “vitórias” sem nada ter feito para chegar a elas.

Do nosso ponto de vista, apesar das imperfeições que podem ser facilmente percebidas seja na composição das mesas, seja na condução dos debates, o *Encontro dos Canavieiros* teve um saldo positivo. Podemos enumerar alguns pontos, neste sentido:

Articulação das lideranças de trabalhadores canavieiros a nível regional e a nível nacional. O espaço do Encontro foi utilizado também para conhecimento e troca informal de idéias entre sindicalistas dos diferentes estados que até então não tinham tido oportunidade para isto.

Circulação de informações: as exposições do assessores jurídicos, os relatos substantivos sobre o movimento em cada um dos estados, a retrospectiva dos diferentes momentos do movimento sindical feita pelo representante da CONTAG e da FETAG-PB, garantiram uma massa de informações que passou a fazer parte do universo de reflexão e da argumentação de várias lideranças sindicais e trabalhadores presentes.

Divulgação junto à opinião pública: a imprensa local cobriu o Encontro colocando a questão dos canavieiros, quatro meses após o primeiro movimento grevista, novamente na ordem do dia. Cabe salientar que já no dia 19 de março, respondendo a notícias sobre o Encontro, a Delegacia Regional do Trabalho se manifestou através do jornal *O Norte*, reconhecendo sua deficiência "de fiscalizar a zona rural na Paraíba em razão dos recursos estarem muito escassos".

Reencontro com um passado de lutas através da presença de Elizabeth Teixeira. O *Encontro de Canavieiros* foi a primeira oportunidade que Elizabeth Teixeira, líder camponesa da Liga de Sapé no início da década de 60, teve, após tantos anos, de se dirigir aos trabalhadores rurais de seu estado. Além da emoção visível em Elizabeth e naqueles que a escutavam, o resgate do passado torna-se importante em um momento de retomada das lutas, como é o atual.

José Roberto Pereira Novaes

Nota do Editor

O presente Caderno não corresponde a uma transcrição literal das fitas gravadas durante o Encontro de Canavieiros.

Um trabalho de edição se fez necessário para transformar o material transcrito em texto compreensível ao leitor.

Transformar a linguagem falada em linguagem escrita significa suprimir certas expressões repetidas, certos vícios de linguagem e fazer, pelo menos, aquelas correções de concordância que, se não forem feitas, podem prejudicar o entendimento.

Estabeleceram-se, ainda, alguns critérios para a edição das exposições e dos debates.

Quanto às exposições suprimiu-se, sinalizando com reticências entre parênteses: a) certas alusões ou digressões que — no clima do Encontro — foram compreensíveis para os participantes, mas exigiriam notas maiores que o próprio texto para se tornarem compreensíveis ao leitor; b) citações nominais de sindicatos de trabalhadores rurais “descomprometidos” com as lutas dos canavieiros — também justificáveis no clima do Encontro — mas que publicadas poderiam criar problemas internos ao movimento sindical.

Quanto aos debates a preocupação básica foi oferecer ao leitor determinada seqüência que facilitasse o entendimento. Neste sentido não foi possível manter um único critério. Alguns puderam ser transcritos praticamente na íntegra pois o encadeamento das perguntas e respostas já permitia o entendimento. Em outros foi necessário agrupar assuntos, isto porque — como durante o Encontro se respeitou a ordem das inscrições — os assuntos se intercalavam e a resposta para uma questão só se fazia após várias intervenções.

Por outro lado, apelou-se para resumos ou supressão de alguns momentos “emocionantes” dos debates. Certamente resumindo o acontecido em tais momentos e suprimindo acusações pessoais — a “lavagem de roupa suja” — como foi definido no próprio Encontro, se empobrece este Caderno, tornando-o talvez menos atrativo aos leitores. Contudo optou-se por este procedimento já que a dinâmica do próprio movimento supera velhas divergências e ao mesmo tempo cria outras em tal velocidade que não seria politicamente aconselhável aqui cristalizá-las em termos pessoais.

Outro problema que se apresentou diz respeito ao nome dos participantes no debate. Nem sempre foi possível recuperar através das fitas os nomes daqueles que a partir da platéia usaram o microfone. Optou-se, então, como regra geral apresentar apenas certa qualificação dos mesmos, por exemplo: diretores de sindicatos, trabalhadores sindicalizados, assessores de entidades de apoio.

E, ainda, como geralmente ocorre nas gravações, aconteceram interrupções causadas pelas trocas de fitas ou por barulhos externos. Procurou-se indicá-las.

Enfim, espera-se com a edição deste Caderno trazer ao público interessado — sindicalistas, assessores e pesquisadores — material que em alguma medida contribua para o melhor entendimento e para avanço das lutas dos trabalhadores da cana-de-açúcar.

Regina Reyes Novaes

O reencontro de Elizabeth Teixeira com os trabalhadores da cana da Paraíba

Exposição de Elizabeth

Companheiros, o companheiro já falou que sou Elizabeth Teixeira, a viúva de João Pedro Teixeira, que foi assassinado no dia 02/04/62. Muitos companheiros já sabem a história, mas muitos dos jovens não têm conhecimento ainda da história. João Pedro Teixeira chegou no município de Sapé em 1954. Começou a organizar o homem do campo para que fundasse ali uma associação dos trabalhadores e plantadores. Naquela época foi dado o nome de Liga Camponesa. Em 1958, João Pedro fundou a Liga, através de muita luta no campo. Todos companheiros sabem que não é fácil unir o homem do campo por conta da repressão que existe dos proprietários, então, foi um esforço muito grande de João Pedro. Foi com muita força e muito talento que ele chegou a unir o homem do campo e fundar a associação em Sapé. Companheiro, a repressão era grande contra João Pedro. João Pedro foi preso muitas vezes, batido, chegava com as costas roxa de pau da polícia de Sapé da Paraíba. Mesmo assim, João Pedro nunca chegou um dia para ele falar pra mim: "Ah companheira a luta é pesada, é dura". Continuava no campo, unindo o homem do campo, falando



*Elizabeth Teixeira
(foto Nair Benedicto/F4)*

para o homem do campo que era preciso eles se unirem, se organizarem para se libertar da miséria, da fome, das injustiças que existem no campo. Então a liga foi fundada dentro de Sapé. O homem do campo tomando consciência e a se associar. Mas, dado o homem a se associar, ele era botado da terra pra fora quando o proprietário tomava conhecimento que ele estava na liga, que ele tinha tirado a carteira da liga, jogava o homem pra fora. João Pedro ia lá, entrava em entendimento com ele e protestava contra aquele despejo e assim era a continuidade da luta no campo. O homem do campo espancado, João Pedro preso. Chegou dias de 62, quando os proprietários viram que de maneira nenhuma João Pedro desistia da luta várias vezes ofereceram oferta de dinheiro para que João Pedro renunciasse à luta. Na época da renúncia de Jânio Quadros, João Pedro preso na Paraíba retirado para o Recife ficando 18 dias no quartel em Recife, quando uniram os proprietários da Várzea Paraibana e fizeram oferta de dinheiro a ele, para que ele renunciasse à luta, para que ele pegasse aquele dinheiro, fosse negociar, fosse sobreviver bem os filhos (...) João Pedro deixou lá arquivado: "renuncio toda essas ofertas, voltarei para o campo e continuarei a luta unida o homem do campo porque não é só João Pedro e nem a família de João Pedro que está com fome, descalço, analfabeto lá no campo. É milhares e milhares de camponeses em todo o nosso país morrendo de fome, injustiçado no campo" (...) A nossa casa era rondada, batida nas portas altas horas da noite para que João Pedro abrisse a porta para eles matar. Então, quando eles de maneira nenhum conseguiam (...) conseguiram um soldado e um cabo da polícia e o vaqueiro do Agnaldo Veloso Borges e mandaram assassinar o João Pedro no dia 02/04 às 5:40h da tarde. Tiraram a vida, atiraram pelas costas de emboscada (...).

**ELIZABETH
SUBSTITUI JOÃO
PEDRO NA DIREÇÃO
DA LIGA**

Com a morte de João Pedro, companheiros, recebi um convite pra chegar até Brasília para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito. Chegando a Brasília, depondo fizeram-me esta proposta: "Elizabeth você volta à Paraíba?" "Volto, sim, que os meus filhos estão lá". Tinha onze filhos, voltei. Então eles falaram: "Você volta? Substitui o lugar de João Pedro para a manutenção dos seus filhos? Eu disse: eu substituo o lugar de João Pedro". Aí a repressão era contra mim, contra a minha família. No mês de junho, no dia 16 de junho o meu filho, Paulo Pedro Teixeira, de 11 anos estava arrancando mandioca eles chegaram e atiraram na cabeça do menino no osso frontal. O menino foi para o hospital e lá passou vários dias em coma, passou seis meses internado por conta desse atentado. Dias depois, em dias de novembro, a minha filha mais velha tinha 18 anos, quando ela falava pra mim: "Mamãe, nenhuma justiça foi feita até hoje contra aquele bárbaro assassinato de papai e de hoje em diante eu não quero mais ter vida". Eu dizia: "Minha filha, não é possível". Levava ela ao médico, médico passava remédio e ela continua dizendo pra mim, quando eu chegava à noite em casa ela dizia: "Mamãe, eu não quero mais ter vida, sei que a senhora não vai vencer esta luta a dificuldade é muito grande pra senhora e antes que a senhora morra ou mesmo desista eu vou me acabar". E assim a menina fez, ela ingeriu veneno no mel, tomou e morreu aqui dentro de João Pessoa, ela veio morrer aqui no hospital em João Pessoa. Então, isso eu senti o desespero dentro de mim, desespero, companheiros, para enfrentar a batalha de luta para o que desse e viesse. Companheiro, e assim eu fazia companheiros. Eu reunia os companheiros em minha casa, da minha casa nós seguia de pés (ontem* os companheiros tomaram conhecimento da distância de onde

* Refere-se ao dia anterior ao Encontro de Canavieiros, quando um grupo de sindicalistas e assessores visitaram a área.

eu morava pra cidade de Sapé). Eu reunia os companheiros e saía de pé até Sapé, em Sapé a gente fazia o ato público e protestava contra toda esta miséria, contra a família de João Pedro e contra os companheiros também que não foi só João Pedro que foi assassinado, antes de João Pedro foi assassinado o nosso companheiro Alfredo de Nascimento dentro da propriedade de Miriri dos Ribeiro Coutinho. Então, companheiros, eu nunca cheguei um dia esmorecer, falar para os meus companheiros: "hoje eu tô triste". Por muito triste que eu sentisse, por muita dor que eu tivesse, dentro de mim, eu cá ficava forte.

Resisti na luta até 64. No golpe de 64 eu estava fazendo filme "Cabra marcado para morrer"* na Galiléia, porque de maneira nenhuma nós conseguimos filmar dentro do estado da Paraíba, por conta da repressão. Quando estávamos na Galiléia veio a repressão, o golpe de 64, eu tive que fugir. Dormi uma noite no mato com os companheiros que tava filmando. No outro dia saímos de dois em dois e cheguei até Recife com nada nas mãos: tudo que foi de roupa, de tudo, eu deixei. Nessas alturas, companheiros, eu pensava: "como está meus filhos em casa?". Eles estava (...) eu deixei acompanhados com um camponês e a família dele. Mas nessa altura o companheiro também já tinha sido preso várias vezes e massacrado. Eu sabia que com a repressão ele não ficaria dentro da minha casa tomando conta dos meus filhos. Passando um mês dentro de Recife (de um quarto para o banheiro) na casa de um amigo lá na Siqueira Campos então eu me destinei a vir me apresentar às autoridades daqui de João Pessoa. Chegando no Batalhão de Engenharia, fui logo presa. Não tive gosto nem sequer de chegar à casa da minha família para encontrar os meus filhos. Então companheiros fui presa passei 2 meses e 24 dias detida no Grupamento de Engenharia. Depois o Coronel Major Altino acabou dando minha liberdade porque ele não achou em que me enquadrar na lei de segurança. As investigações eram grandes: de meia noite, uma hora da manhã. Mas nunca eu (...) sempre tinha coragem. Primeiro queriam saber de mim, depois de meus companheiros. Eles não só me acusava como queria me entrosar para que eu condenasse meus companheiros que lutavam comigo. E eu dizia: "não tenho conhecimento de que nenhum companheiro, nenhum nunca me ofereceu, nunca me chamou pra ato, nunca me chamou, entendeu? Lutava porque lutava conscientemente". Então, eles não encontraram uma maneira de me enquadrar. Voltando e chegando à casa de papai fui procurar meus filhos que tinha ficado abandonado naquela casa. Fiquei sabendo de que ficaram oito dias morrendo de fome lá, abandonado lá. Nenhum companheiro nessa altura podia dar assistência porque todo mundo tava preso, fugido. Todo mundo teve que se esconder, então quem era que ia dar assistência a meus filhos? Ninguém. Onze crianças dentro daquela casa abandonada. Minha família era contra minha luta, contra a luta de João Pedro, mas no momento eles apanharam meus filhos e levaram. Chegando na casa de papai pra reencontrar com meus filhos (por que eles estavam espalhados pela casa dos meus familiares, dos meus irmãos), estava pegando na mão da criança, olho assim vejo a calçada de papai cheia de polícia amarela (naquela época a farda era amarela). Olhei, vi o amarelidão. Então: voz de prisão, novamente. O coronel queria até me pegar assim, me forçar eu dizer as coisas. Falo pra meu pai (que é ligado a toda polícia

O GOLPE DE 64: FUGAS E PERSEGUIÇÕES

* Refere-se ao filme, dirigido por Eduardo Coutinho em 1964, que deveria contar a vida de João Pedro e a organização das Ligas; Elizabeth neste filme representava a própria Elizabeth. Por razões óbvias o filme foi interrompido e retomado apenas em 1981.

ligada aos proprietários): "Estou muito doente". Porque saí da prisão muito doente. Falei pra o meu pai: "Papai, pelo o amor de Deus, fale com esse coronel para que eu não vá hoje, vá me apresentar amanhã": E assim meu pai conseguiu falar com ele. Disse: "ela não vai poder ir hoje, ela vai amanhã". E papai assinou lá no papel como no outro dia às 8 horas eu estaria aí no batalhão, no 15-RI. Então, o que acontece, companheiros? Eu tava tomando conhecimento das injustiças que tavam fazendo com os pobres companheiros que eram da nossa associação, que eram da nossa direção: Pedro fazendeiro, João Alfredo *. Eu pensei na vida: Como era que eu ia fazer? Procurei um meio de fugir, companheiro. Fugi. Cheguei até Recife na casa do amigo lá na Siqueira Campos. Ele disse: "Elizabeth, não dá para você ficar aqui, lhe aguardei aqui um mês. Mas, agora, não vou lhe querer mais, o exército em volta por outra está aqui em volta da nossa casa. Não é possível". Botei as mãos na cabeça, chorando. Nessa altura eu não tinha roupa, não tinha nada, porque o que tinha dentro da minha casa foi tudo queimado, livro, tudo. Então eu fiquei em desespero chorando. Assim, ainda me dirigi para uma fábrica de doce, Córrego de Euclides em Recife. Chegando na fábrica eu pedi um trabalho o rapaz disse: "vem amanhã que hoje o dono não tá, tá faltando gente na repartição de embalagem". No outro dia, companheiro, quando eu cheguei na fábrica me apresentei ao proprietário, ele me reconheceu.

(Reconheceu porque ele vindo de Recife a João Pessoa, um dia em que eu ia entrando pra fazenda São Miguel, com os companheiros... Nós ia fazer lá um ato público em protesto. Então os camponeses unido eles faziam assim: o carro vinha e eles pararam o carro. Parou o carro e perguntou: "quem é vocês, aí?" Nós: "nós somos da liga camponesa, aí de Sapé. O senhor é a favor da liga ou contra?". Ele disse: "não sei". Então ele (um companheiro) disse: "Grita aí, viva a liga camponesa". Então eles (os companheiros) gritaram. O cara gritou "viva a liga camponesa".)

Então lá na fábrica, ele olhou muito bem pra mim quando eu cheguei, ele reconheceu. E disse: "Oh Elizabeth Teixeira, você tá aqui, veio procurar serviço aqui? Ah rapaz, tu deixa tanto escritório de comunista por aí, tantos escritórios que tem por aí, vá pra lá pedir nos escritórios". Ai, eu sai. Nessa fuga que eu tive companheiros, eu tive que carregar um filho porque a minha família rejeitou. Por quê? Porque eles diziam que parecia com João Pedro. Então meu pai falou: "Esse eu não vou querer, minha filha, esse é a cara do agitador, comunista João Pedro Teixeira". A minha irmã (que era madrinha dele com meu cunhado), a minha irmã (ele como criança de 4 anos) ela ainda ficou calada. Mas meu cunhado falou pra mim: "Elizabeth, esse eu não vou querer que ele tenha a carinha do cabra safado". Então isso companheiro, isso doía. Então voltei pra casa do amigo na Siqueira Campos.

* Durante o debate Elizabeth relata o que aconteceu com Pedro Fazendeiro e João Alfredo, líderes da Liga de Sapé: "Os companheiros Pedro Fazendeiro e João Alfredo eles ficaram presos também no 15-RI. Vieram para o Agrupamento de Engenharia. Eu estava lá, nós estivemos na hora do almoço conversando. Daí o companheiro João Alfredo é liberado, vai para Sapé. Pegaram ele novamente e trouxeram. E aí o que acontece? Do exército para a Polícia, ele sumiu! Até hoje. Liberaram os dois (João Alfredo e Pedro Fazendeiro) num só dia. Até hoje. Quando as mulheres chegaram, vieram visitar eles, aí não encontraram eles. Então aquela gente falou que tinham liberado eles (...) para irem embora. Então estes homens sumiram até hoje (...). Depois apareceram uns cadáveres mutilados, aí pro lado de Campina Grande, e tudo parecia muito que fosse eles (...).

Chegando lá um carro de mercadoria do Rio Grande do Norte (de que o cidadão dono do carro era parente da mulher do cidadão da casa onde eu estava) aí ele disse: "Por que essa senhora tá chorando tão alto, com essa criança?". Ele, o dono da casa, vai e responde: "porque ela trabalha como doméstica, não encontra um trabalho para ficar com o menino, porque nenhum patrão aceita ela com o menino e ela tá numa situação difícil". Ele (o dono do carro) vira assim pra mim e pergunta: "a senhora tem coragem de apanhar feijão, arrancar batata, de vazante de rio, com as mãos, assim pra sobreviver?" Eu disse: "companheiro, eu tenho coragem de enfrentar tudo". Ele disse: "então, a senhora quer ir comigo? Eu lhe dou a carona e tem lá um grande proprietário no Rio Grande do Norte chamado Jaques Felipe Medeiros e a senhora fica lá na fazenda dele e vai trabalhar apanhando feijão". E foi assim, companheiros que eu fugi, mas como fugi? Eu usava roupa preta, mais que tive que vestir uma roupa vermelha, colorida com lenço cobrindo a cara pra ir dentro do carro. Não que ele soubesse quem era eu. Mas eu tive que fazer um jeito assim de uma pessoa cobrir assim a cara com a roupa bem folgada e consegui chegar no Rio Grande do Norte. Lá, quando cheguei na casa do velho, era um plantio de feijão enorme e fui trabalhar, apanhar feijão, arrancar batata. Com um ano e pouco adoeci na terra quente. Fiquei inchada muito doente. Tive que procurar uma pedreira, que explorava pedra assim. Cheguei lá, falando com o gerente da pedreira, eu disse: "Olha eu quero saber, como é que é a cidade lá? É fácil eu arranjar um emprego lá, de lavadeira de roupa, de lavar louça, como qualquer emprego?" Ele disse: "Olha lá tem uma casinha vizinha minha mulher precisa muito de uma pessoa". Eu disse: "Mas eu estou morrendo de fome, eu tô com fome, tô com uma criança que tá morrendo de fome". Ele disse: "hoje eu não vou poder lhe levar, mas vou arranjar aqui um dinheiro, aqui com os trabalhadores, a senhora vai aí numa mercearia-zinha dessa, compra umas compra e come mais seu filho até o final da semana, porque eu só saio no sábado". E assim foi, companheiro. Fiquei no Rio Grande do Norte até 81.

Em 1981 viaja uns rapazes para João Pessoa e eu, fazendo-se muito assim de uma pessoa muito esquecida, falei para os rapazes procurar lá em João Pessoa se havia uma pessoa lá com o nome de Abraão Teixeira* (ele ficou aqui em João Pessoa quando eu refugiei, ele ficou aqui em João Pessoa como garoto de 16 anos. Ele foi preso, ele foi torturado, ele foi preso antes de mim e foi muito torturado pra dizer aonde que eu estava. Ele tem as cicatrizes nas costas, das torturas. Até um dia chega uns caras e disseram a ele: "hoje você diz aonde está sua mãe, você diz aonde está as armas que sua mãe tinha pra preparar uma guerrilha com os camponeses ou por outra você vai comer merda aqui. Nós vai trazer um pouco e você come". Ele dizia que não sabia, ficava calado. Então, quando liberaram ele, ele ficou aqui em João Pessoa. Cortaram a bolsa de estudo que o Jango tinha dado, cortaram a refeição do restaurante universitário. Então, ele ficou aí na rua passando fome e assim ele conseguiu chegar aí na agência do jornal e pedir pra dobrar jornal e assim conseguiu ficar empregado dobrando jornal. Hoje ele trabalha como jornalista em Patos.)

Então, o rapaz vindo aqui pra João Pessoa, mandei uma carta. Não com o nome de Elizabeth, com o nome de Marta Maria da Costa, porque

1981: ELIZABETH
INICIA UMA
CAMINHADA DE
REENCONTRO COM
SUA HISTÓRIA

* Refere-se ao filho mais velho.

no Rio Grande do Norte ninguém me conhece por Elizabeth, era Marta Maria da Costa. Quero dizer pra os companheiros que eu cheguei até tirar título de eleitor com este nome (...)*

**"NO CAMPO E NA
CIDADE: VAMOS
ENFRENTAR A LUTA"**

Hoje eu vivo em Patos, moro com meu filho Abraão em Patos apesar de que meu filho ele não apoia a luta. Ele conhece, ele tem conhecimento, ele entende a luta do pai e a minha mas que ele é frustrado, ele teme entrar no movimento... Mas que ele me apoia, ele diz: "Mãe a senhora é um exemplo, a senhora é uma santa. Só que eu não vou pra luta com a senhora". Então, companheiro, já expliquei como foi a nossa luta e de que hoje eu estou tendo os encontros com trabalhadores. Como agora mesmo participei de um encontro em São Paulo, encontro do dia internacional das mulheres; hoje, estão se organizando, naquela época era Elizabeth só. Hoje eu já vejo as organizações das mulheres quer seja no campo, quer seja na cidade, participei de vários encontros. Naquela época que mataram o João Pedro eu procurei o padre pra dizer uma missa, o padre se escondeu de mim. Não quis encontrar comigo. Hoje eu tenho milhares de nomes de padres aí numa caderneta que eu trouxe. Agora os padres estão na luta das comunidades. Então isso pra mim hoje é uma... já estou vendo como uma vitória de hoje. Porque com a repressão, além do assassinato de João Pedro, eles pensava que a liga ia se acabar. Surgiram muitos João Pedro naquela luta até 64 e depois da repressão desde 64 que eles pensavam de amortecerem, de acabar com tudo. Hoje é engano, hoje em todo recanto do nosso país estão os homens sindicalizados lutando enfrentando repressão, assassinato. Então, companheiros, pra mim foi uma grande honra do companheiro Beto (o CEDI), ter feito este convite a mim pra mim vir participar aqui desse encontro. Também é até triste para mim porque não estava pensando que o filme "Cabra marcado" vinha para os companheiros vê de perto como é a vida do homem do campo, uma repressão de uma família resgatada pelo sistema. Mas ontem ** eu visitando vários sindicatos por aí vi o povo da região de Sapé, de Massangana, tão tudo sindicalizando-se, lutando. A greve dos canavieiros foi de uma grande, uma grande repercussão no estado da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco. Os companheiros, hoje, tão demonstrando não é o poder deles que vai, com a repressão deles, encerrar a luta, não! A luta continua, o povo continua nas ruas, nas lutas, na comunidade, lutando pela terra, pela reforma agrária. Companheiros, eu sei, eu só tenho a dizer que enquanto não for feita uma reforma agrária em nosso país a emigração do homem do campo pra cidade, a miséria continua. Agora mesmo eu viajando de Patos a São Paulo de ônibus, ia uma família no ônibus, morrendo de fome durante os dias que viajaram. Aquela família (6

* Durante o debate foi perguntado a Elizabeth porque ela havia esperado até 1981 para reaparecer. Em sua resposta ela relata um pouco mais sobre a vida de Marta Maria da Costa no Rio Grande do Norte: "Olha, eu tinha medo de voltar à Paraíba onde estavam meus filhos, por conta da mesma gente que tava lá, da repressão deles. Eu não tinha assim entendimento com nenhum advogado. Eu vivia lá como uma condenada, isolada, sem ter com quem falar. Agora eu já tava com ligação com o rapaz do Rio Grande do Norte (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais). Porque eu atuava assim... tinha uma atuação no Sindicato de lá, com o nome de Marta Maria da Costa. Eu temia dizer que era Elizabeth e no momento ser pegada, não sabe? Com o nome de Marta, então, eu atuava lá no sindicato, a gente fez vários atos públicos em protesto pela barragem. Então, eu já tava ligada com companheiro do Rio Grande do Norte de que ele vinha me trazer pra João Pessoa a gente tava já preparando pra eu chegar em João Pessoa. (...) "

** Refere-se, novamente, às visitas feitas no dia anterior ao Encontro.

filhos e uma mãe mas acompanhada de uma mocinha) eles nunca desceram para fazer um lanche, nem pra tomar um banho. Aquelas crianças vomitando água dentro do ônibus. Então, era fome, e ali a gente se uniu dentro do ônibus e ainda arranjamos. Todos com dinheiro muito pouco mas se arranjou três pratos de comida praquela gente. Eles são daí de Souza (dum sertão de Souza pra lá). Família camponesa: o pai está lá trabalhando. Então essa família já sai daí com fome, morrendo de fome, pra enfrentar o que lá em São Paulo... Companheiro, eu estive lá nos bairros de São Paulo, nas favelas. A miséria é gente nordestina, paraibana. Na hora que eu reencontrava assim com as mulheres e homens quando terminava as mulheres vinha tudo se encontrar comigo dizendo "sou paraibana", outra dizia "sou cearense", outra dizia "sou pernambucana". Então, essa gente sai daqui do nosso estado paraibano e vai imigrar no São Paulo, vai pra favela lá, a miséria está lá. Eu estava na Câmara (pra vê se conseguia um telefonema pra meu filho, que está em Havana) então chegou um senhor já velho de cabelos brancos da favela chorando lá. Chamando vereadores pra ir tomar conhecimento da miséria que está lá na favela. Eles derrubando os casebres de tábuas deles. Então aquela gente, companheiro, é gente que se desloca daqui, porque aqui na Paraíba a região de que, quando eu estava na liga atuando na liga camponesa Massangana, Tapuá, aquela região era de pequeno proprietário, hoje é tudo da usina e a usina compra e planta cana e os moradores sai pra emigrar morrendo de fome. Sai para emigrar no São Paulo, no Rio. Então, companheiros, vamos lutar pela uma Reforma Agrária que no dia que se disser temos uma Reforma Agrária justa dentro do nosso país, uma Reforma Agrária ampla... Não é Reforma Agrária que Figueiredo faz, não (dá título de terra a um e a outro). É uma Reforma Agrária feita pelo homem do campo, com a luta do homem do campo. Que o homem tenha a terra para plantar, e daí por diante não só a terra como dá assistência necessária. O homem daquele dia em diante, ele vai plantar, vai ter sua família com a "barriga cheia". E o homem da cidade vai ter também fartura na cidade, porque todos ficam sabendo que é o homem do campo a principal mola do nosso país, é ele que manda o feijão, o arroz, o milho e tudo pra cidade pra alimentar senhores deputados, vereadores, senadores e até o Satanás que está por lá... Então, companheiro, a última palavra eu tenho que dizer aos companheiros: força, coragem na luta. No campo e na cidade: vamos enfrentar a luta!



O debate

Quando Elizabeth Teixeira terminou sua exposição havia muita emoção na platéia. Os agricultores da Paraíba procuraram formas de homenageá-la, com um "canto bem animado" pela Reforma Agrária, com proposta de reproduzir fotos dos líderes assassinatos e distribuí-las pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Procuraram, ainda, estabelecer paralelos entre o passado e o presente.

AS PROPOSTAS DA PLATÉIA

Iniciado o debate uma companheira do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Píripituba, propõe:

Eu queria, antes de fazer a pergunta, que a gente puxasse um canto bem animado, prá saudar D. Elizabeth: "Companheiro nós vamos pra luta". Vamos lá?

*Agora nós vamos pra luta
a terra nós vamos ocupar
a terra é pra quem trabalha
a História não falha
nós vamos ganhar*

**JÁ CHEGA DE TANTO SOFRER
JÁ CHEGA DE TANTO ESPERAR
A LUTA NÃO VAI SER DIFÍCIL
NA LEI OU NA MARRA
NÓS VAMOS GANHAR**

*Quem gosta de nós somos nós
e quem vem nos ajudar
por isso confio em quem luta
a História não falha
nós vamos ganhar*

*Se a gente morrer nesta luta
o Sangue será semente
por isso confio em quem luta
a História não falha
nós vamos ganhar.*

Quando os sindicalistas propõem reproduzir fotos dos líderes assassinados e distribuir pelos sindicatos, Elizabeth responde:

"(...) Companheiros eu não tenho uma foto de meu marido. João Pedro tinha uma foto na Associação e outra em casa (...) Antes de ser assassinado, então João Pedro falou assim pra mim: "olha, companheira, vou tirar amanhã umas fotos e deixo pra você como lembrança, não só pra você como para meus filhos". E tirou, uma foto reunindo a família toda, tirou várias fotos. Então as fotos estavam em casa, com a repressão tudo foi queimado, companheiro. Revista, livro, foto de João Pedro, não sobrou uma. A minha casa foi invadida pela polícia. Reviraram o colchão, reviraram tudo. Eu não tenho uma foto de João Pedro. A não ser aquela que apareceu no filme: morto. O menino (Eduardo Coutinho, diretor do filme *Cabra Marcado para Morrer*) que conseguiu aquela foto. Eu tinha os jornais mas queimaram tudo. O menino conseguiu através de uma amiga dele que tinha guardado o jornal. Ele conseguiu que no filme aparece foto dele morto.

Mesmo após a resposta de Elizabeth um dos dirigentes sindicais ainda propôs: que as federações e a CONTAG comecem um trabalho de recuperação das fotos “desses companheiros que perderam sua vida na luta, para que cada sindicato tenha fotos lá”.

Outras perguntas foram feitas no sentido de comparar a atuação de personagens daquela época com sua atuação hoje.

O QUE MUDOU
DE LÁ PRA CÁ?

Uma dirigente sindical indagou de Elizabeth quem era o Governador da época. Ao que foi respondido: Pedro Gondim. O dirigente comentou então: “naquela época era Pedro Gondim... muito interessante. Nas campanhas das diretas, a gente fez uma mesa redonda lá, Gondim defendia a Reforma Agrária. Se eu soubesse que naquela época ele era governo, eu tinha perguntado como é que ele tinha acoitado essa morte de Pedro Teixeira e outros companheiros. E hoje ele tá no PMDB, se fazendo de santo, dizendo que tá defendendo a terra contra as usinas. E enquanto ele teve no governo...”

Perguntaram também a Elizabeth quem era o delegado de polícia. Elizabeth responde: “Era o Belmont”.

E alguém lembra: Em 83, dezenove anos depois, quando mataram Margarida Maria Alves, ele estava ainda. Hoje, vinte anos depois, na Nova República, acho que é ainda Secretário de Segurança Pública (...)

O filme *Cabra Marcado para Morrer* não chegou a tempo. Apesar de todos os esforços a cópia em 16 milímetros que seria cedida prontamente pelo cineasta Eduardo Coutinho, não retornou da África.

Alvaro Diniz, presidente da Federação dos Agricultores da Paraíba, convidou, então, os presentes para assistir outro filme naquele horário.

O filme *Margarida Sempre Viva*, produzido pelo CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural) foi visto por Elizabeth Teixeira e por todos os presentes.

Assistindo *Margarida Sempre Viva*, que relata a vida e o brutal assassinato de Margarida Maria Alves, em 1983, os presentes foram buscando diferenças e semelhanças entre fatos, nomes e situações entre o passado e o presente.

A CONTAG, as Federações e os movimentos grevistas

Expositores:

Francisco Urbano, diretor da CONTAG

Alvaro Diniz, presidente da FETAG/PB

Exposição de Francisco Urbano, diretor da CONTAG

Gostaria de chamar atenção, já no seu início o movimento sindical — no período de 60/64/63/64 — caracterizava sua luta, especialmente, pelos movimentos coletivos, pelos grandes movimentos que foram se desenvolvendo, desde aquela época. Dando um dos exemplos, os companheiros viram aqui o depoimento da companheira Elizabeth. E assim é, também nos outros estados. O movimento sindical naquela época tinha sua luta traçada basicamente nos movimentos coletivos ou nos grandes movimentos aonde a defesa do trabalhador não era feita através de uma defesa individual ou do direito de um trabalhador, mas de uma proposta de organização e de luta dos trabalhadores. Com o golpe de 64, isso foi cortado e o movimento sindical teve um longo período em tentativa de reorganização. De se reorganizar, se refazer da violência que foi cometida em 64 com o golpe quando cassou, afastou diretoria, fechou sindicato, fechou federações. E o movimento sindical teve um período de enfraquecimento, quer dizer ele teve um período que parou aquela luta e foi tentando novamente rearticular as lideranças sindicais que ficaram, que sobraram ou que conseguiram sair da prisão e continuar trabalhando. Alguns trabalhadores, ou grandes quantidades de trabalhadores, que também foram presos foram espancados, conseguiram voltar aos seus sindicatos e retornar novamente à organização sindical e à organização dos trabalhadores nesse período. Durante esse período, especialmente de 1965 a 1968, foi um longo trabalho de reorganização do movimento. Dando um exemplo, alguns estados que naquela época possuíam já 60 sindicatos e em torno de 65 mil sindicalizados, logo depois do golpe só 14 sindicatos ficaram funcionando normalmente. Desses 14 sindicatos com o funcionamento, apenas em torno de 1 000 associados. Quer dizer, houve um golpe violentíssimo na organização dos trabalhadores com o golpe de 64. Muitas lideranças foram afastadas, todo mundo conhece isso, todos afastados, dirigentes, trabalhadores, liderança (estou chamando aqui o dirigente na coordenação e liderança aqueles que assumiram de fato a luta lá na comunidade).

Mas já no final de 67 e o início de 68 no processo político brasileiro, já naquele período, o povo — uma minoria — (...) trabalhadores, estudantes e vários setores voltou a assumir novamente uma certa... um peso maior nesse processo. Aí já a CONTAG (com nova direção, não mais a direção anterior que tinha sido cassada em 64 e entregue a um interventor), conseguimos depois da intervenção se legitimar num processo de eleição, tendo à frente o companheiro José Francisco (o atual presidente da CONTAG). Então a CONTAG, e novamente o movimento sindical, nesse período final de 67 e até 68, retomou novamente uma disposição mais ampla do movimento sindical, do direito dos trabalhadores, tentando sair daquele período estreito, dependente individualmente das pessoas de recorrer à justiça num direito de um trabalhador, mas já em uma discussão mais ampla novamente, no movimento sindical. Aí chega o AI-5 que, novamente, afasta muitas lideranças, cassa muitas lideranças e começa novamente um período de perseguição maior, intimando as lideranças, convocando dirigentes sindicais de acordo com sua atuação sindical no seu município, no seu estado. Todo mundo aqui, ou a grande maioria, conhece o período de 68 que foi ainda muito mais violento que no golpe de 64. Logo depois do AI-5, tudo isso era feito com os demais setores da sociedade, trabalhava com limites muito pequenos no seu processo de atuação, no espaço político que se tinha pra se organizar.

**1968: ELEIÇÃO NA
CONTAG**

Mas chega em 1979 o movimento sindical (como parte desse movimento político brasileiro que a cada dia que passava, tentava se aglutinar, juntando força pra fugir do poder de repressão, pra ganhar espaço democrático), organizou o seu III Congresso de Trabalhadores Rurais em maio de 1979. Nesse Congresso de 1979 os trabalhadores rurais — já nessa luta que vem de vários anos na tentativa de sua organização de criar força no seu processo de organização e tomar consciência dos seus direitos (...) junto com demais setores da sociedade tendo já ganhado espaço político dentro do regime (...). O movimento sindical no seu III Congresso, traçou novas linhas de luta na defesa dos trabalhadores. Aí se caracterizou, nasceu a idéia da greve. Traçou as linhas básicas no seu Congresso para retomada de um processo de defesa dos trabalhadores já num processo coletivo, de lutas coletivas e novamente tentar fugir das defesas individuais.

**1979: III CONGRESSO
NACIONAL DOS
TRABALHADORES
RURAIS**

O Congresso definiu muito bem, muito claro, este novo papel que já deveria ser encaminhado na luta dos trabalhadores. No mesmo ano em 79 não foi apenas dos assalariados, se traçaram claramente todas as lutas: a da questão dos posseiros, dos parceiros, dos arrendatários, dos pequenos produtores e do assalariado, que até então estavam ainda num processo muito mais isolado, só na questão individual. Porque na questão da posse, na medida em que havia um grupo de trabalhadores naquela posse ou que resistia ali, já se aglutinavam em torno da propriedade, da defesa da posse que tinham. E nos assalariados a coisa estava muito mais individualizada: cada um queria reclamar seu décimo-terceiro, suas férias ou diferença de salário e basicamente o salário mínimo.

E em 79, dentro dessa mesma linha, alguns sindicatos de alguns estados como: São Paulo, Rio de Janeiro, se não me engano, ou dois sindicatos do Paraná, já faziam dissídio coletivo que se conhece formalmente por aí. Bom, isso parte de um processo que o movimento sindical precisava ter novas experiências, novas formas de encaminhamento.

**OS DISSÍDIOS
COLETIVOS: NOVAS
FORMAS DE
ENCAMINHAMENTO**

Rio, São Paulo, partiram na frente nesse processo de dissídio coletivo, usando o momento que poderiam e que lhes era favorável naquele momento.

Em 79, começam concretamente as campanhas salariais de forma mais arrojada, vamos dizer assim, quando Pernambuco começa com o processo da "lei de greve", com o processo da lei de greve em si. Bom, e aí começando em Pernambuco na campanha salarial, numa direção tomada na mesma linha (...) mas já dando um outro passo: dissídio usando a greve que até então não havia sido usada no meio dos trabalhadores rurais, assim em um processo organizado. Havia muitas paralisações de trabalhadores ou de engenho na própria espontaneidade daquela localidade, ou do conhecimento daqueles trabalhadores. Mas, não a nível de conjunto do município ou do conjunto da região de assalariados. E aí começa concretamente a campanha salarial com base na greve em si. Em Pernambuco, feito isso, nos anos seguintes o movimento sindical continuou discutindo em conjunto com todas as federações, as possibilidades de estender na mesma direção (com a greve ou sem greve de acordo com o estado) a proposta de luta em conjunto...

CANAVIEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE

Já em 82, o Rio Grande do Norte entrou também nos dissídios coletivos começando primeiro pela CLT e não pela "lei de greve". Achavam os companheiros do Rio Grande do Norte que naquele momento as lideranças sindicais naquela região não estavam seguras para começar um processo pela "lei de greve". Mas havia condições de sustentar uma campanha salarial com base na CLT, nos dissídios, como nós chamamos de dissídio frio. Apenas tentando uma mobilização maior, tentando fazer uma assembléia maior. E, logo em seguida desencadeou-se o processo na campanha salarial do Rio Grande do Norte, esbarrou exatamente com o poder de fogo entre o patrão e o empregado: fazer o empregador sentar na mesa para a negociação. Tentou-se, foi feita a chamada, a convocação. Os patrões chegaram, pediram um prazo. O movimento sindical deu. Estava sem força, sem instrumentos, não estava com poder de paralisação naquele momento. E daí, nesse processo de discussão, nesse período, previsto pela CLT, os trabalhadores e os dirigentes daquela comunidade começaram a cobrar da coordenação que era a CONTAG: "Nós estamos em um processo de campanha salarial, os patrões não estão aceitando absolutamente nada. Só tem uma saída: a gente usar o processo da "lei de greve". Então foram convocadas novas assembléias e aí usando já a "lei de greve", já a greve em si, para a campanha salarial no caso do Rio Grande do Norte. Em São Paulo, começou o processo avançando nessa discussão de campanha salarial. E todo um processo, um preparo para fugir apenas daquela forma do período anterior, dos dissídios coletivos frios, já nós estamos fazendo todo um trabalho junto ao sindicato na tentativa de mobilizar, nas suas campanhas salariais e nos dissídios coletivos.

A CAMPANHA TRABALHISTA NA PARAÍBA

E no ano passado foram os companheiros aqui na Paraíba, não preciso falar muito porque os companheiros daqui conhecem todo o trabalho que foi feito. No ano anterior (1983) havia toda uma discussão para a campanha salarial, com base na "lei de greve". Foi refletido aqui, eu me lembro, eu estava presente. As lideranças não se achavam em condições naquele momento de sustentar uma campanha salarial pela greve. E se achava que não deveria fazer uma campanha na CLT, que não levaria muito resultado para o estado. Então, traçou-se uma chamada campanha trabalhista. Divulgar, sedimentar, entre os trabalha-

dores a idéia da defesa do 13.^o salário, carteira assinada, criar entre os trabalhadores uma mobilização maior, uma movimentação maior, para que eles em grupo coletivamente cobrassem seus 13.^o salários, facilitando assim o processo, criando uma movimentação maior para a campanha salarial com base na "lei de greve". Isto foi feito no ano passado (1983).

O PAPEL DA CONTAG NAS LUTAS

Em todos esses movimentos, seja em Pernambuco, São Paulo, Paraíba, ou Rio Grande do Norte, a CONTAG participou desde o início do processo de organização pela campanha salarial ou da greve em si, dado o princípio traçado em seu III Congresso que é o de estimular as lutas coletivas dos trabalhadores. E no caso do assalariado, foi visto que uma das formas mais eficazes era tentar usar a greve sempre que possível naquele estado ou município. Não querendo dizer que só o fizesse com base na greve. Eu não vou entrar aqui nos detalhes do porquê da "lei de greve", ou não, porque os companheiros vão ter em outro momento essa discussão, concretamente. Apenas quero registrar aqui, que a CONTAG traçou, dentro das suas discussões com a federação, que tinha que tentar pôr em prática aquelas resoluções do III Congresso. Que era dar nova direção na luta dos trabalhadores, tentando fazer que eles saíssem da defesa individual para a defesa coletiva. Então ela passou a estimular e apoiar todas as iniciativas que foram traçadas nos estados nas campanhas salariais. Mesmo onde não era com greve, aí ela estimulava e tentava dar o seu apoio, dentro dos limites em que é possível à Confederação chegar a um estado e apoiá-lo nessas campanhas salariais. Ela tem muito claro na sua direção, no seu programa de trabalho que não há condições de resolver os problemas da categoria na base da defesa individual, não há condições de se mudar o quadro da realidade dos camponeses pela luta individual. Mas isso não ficou apenas nos assalariados; no campo dos pequenos proprietários, pequenos produtores, no Rio Grande do Sul, no Paraná, e em Santa Catarina especialmente, no Mato Grosso do Sul, desenvolveram-se lutas importantíssimas desses pequenos agricultores de forma mais organizada, de forma coletiva. No caso dos posseiros foram feitos vários encontros, pegando todas as regiões de maiores conflitos do país, tentando fazer uma discussão mais ampla da forma de resistência, mas de forma coletiva, na defesa dos trabalhadores. A questão dos parceiros e arrendatários, sempre foi tentar direcionar que na medida em que houvesse qualquer conflito entre um proprietário e um parceiro, se tentasse verificar se a questão tinha mais de um parceiro envolvido ou se as condições impostas àquele parceiro que reclamava era a mesma de todos. E aí os parceiros daquela fazenda tentassem reagir em grupo e se organizassem na sua defesa e se conseguia mais ou menos em um estado ou noutro, num município ou noutro, de acordo com o nível de organização local e as condições práticas de assessoramento jurídico e de momento político em cada região, em cada estado, conforme fosse suas forças. E aí foram desencadeados todos os processos que hoje explodem no Brasil inteiro, tem um marco que foi no III Congresso que definiu nessa direção a forma de luta e a forma de encaminhamento nas lutas coletivas.

O papel da CONTAG é de estimular e ajudar, ela não substitui o Sindicato ou a Federação. Ela tem o papel de chegar junto com cada estado, na medida em que há possibilidade de se desenvolver uma luta maior. Na medida em que um estado ou outro desenvolvesse qualquer luta dessas maiores que a CONTAG estaria junto, a convite do próprio estado ou na participação da campanha. As vezes temos visto perguntas dessa maneira: "mas como é que a CONTAG não voltou depois da campanha salarial para fazer cumprir o dissídio?" Aí é que a gente

chega: o nosso papel não pode ser substituir o sindicato e ficar no estado, até porque com vinte e poucos estados não se teria como estar dentro do estado substituindo, não é? E não seria o papel dela, é papel de cada estado, cada sindicato, tentar executar daí pra frente as normas que ficaram aprovadas na campanha salarial. E ela vem sempre participar nas avaliações, discutir junto as formas de luta, formas de encaminhamento e o apoio que ela pode dar concretamente na execução de cada tarefa. A forma dela participar vai depender de cada estado, de cada momento, de suas condições reais. Então para não tomar o tempo dos companheiros e deixar o tempo para o próprio debate, porque me parecem muito mais importante as dúvidas que cada companheiro tem desse trabalho, são as perguntas, os debates, não é?

Aqui na Paraíba a maioria confere o trabalho que foi feito o ano passado e a presença da CONTAG aqui. Qual foi o papel da CONTAG aqui? E esse mesmo papel ela tem no Rio Grande do Norte, tem em Pernambuco e teve em São Paulo, e no Rio de Janeiro, na medida em que foi pedido, foi solicitado, foi dito que precisavam de maior ou menor presença, de acordo com as situações em cada estado. É claro que a campanha salarial e as greves desenvolvidas no Nordeste e no resto do país como Rio de Janeiro e São Paulo tiveram diferenças bastante marcantes, tanto pelo radicalismo político, tanto pela realidade política em que nós vivíamos, tanto no contexto político nacional, como pelas políticas locais.

GREVE E REPRESSÃO

É histórico no passado o poder do latifundiário no Nordeste. E a forma de organização do poder latifundiário no Nordeste é bastante diferente do poder latifundiário das demais regiões. A exploração é a mesma. O patrão explora em qualquer lugar com a mesma vontade de esmagar o trabalhador. Agora, a diferença é muito grande entre um latifundiário, um fazendeiro paulista, um fazendeiro no Rio de Janeiro e um fazendeiro aqui, em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte. E para os que aqui estão não precisa fazer a diferença. Muito embora aqui, a maioria dos fazendeiros têm seus capangas armados como uma verdadeira polícia armada nas fazendas, nos outros estados isso é a diferença na forma de organização do próprio fazendeiro, a forma de tratamento entre o gerente, o administrador da fazenda e os próprios trabalhadores. Além de ter tido nesses últimos anos... os governos nos estados menos repressores. Todo governo reprime em todo lugar de acordo com o seu contexto. São menos repressores nas regiões, basta ver as campanhas salariais tanto em São Paulo como as greves no Rio de Janeiro, as diferenças de tratamento. E a própria diferença de tratamento no Nordeste mesmo de cada ano em que foi feita a campanha salarial. No primeiro ano em Pernambuco foi de uma violência sem tamanho, sem forma, sem que se possa imaginar em termos da violência praticada. No segundo ano, a violência se organizou muito mais para combater e tentar impedir o avanço dos trabalhadores na campanha salarial. No Rio Grande do Norte no primeiro ano, todo mundo conheceu, viu a violência que foi traçada no estado, com cachorros filas nas estradas, com carro brucutu, etc. em toda a região canavieira. Aqui não precisa dizer nada, porque todos os paraibanos e o Brasil inteiro conhecem como foi o comportamento da polícia e do governo na campanha salarial. Já em Pernambuco, nos últimos dois anos, a polícia reprimiu, a polícia ameaçou, a polícia estava presente mas não houve a mesma repressão que houve nos anos anteriores. O movimento ganhou mais espaço, mais força nesse contexto em forma de organização e foi avançando e tomando espaço que antes estava

ocupado pelo poder latifundiário. No Rio Grande do Norte também já foi diferente no ano passado o processo de repressão policial ou de governo mesmo.

Agora, a gente também tem que analisar que em razão da forma de repressão que foi usada na campanha salarial alguns sindicatos se destacaram e conseguiram avançar depois no cumprimento ou na forma de organização permanente em cada ano eles avançam. Tem outros que, em vez de avançar, até piorou a situação. Em alguns sindicatos a diretoria ou não suportou aguentar ou se afastou, ou renunciou o mandato e foi trocada no curso do processo. A própria direção não tem peito prá segurar o processo da campanha salarial depois. E há mudanças de direção, mudanças de quadros, nos sindicatos a partir das campanhas salariais. E, por último, os companheiros conhecem nesses últimos anos de seca, qual foi o comportamento do movimento sindical em relação à seca. Deixou-se de se ter apenas o reconhecimento de que a seca é um fenômeno natural, e partiu-se para discutir coletivamente, no conjunto dos trabalhadores, pra reivindicar mudanças tanto na forma de encarar a seca, como na forma de atender reivindicação dos trabalhadores. Foram inúmeros os atos públicos feitos nos estados do Nordeste todinho. Épocas só em um estado em outras articulado: ao mesmo tempo acontecia no Ceará, no Piauí, em Pernambuco, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, de forma coletiva. Foi discutida a questão da seca e dos trabalhadores na região com relação aos programas de emergência. Bom, de todo esse quadro gostaríamos de dizer o seguinte: a CONTAG, o movimento sindical, entende que a melhor forma de defender o trabalhador é o processo coletivo, seja assalariado, proprietário, os posseiros, em qualquer circunstância, inclusive na questão da seca, como foi traçado nesses últimos anos, os companheiros aqui da Paraíba conhecem também.

AS LUTAS COLETIVAS E O MOVIMENTO SINDICAL

Exposição de Álvaro Diniz - Presidente da FETAG-PB

— Eu prometo ser rápido, porque a maioria das coisas já foi colocada pelo companheiro Urbano. Ele tomou os 20 minutos todos e talvez eu ocupe a metade... Como vocês viram depois de nosso Congresso de 79 o movimento sindical brasileiro optou pelas lutas coletivas, entendendo que o grupo é mais forte que cada elemento isolado. Em fins de 78 nós participamos de um encontro em Carpina, com o pessoal da zona canavieira de Pernambuco. E daí para cá nós trazíamos uma idéia de que nós iríamos encetar também uma campanha aqui na Paraíba, que só vem mesmo vigorar em 84. Não obstante em Pernambuco ter rebentado a greve logo em 79, 80, 81 e 82 e o Rio Grande do Norte passou um pouco à frente da Paraíba. Esses anos todos nós fizemos vários encontros em todo o estado, na região de Campina Grande, Guarabira, Serraria, Areia, etc. na tentativa de unificarmos mais os trabalhadores e o movimento sindical para partirmos para o movimento grevista como foi o caso do ano passado.

Em 83 realmente nós não nos sentíamos (em um encontro que fizemos antes de outubro) em condições de partirmos para o movimento grevista. Naquele momento estaríamos em um encontro com uns trinta e poucos sindicatos da região da zona canavieira e foi decidido pela maioria que não entraríamos em processo de greve em 83 e sim numa

campanha trabalhista. Enquanto que em Pernambuco, já havia muitos trabalhadores em vários setores da região que tinham salário, carteira assinada, etc., aqui na Paraíba não se cogitava nada disso, estávamos completamente isolados de tudo. Então, por isso, a maioria dos companheiros optou pela campanha trabalhista, forçando o patrão a assinar a carteira pra receber o 13.º salário, etc. Era pra dar gosto aos trabalhadores, ele recebendo alguma coisa, partir com mais coragem, mais firmeza para o movimento grevista. . . E realmente os encontros de avaliação que a gente tem feito com instituições como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos daqui, em João Pessoa, de Guarabira e outros companheiros que nos ajudam, no final da campanha trabalhista foi sempre essa: valeu a pena a campanha, a turma estava mais preparada para o movimento grevista. O que é certo é que em 84 optamos pelo movimento grevista através da "lei de greve", para partirmos com uma certa segurança a mais, temendo o que já havia acontecido em outros estados: decretar ilegalidade da greve. E já havíamos visto processos em Pernambuco e Rio Grande do Norte que tinham dado certo também, então, não se tinha por que optar por outro sistema que não fosse aquele que nos dava mais segurança. E assim fizemos e no nosso entendimento houve êxito na greve dos canavieiros da Paraíba no ano passado (84).

A REPRESSÃO DURANTE A GREVE NA PARAÍBA

É certo que nos defrontamos com muitas dificuldades, falta de experiência, pressão de todos os lados, dos patrões, o governo prometeu uma coisa e chegou com outra completamente diferente. Quando ele prometia botar a polícia para garantir o cumprimento da lei de greve punha a polícia para defender o patrão, não é? E eu acho que o Brasil inteiro tomou consciência do que foi a greve na Paraíba, especialmente na cidade de Alagoa Grande, onde está o reduto, o comando geral dos empregadores rurais da Paraíba: a Usina Tanque de Agnaldo Veloso Borges. Lá, a TV Globo estampou o sujeito armado, fazendo miséria. E isso, o governo desconheceu tudo, fez vista grossa às nossas denúncias. Chegou a um ponto de uma noite eu, o Dr. Romeu, José Francisco mais uns companheiros também de Alagoa Grande, de Sapé, fomos até a porta do Governo, estávamos dispostos a amanhecer o dia lá na porta dele e ele nos recebeu quase meia noite. . . . "É, vocês sabem, eu não tenho o que fazer", acabou dizendo, "vocês sabem que isso é do sistema". Jogou para o sistema e nisso ficou. . . Bom, a partir dessa estadia nossa lá, a coisa diminuiu mais um pouco, mas teve municípios, como foi o caso de Alagoa Grande, que não teve cobertura nenhuma e os companheiros que estavam lá e pessoas que estavam ajudando também não tiveram condição nenhuma de passar o pé da ponte de Mundau senão era metralhado. A polícia testemunhava, via tudo e ficava por isso mesmo. Já no final é que a polícia saía nas pontas de rua. Víamos companheiros nas pontas de rua fazendo alguma panfletagem e ela (a polícia) saía por ali também, mas se os capangas chegassem para meter o pau nos companheiros, quem saía correndo primeiro era ela e deixava os companheiros lá descobertos.

UMA AVALIAÇÃO DA CAMPANHA SALARIAL

Essas dificuldades que nós encontramos durante todo o período da greve. . . nesse conjunto todo tivemos a participação e ajuda que não foi muito pequena, foi muito grande, da Federação de Pernambuco, da Federação do Rio Grande do Norte, da Federação da Bahia, e da CONTAG que já estava aqui pelo Nordeste, que ficou com toda sua carga de funcionários, de advogados, etc. aqui à nossa disposição. E tudo que tínhamos de funcionários, de recursos, empregamos durante toda essa campanha. Não deixa dúvida nenhuma que tivemos gran-

des faltas. Mas eu digo uma coisa aos companheiros: comete falha maior quem nada faz, porque fica parado de uma vez. Aí é uma falha maior. E quando a gente comete uma falha procurando fazer alguma coisa, aí a falha passa a ser muito menor. Porque acreditamos que na próxima campanha nós já tenhamos mais experiência de como trilhar pelos caminhos que temos de seguir, tentando corrigir as falhas que cometemos e que houve durante a campanha do ano passado. Isso é que é certo. Quanto à questão do cumprimento: anda muito falho. Mas já em alguns municípios houve paradesiros, como a semana passada mesmo em Espírito Santo e Santa Rita houve paradesiros em usinas, os trabalhadores pararam e a coisa já começou a se consertar. Não são os 36 municípios que houve paradesiros, mas em uma boa parte já houve e os trabalhadores estão ganhando aos poucos. Muitos companheiros do sindicato estão se engajando nas ações na justiça e para forçar o cumprimento do dissídio coletivo. Tivemos também a participação e a ajuda da CONTAG agora no processo lá em Brasília. Os patrões pediram efeito suspensivo e a CONTAG, na pessoa do Dr. Romeu, contraminutou parecer favorável do presidente do Supremo Tribunal Superior do Trabalho. Tivemos notícia ontem (estava eu e o companheiro Nivaldo), estamos aguardando agora a decisão do Plenário do Supremo Tribunal, para saber se os juízes vão votar contra o presidente ou a favor. Ainda ontem falávamos com a Usina Tabu, a destilaria Tabu, ela disse que só estava esperando esta decisão para cumprir finalmente o dissídio coletivo lá em Caaporã. São estas as explicações que eu tinha que dar aos companheiros e estou à disposição de todos para as perguntas que vierem.



O debate

PROPOSTA

— Que a CONTAG, Federações e Sindicatos de Trabalhadores rurais em seu IV Congresso reivindiquem a revogação da atual lei de greve.
— Que o plenário do Encontro de Canavieiros aprove uma nota de apoio a luta pela terra dos companheiros trabalhadores de Camocim (município de Pitimbu) e o Baixo (município de Araruna) que tem enfrentado jagunços e policiais a serviço dos latifundiários (Ver transcrição integral das notas em anexo, pg. 104.)

QUESTÕES MAIS DISCUTIDAS

Dissídio coletivo na Paraíba

- Violência patronal durante a greve
- A questão do cumprimento

— “desconto do dissídio”
— fiscalização
— justiça do trabalho
— mobilização para o cumprimento.

Estrutura e movimento sindical

- Sindicato, Federação e CONTAG
- Disposição de luta dos dirigentes sindicais.

ASPECTOS DO DEBATE

Violência

Depoimento dos companheiros dirigentes sindicais de Alagoa Grande, sobre a violência durante a greve:

“Companheiros, não é uma pergunta. É avaliação da greve. Acho que nós cometemos um erro de chegar na base e dizer o que o patrão já sabe que não é verdade.

— “Polícia não vai intervir, patrão não vai intervir porque estamos na lei (...).”

Isto é um pecado que estamos levando nas costas. CONTAG, Federação e Sindicato, todos estamos levando este pecado nas costas. Deveria ter dito: “isso não é eleição não! Vota e ganha o salário. Vocês tem que lutar!” Falamos desta lei quatro mil, não sei o que... E chega de tanta miséria: de apanhar e ficar desmoralizado (...) Alagoa Grande só parte para uma outra greve se for com trabalhador organizado, armado. O trabalhador não podia levar nem o facão, porque se levasse a polícia tomava. Mas tinham capangas armados para dar tranco em trabalhador, para botar, quebrar, o que fosse (...).”

“(...) Parece que Alagoa Grande ficou como exemplo de toda a Paraíba porque parece que toda violência e toda miséria é de Alagoa Grande. Vocês viram, companheiros, em todo canto houve repressão dos patrões, mas não foi como em Alagoa Grande (...) Lá houve espancamento, principalmente com a diretoria do Sindicato!

Desconto do dissídio

Vários trabalhadores colocaram a questão de desconto aprovado pelo dissídio coletivo. A questão dizia respeito ao fato de os trabalhadores ainda não estavam recebendo o salário segundo o dissídio e os patrões

usarem a questão do desconto para colocá-los contra o sindicato. Trouxe-se o seguinte diálogo:

Trabalhador: Eles (os patrões) estão dizendo assim: "olhem aí o que o sindicato queria de vocês com a greve. Vocês não estão recebendo, queriam rapar mais um pouco, do que vocês tem... Olha aí o que foi que vocês fizeram com a greve. Vocês não sabiam o que queriam... O sindicato com a Federação, agora, estão querendo o que vocês não têm."

Presidente da FETAG-PB: No momento em que o trabalhador estiver preparado para dizer ao patrão: "você é que está nos devendo, não está cumprindo o dissídio coletivo, no momento em que você cumprir e nos pagar Cr\$ 190.024 por mês, nós temos condições de descontar 2, 5, 6 ou 10 mil cruzeiros. Você é que é devedor". Porque ele [o patrão] vai usar toda artimanha para afastar o trabalhador do sindicato, porque ele sabe que é através do sindicato que o trabalhador se organiza e tem força perante ele. É preciso que o trabalhador tome esta consciência. Eles fazem a mesma coisa com o trabalhador que é aposentado. Dizem: "não pague mais isso não. Não vá mais ao sindicato. Porque você tem direito a tudo." Eles fazem todo tipo de jogada para intrigar o trabalhador com sua entidade de classe".

A maior parte do tempo dedicado ao debate foi tomado com problemas relativos ao cumprimento do dissídio coletivo. Uma primeira explicação foi dada para as dificuldades em levar adiante a luta pelo cumprimento: morosidade da justiça para a publicação no Diário Oficial, do acórdão. A publicação só se deu em dezembro, dois meses após o julgamento. Este fato dificultou a cobrança, pois coincidiu com o final da safra da cana.

A questão do cumprimento

Porém, mesmo com a publicação em Diário Oficial, os trabalhadores da cana da Paraíba apontaram neste debate outros aspectos que têm dificultado a luta pelo cumprimento: a ausência de fiscalização no campo e a burocracia da justiça do trabalho. Quanto à *fiscalização* disseram:

Trabalhador de Borborema: "Eu queria falar com os companheiros sobre a campanha salarial, porque se não mandar uma fiscalização nas fazendas, nas propriedades, nos engenhos, não é pago de jeito nenhum o salário de lei".

Presidente da FETAG-PB: "Todos nós já fizemos vários apelos, fomos lá na Delegacia Regional do Trabalho pressionar o delegado. Pouca fiscalização saiu no começo do ano passado, em 1983, a custa de muita reclamação que fizemos. Fizemos tudo que se pode fazer. Tanto a CONTAG, como a Federação e os companheiros do sindicato: mandamos ofícios, abaixo-assinados, etc. Mas tinha uma norma no Ministério do Trabalho vinda do Delfim Neto: para o Ministério do Trabalho não vai haver verba para fiscalizar. Esperamos que agora com a mudança de governo, estas verbas apareçam para se forçar o Ministério e a fiscalização do campo. Mas o Ministério pode estar todos os dias no campo, se o trabalhador não estiver organizado para exigir os direitos, eles não cumprem. Também precisamos da organização de todos para fazer valer o que está no nosso dissídio (...)"

Advogado do S.T.R.s.: "Se nós estivermos esperando que o cumprimento do dissídio venha por força de engravatados e de fiscais do Ministério do Trabalho, estamos pensando muito errado. Há uma ilusão na classe de que quem vai resolver os problemas é exatamente gente fora da classe. A fiscalização é um instrumento legal, está aí, é conquista do dissídio. Mas o maior fiscal dos direitos do trabalhador é o trabalhador mesmo (...) Tem que acabar esta ilusão que é advogado, fiscal do Ministério do Trabalho, Federação, diretoria de sindicato que vai fazer cumprir os direitos (...) Isso exige sacrifício. A gente fica sempre esperando de cima. O que tem de bom que vem de cima é a chuva, porque já saiu de baixo."

Quanto à justiça do trabalho assinalaram sua morosidade e, muitas vezes, o comprometimento de juizes com interesses dos patrões. A grande preocupação dos sindicalistas paraibanos durante este Encontro era, de fato, a questão do cumprimento das cláusulas do Dissídio Coletivo. Disse um deles de Caaporã "ou a gente vai fazer com que este dissídio seja cumprido ou nunca mais o movimento sindical faz uma greve, pois se fizer faz sem trabalhadores." Outro de Belém, chegou mesmo a indagar se a dificuldade com o cumprimento não estaria na falta de preparo da base para a greve.

Alguns dos presentes procuraram responder a estas inquietações:

Advogado de Sindicatos de Trabalhadores Rurais: "Eu não via ponto positivo na greve, mas achei um grande resultado. Porque eu dizia assim: não tem ninguém preparado para greve, e a gente viu todo mundo fazer greve. O que interrompeu a greve dos canavieiros da Paraíba, foi só a polícia. Porque os trabalhadores estavam animados para fazer greve (...). Quando os trabalhadores estavam com vontade de avançar (porque eu vi, eu estava os oito dias lá dentro), eu vi os trabalhadores querendo avançar até na hora em que parou o carro da polícia e saiu empurrando todo mundo (...)."

A questão do *fundo de greve* também foi colocada pelo advogado como importante para assegurar aos trabalhadores a possibilidade de "aguentar vinte, trinta dias de greve", pois depois de três dias houve na Paraíba trabalhadores que "deixaram a greve apenas porque a família já estava morrendo de fome."

Urbano, Diretor da CONTAG: "Bom, companheiros, eu acho que são muitas coisas para responder. Acho que boa parte que ouvi neste sentido me parece que o companheiro de Solânea respondeu aqui a essa angústia que os companheiros estão aqui entre uma greve que foi feita e o cumprimento no imediato. Uma greve que foi muito bonita. A disposição dos trabalhadores foi um negócio assim fora de série aqui na Paraíba. Ninguém constrói tudo de uma vez. Se o poder estivesse em nossas mãos, nós não estaríamos aqui avaliando essas questões. Se o poder de fazer cumprir estivesse em nossas mãos, nós estaríamos em outras circunstâncias. Parece-me que a campanha salarial, a greve, aqui realizada o ano passado já foi fruto de uma acumulação de forças de outros anos de preparação da campanha trabalhista. De uma conscientização dentre os trabalhadores da própria liderança. Então o que parece é que os companheiros tem que estar com clareza, é que tem uma série de outras medidas a serem tomadas na prática do dia-a-dia para fazer cumprir. Desde a denúncia ao Ministério do Trabalho, o pedido de fiscalização, desde a mobilização à paralisação local, a justiça em alguns casos. Como uma forma de concretizar uma campanha salarial, um direito conquistado com uma mobilização feita pelos trabalhadores. Porque se assim não for nós não vamos nunca fazer nada,



porque vamos esperar que um dia venha tudo pronto, para fazer. E ninguém tem nada assim. Em cada dia em que se dá um passo, se constrói e se consolida na prática, na medida em que se vai acumulando força e vai se organizando. Então me parece que há um meio desespero pelo não cumprimento imediato. Mas se pode fazer uma greve amanhã (de novo e parar todos os trabalhadores) que no dia seguinte o patrão não cumpre todo integral, não. Ele vai sempre insistir em não cumprir. Aí eu chamaria atenção aqui para o seguinte, companheiros: Pernambuco está com 6 anos de campanha salarial, essa semana tem assembléia de todos os sindicatos para discutir o cumprimento, cada sindicato tentando fazer isso. A lição que foi dada hoje, o depoimento sincero, de coragem, de firmeza, da companheira Elizabeth, deve ser um caminho para todos nós, companheiros líderes sindicais como também a companheira Elizabeth e vários outros que morreram ou que estão vivos ou que sofreram. A gente tem que ter clareza da luta que está sendo travada. A gente tem que ter clareza que estamos travando uma luta contra o poder patronal que está organizado. E que não está organizado apenas pelo poder patronal, do capital ou da sua fazenda. Está organizado de longos anos no Estado, tendo o governo ao seu lado. O próprio governo que lhe apóia e tem a polícia a seu lado. Ou tem essa clareza, ou não vamos enfrentar a nossa luta diária contra o poder patronal. Acho que tem que ser uma perspectiva muito mais longa. Eu, pessoalmente, costumo dizer o seguinte: Se eu tivesse certeza que as campanhas salariais, as greves, a organização dos trabalhadores nos sindicatos é uma luta apenas para ter um pedaço de terra, obter um salário maior, eu desistiria de correr o risco na própria luta no dia-a-dia. Porque, eu penso, a organização dos trabalhadores no sindicato, a luta pela reforma agrária, a luta na campanha salarial não é apenas para o camponês ter um salário maior amanhã, não é para ele ter um pedaço de terra amanhã, ser um pequeno proprietário. É para mudar de fato a estrutura de poder neste país e haver a participação do trabalhador no comando do país. Eu penso assim, que deve haver inclusive uma discussão política em que os trabalhadores tenham a clareza de que estão construindo a sua própria história e na tentativa de mudança do quadro real, da composição do país. Então, ela é difícil de ser respondida, companheiros, porque é um processo de discussão muito longo... sugiro que em vez de a gente ficar discutindo (eu não sou contra o debate em si mas...), a gente leve essas coisas aos trabalhadores que eu tenho certeza darão respostas muito mais claras no dia-a-dia do que as discussões aqui (...). A CONTAG tem clareza de que a campanha aqui na Paraíba foi um resultado muito grande, de que foi um resultado fundamental. Foi um resultado que vocês conseguiram em um único ano aqui na Paraíba quase tudo que Pernambuco conseguiu em 6 anos, Rio Grande do Norte em 3 anos. É uma acumulação de forças que não foi feita só aqui, mas foi feita nos estados vizinhos. O movimento sindical é um conjunto. Os companheiros aqui vizinhos, acompanhando as discussões na Paraíba, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte foram também acumulando para si experiências para enfrentar no momento exato. Um companheiro dizia que não era momento de ter se feito a greve o ano passado. Mas, quando seria o momento de se fazer? Pelo fato dos empregadores não terem cumprido ou não cumprir, os companheiros não fazerem cumprir, este ano deve ser um desafio muito maior para se fazer uma greve muito mais forte para se tentar fazer cumprir o ano seguinte. Não deve ser desestímulo, não deve ser recuo pelo fato de não termos contas concretas para se fazer cumprir. Senão a companheira Elizabeth não estaria aqui. E outros companheiros nessa história toda que morreram, que se sacrificaram? O campo no Brasil tem uma questão que às vezes não é vista. Morre mais camponês neste país do que



a maioria das guerras que existem por aí afora. Nós estamos apenas em uma batalha, é uma guerra mesmo e uma guerra contra o poder patronal, mesmo. É uma guerra ainda sem armas, como disse o companheiro. Mas temos uma arma ainda pelo menos forte, porque há vontade de vencer e os trabalhadores estão tentando se organizar. Nós chegaremos lá, a nossa perspectiva é de mudança maior. A campanha salarial, a resistência na posse, a prisão ou não de um trabalhador, deve ser vista num conjunto de correlação de forças entre nós e um poder que aí está sempre massacrando a classe trabalhadora (que não é apenas rural, a classe trabalhadora nesse país). Sei que talvez não tenha respondido ao companheiro, a expectativa que ele gostaria mas é o que eu poderia dizer pessoalmente nessa questão que ele acaba de abordar.

Estrutura e movimento sindical

Sobre a relação entre o sindicato, Federações e CONTAG, um dirigente sindical de Caaporã, colocou:

“Muitos companheiros nossos têm a FETAG, a CONTAG e sindicato como um tripé. A gente deveria pensar o contrário. Nós somos a base da coisa, temos nossos associados, a Federação e a Confederação são órgãos que devem ajudar na articulação do movimento”.

Prosseguindo, colocou em questão a validade da presença da CONTAG nos meses anteriores à campanha salarial discutindo nas bases e “empurrando” dirigentes que não estariam preparados para a greve. Saliendo ainda, que o cumprimento tornar-se-á mais difícil nestas situações na ausência da CONTAG. Em resposta a estas questões, colocou o diretor da CONTAG:

“Em primeiro lugar, nós da CONTAG não temos a menor dúvida de que a força do movimento sindical não está na CONTAG. Nós não temos a menor dúvida de que a força do movimento está nos sindicatos, nos trabalhadores, nos dissídios. As direções e as coordenações devem existir para ajudar na articulação. E nesta direção não vai haver milagre nenhum (feito pela CONTAG e pela Federação) se não houver uma organização lá no município. A Federação e a CONTAG devem chegar mais ou menos junto, vão ajudar mais ou menos neste movimento, na medida em que o município se mexer de fato para conseguir o cumprimento. Então Federação e CONTAG podem chegar mais, podem fazer um programa de mobilização, podem fazer grandes atos públicos ou grandes assembléias sobre isso. Mas à medida em que a coisa não funciona no local, a coisa não vai funcionar, a nossa presença não vai chegar até lá. A luta não tem continuidade se não for assumida pelas lideranças locais. As lideranças de base é que de fato têm que assumir e as direções do estado não podem falhar na hora em que o sindicato está assumindo e está exigindo a presença da Federação, aí elas não podem falhar. Para ser correta, para ser unidade estadual, ou nacional (FETAG e CONTAG), não podem falhar na hora em que o sindicato está precisando delas... Mas tem que ser feita no local, no município, esta força de sintetizar o movimento”.

Uma outra intervenção, logo em seguida, mobilizou a platéia e foi motivo de várias considerações.

Lembrando João Pedro Teixeira e a viúva Elizabeth e, ainda, outros companheiros mortos, um presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais, falou sobre o medo e o risco de vida por que passam os sindicalistas. Afirma que qualquer sindicalista que se confrontar com “o

poder do latifundiário, pode ficar certo que os passos dele estão contados, cada dia, cada hora". Reivindicou que o movimento deveria ter "uma certa garantia", uma "certa cobertura da justiça". Ao que o secretário da CONTAG respondeu:

"Ele tem suas razões quando disse que enfrentar o latifundiário não é fácil. Mas, companheiros, se nós não nos dispusermos a enfrentar isso, nós não teremos o sindicato e os direitos do trabalhador... se temos hoje dois mil e poucos sindicatos no Brasil, se conseguimos fazer a campanha salarial na Paraíba é porque alguém se dispôs a enfrentar e correr risco (...) Eu costumo dizer o seguinte: dirigente que não estiver disposto a enfrentar essa luta, mesmo sabendo que tem para correr risco ele deve fazer o seguinte: pegar a chave, chegar na porta do sindicato, fazer uma fila com a diretoria, fazer carreira e jogar a chave para trás para quem quiser pegar. E quem tiver coragem de assumir, abra a porta e mãos à obra! Ou a gente faz isso ou não teremos hoje (nem jamais) sindicato de trabalhadores. (...)"

A questão do medo suscitou outras intervenções:

Advogado de S.T.Rs: "Todo presidente de sindicato tem que confiar em uma força. Gente sem força não luta. Agora, uma coisa é você acreditar nesta força, nesta justiça pensando que ela vêm daquela "cobertura" que ele falou. Isto não existe. O que dá cobertura ao presidente do sindicato é o povo que está atrás dele unido, organizado (...). Eu queria dar uma resposta ao companheiro de Mamanaguape. Ora, companheiros, não foi só Margarida que perdemos na luta do movimento sindical. Se não me fogue a memória perdemos 54 companheiros nestes anos de regime (...). Agora, companheiro, se nós estivéssemos nos organizado em uma luta desde 1962, quando mataram o companheiro João Pedro Teixeira... Se nós tivéssemos nos organizado quando mataram Margarida, justiça seria feita. Porque tem que sair do punho do trabalhador o feito de justiça. Ou nós partimos para isso, ou vai continuar morrendo todo dia um, até o final (...)"

Em seguida houve intervenção de *outro presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais*: "O companheiro citou este problema e eu gostei muito da pronúncia da viúva. Não é para ninguém atacar: mataram o companheiro lá em Sapé e o movimento não caiu, não! Mataram Margarida e outras pessoas, e o movimento não caiu, não! (...) Mas se nós chegarmos aqui e dissermos: "não vamos fazer nada disso, porque se nós fizermos nós vamos morrer...". "Estaremos, assim expulsando o restinho de trabalhadores que estão dentro do sindicato. Então, não é hora de termos medo. Não vou dizer que não tenho medo, não. Eu tenho medo também, mas faço das tripas coração. Tem meia dúzia de gente atrás de mim. Eu não estou confiando em mim, não. Mas naquela tripinha que vem lá atrás. É neles que estou confiando. Eu sozinho não sou nada. (...) Olhem, o espaço é pouco. Mas vamos lutar para que chegue para nossos filhos. Não é nem pra nós... Se não tratarmos dessa árvore que está começando a enraizar... Ela não está nem brotando, ainda, está começando a enraizar para dar o fruto para nossos filhos..."

Uma outra questão ainda decorrente da questão do *medo*, foi colocada. Um presidente do Sindicato indagou do por quê apesar da FETAG e da CONTAG dizerem que "quem não estiver disposto que entregue a chave, deixe para quem tiver disposto assumir", na hora das eleições não se dá um apoio mais efetivo à chapa "de companheiros bons, que estão fazendo um trabalho de base, que vão levar a luta à frente?"

Dissídio Coletivo, Lei de Greve e Luta pelo cumprimento: aspectos jurídicos

Expositores:

Dr. Romeu Fonte, advogado da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAP)

Dr. Wanderley Caixe, advogado do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular, João Pessoa (CDDHEP)

Exposição do Dr. Romeu Fonte

Bem, companheiros, o tema que nos é colocado é o seguinte: dissídio coletivo, lei de greve e luta pelo cumprimento. Nós tivemos aqui na Paraíba o dissídio coletivo. Tomou esse nome aqui na Paraíba porque desembocou na Justiça do Trabalho e o conjunto de reivindicações que os trabalhadores pretendiam transformar em contrato coletivo saiu por sentença da Justiça do Trabalho, daí tomou o nome de dissídio coletivo. Porém, o eixo desse instrumento de avanço da classe trabalhadora assalariada é a contratação coletiva que representa (e aqui vamos para o início conceitual para se ter mais clareza) que representa um salto de qualidade em relação ao comum da contratação do assalariado, que é o contrato individual. O trabalhador se apresenta ao empregador, faz o contrato, assina a carteira ou não assina, o contrato é expresso ou não, e passa a ter apenas os direitos previstos em lei no seu contrato individual. Mas a classe trabalhadora dentro do contexto da exploração capitalista chegou à conclusão de que esses direitos individuais que são obtidos por conta do contrato individual, são sempre insuficientes, então, partiram para lutas coletivas, no sentido de conquistar direitos não previstos em lei. No capitalismo a lei é feita pelo Parlamento, esse ocupado pelo capital, então a lei fatalmente representa um cobertor que não cobre o corpo do trabalhador ou uma roupa apertada demais. Então, através de lutas coletivas passaram para a busca do contrato coletivo que ao longo dos tempos foi incorporado como um mecanismo na própria lei. Na própria CLT há normas que disciplinam o mecanismo a ser seguido para que a classe trabalhadora consiga a sua contratação coletiva. O conteúdo dessas contratações deve representar conquistas não previstas em lei. Então, aqui por exemplo, o salário é de Cr\$ 190.024, quando a lei é Cr\$ 160.000 (salário mínimo). Quanto à tabela de tarefas, lei nenhuma define e prevê para o trabalhador da cana. Foi uma conquista que se incorporara no contrato coletivo. Salário na doença, que a legislação previdenciária não assegura ao trabalhador rural, conquista através do contrato coletivo. Contrato coletivo toma o nome de *convenção coletiva*

quando os trabalhadores conseguem dobrar o patronato a assinar o que nós chamamos a "lei do sindicato", se é para o conjunto dos trabalhadores. Toma o nome de *acordo coletivo*, quando não pega todos os trabalhadores na base do sindicato, mas apenas os empregados de determinadas empresas. E toma o nome de *dissídio coletivo* quando ele desemboca na Justiça e sai através de sentença do Trabalho. É o instrumento mais forte porque é a classe trabalhadora legislando em seu próprio favor, conquistando os direitos não previstos na lei. Se há uma reação do patronato em relação a que as leis do Parlamento avancem, evidentemente que vai haver reação patronal também em relação ao avanço dos direitos através de contratação coletiva.

A contratação coletiva tem que se colocar dentro de um contexto de luta, para levar realmente a resultados para a classe trabalhadora. Não se pode dissociar contratação coletiva de luta e dentro dessa luta a maior força é a greve. Embora tendo nascido assim ao longo da história o certo é que nós temos hoje pelo Brasil afora a contratação coletiva fria, a contratação coletiva quente. Por que isso? Porque ao sistema, ao patronato, ao capital que está no poder, e já que não podem barrar a conquista da possibilidade de contratação coletiva, interessa que ela seja fria. Então foi montada toda uma engrenagem para estimular as contratações coletivas frias, sem a participação dos trabalhadores, sem luta, sem greves. Negociadas por cima: de diretoria de sindicato de trabalhador para diretoria de sindicato patronal. Esse mecanismo foi todo facilitado. Enquanto que em relação à contratação coletiva quente, montou-se toda uma engrenagem para dificultar e atrapalhar. Basta como exemplo citar o seguinte: se o sindicato quer fazer um dissídio coletivo sem greve, o quorum é o seguinte: em primeira convocação 2/3 dos trabalhadores interessados, é um quorum elevadíssimo. Porém diz o art. 860, parágrafo: não obtido o quorum em primeira convocação, o quorum em segunda convocação será de 2/3 dos trabalhadores presentes à assembléia. Então, com 3 trabalhadores presentes se 2 dão poderes à diretoria para negociar com o patrão está resolvido o problema, com 2 trabalhadores. Enquanto que para a contratação coletiva quente nós temos a lei 4330 (a lei anti-greve) que aparentemente seria o único instrumento legal a nos atrapalhar na greve.

E aí eu faço uma pergunta se seria somente ela que atrapalha? Não é. É uma lei extremamente complicada para impedir e dificultar a greve, mas que não é somente ela que funciona contra a mobilização e organizadores. Ela está inserida em todo um contexto, em uma engrenagem contra a organização, contra a mobilização, contra a greve. E aí nós temos o próprio título 5.º da CLT que se soma à lei 4330. Na hora que você usa a 4330, o sistema, o governo, o patronato pode utilizar, além da 4330, o título 5.º da CLT, fazendo intervenção nos sindicatos etc... Sem contar que os sindicatos não conseguem acumular forças para uma mobilização maior em razão exatamente da vigência desse título 5.º da CLT com atrelamento ao Ministério do Trabalho, com a falta da autonomia sindical, com a falta de liberdade. Além do título 5.º da CLT temos ainda, correndo junto com a lei anti-greve, a Lei de Segurança Nacional que tem vários títulos penais voltados para impedir e punir severamente a mobilização e nós temos todo este arsenal de leis autoritárias à disposição de um regime autoritário. Então, daí é que ao longo desses anos que muitas categorias se vendo impedidas de uma mobilização celebraram contratações coletivas frias. A própria Constituição Federal (e eu trato esse assunto agora em razão da Cons-

CONTRATAÇÃO
COLETIVA FRIA E
CONTRATAÇÃO
COLETIVA QUENTE

SERIA APENAS A
LEI 4330 QUE
ATRAPALHA A
GREVE?

tituinte que vem aí) para as atividades consideradas não essenciais assegura o direito de greve, mas em relação às atividades essenciais a Constituição proíbe a greve. E em razão desse preceito constitucional que foi introduzido na Constituição em 67 e foi mantido na emenda constitucional de 69, representando um retrocesso dessa ditadura (porque na Constituição de 46 ela assegurava o amplo direito de greve, sem restrição), veio um decreto-lei de n.º 1.632/68, que é mais uma peça desse arsenal contra a classe trabalhadora assalariada, definindo as atividades essenciais, onde não será admitida a greve. Esse decreto diz simplesmente o seguinte, eu vou ler porque ele representa uma ameaça também a nós canavieiros (não foi utilizado ainda mas de uma hora para outra poderá ser utilizado): "São de interesse de segurança nacional dentre as atividades essenciais em que a greve é proibida pela Constituição as relativas a serviço de água, esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis". A cana está sendo matéria-prima para álcool e este decreto é tão sacana que ele não veta somente a greve propriamente dita, ele define a greve como não somente a paralisação do trabalho mas também como a redução do seu ritmo. Então até a greve tartaruga é definida como greve e, em consequência, proibida a todos esses setores aí. Compreende-se na definição desse artigo a produção, a distribuição e a comercialização. Esse decreto está em vigor e é uma das peças do entulho ou dos entulhos autoritários que devem ser objeto de questionamento, de luta para nós cobrarmos a revogação. Lei de Segurança Nacional, esse título 5.º da CLT, passando por liberdade, autonomia, eleições sindicais, etc... Tudo isso tem a ver com a campanha salarial, com greve para conquistar os direitos, para conseguir a lei dos trabalhadores e a lei dos sindicatos, como tem muito a ver também com o cumprimento que é a grande angústia dos companheiros da Paraíba. Como continua sendo a grande ansiedade dos sindicatos de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de toda e qualquer categoria que busca o cumprimento. O cumprimento vai ser a parte final da nossa exposição mas com a experiência dos 6 anos de Pernambuco, os 3 anos do Rio Grande do Norte; fiquem certos os companheiros que a luta do cumprimento é muito mais complicada do que a luta da campanha salarial pela conquista de um contrato coletivo. Isso não pode nos surpreender, está dentro da lógica do patrão e do capitalista. Se o patrão faz de tudo para que o trabalhador não conquiste novos direitos em uma contratação coletiva ele fará muito mais para efetivamente não cumprir. Porque é no cumprimento que sai parte do lucro dele. O quanto ele puder fazer para que a contratação coletiva fique no papel, ele fará. A luta de classe é isso mesmo, ele fará de tudo para ficar no papel e nós faremos de tudo para tirar do papel. Agora, assim como não se consegue contratação coletiva com pressões individuais tem que ser de forma extremamente organizada e crescente, de ano para ano, porque o patronato vai ficando cada vez mais cascudo também, ele cresce em experiência também. Para conquista do contrato coletivo em relação ao cumprimento a luta é mais árdua, mais difícil e tem que ser coletivizada também.

Agora imaginem todo esse arsenal de leis na mão de um ditador do Planalto, dos ministros de Estado, ou de ditadorezinhos menores passando pelos escalões inferiores: delegado regional do trabalho e chegando até o policial da esquina e o delegado de polícia. Me lembro que na greve aqui na Paraíba, teve um delegado de polícia bacharel que quando nós jogamos a lei de greve na cara dele ele simplesmente disse: "essa lei não existe, o que existe hoje para mim nessa greve é o código penal". E bateu com o código penal na mesa, era um delegado de polícia bacharel.

É de toda a tradição do direito que assembleias com duas convocações ou três, podem ser realizadas no mesmo dia, em horários diferentes. É assim nas sociedades anônimas, nas sociedades comerciais em geral, é assim em relação aos partidos políticos quando fazem suas assembleias, em suma. Agora quando foi para a greve, estabeleceu-se duas assembleias. Primeira convocação em um dia, segunda tem que ser com intervalo de pelo menos dois dias. Então você tem que mobilizar a classe duas vezes, o quorum 2/3, em primeira convocação, 1/3, em segunda convocação dos trabalhadores interessados. Votação por escrutínio secreto, notificações aos patrões, então tem que se dar um prazo obrigatório para se negociar sem greve. Isso também é muito ruim, sentar na mesa com o patrão sem a greve ter estourado ainda é cair no risco da negociação virar encenação. Enquanto a greve não estoura, a correlação de forças não se equilibra. Patrão fica rindo da cara da gente, gastando tempo. E a lei proíbe que a greve seja deflagrada durante a negociação, ela estabelece que a greve só pode ser deflagrada depois de esgotadas as possibilidades de negociação e configurado o impasse. Agora, esse mecanismo da lei de greve torna-se ainda mais venenoso, quando ele se conjuga com a CLT e dá ao patronato possibilidade de ter a clareza, a visão muito clara de que pelas leis em vigor ele pode abortar essa greve logo no início, ele pode reduzir a greve a um tempo que não o incomode além do limite do suportável, daí é que o patronato não chega, não se dispõe para uma convenção coletiva, joga sempre para o tribunal. A lei 4330 diz o seguinte: 5 dias para negociar se não chegar a um acordo, há greve e instaura-se o dissídio. Quer dizer, passa-se a matéria para o tribunal. E a CLT, diz no seu artigo 860, único, que a audiência e o julgamento pelo tribunal deverá se dar em prazo o mais breve possível. Então o patronato avalia e vê "Bom, eu não cedo porque tenho a possibilidade de jogar para o tribunal; a greve não vai além de dois ou três dias e isso para mim representa um prejuízo menor do que eu ceder logo agora. E ainda tenho a possibilidade de ganhar no tribunal".

Mas aí em Pernambuco ele perde no tribunal em 80, 81, 82, 83 e ainda ele chega em 84 e não se dobra a uma convenção coletiva mesmo perdendo no Tribunal. Por que isso? Porque também nessa parte a legislação é toda pelo lado de lá. Dá possibilidade ao patronato de mesmo perdendo no Tribunal Regional do Trabalho conseguir o tal do efeito suspensivo no Tribunal Superior do Trabalho e ainda, não conseguindo o efeito suspensivo ele pode no recurso ordinário derrubar várias das conquistas. Então, o patronato joga uma esperança enorme na Justiça do Trabalho — a nível de instância superior e jogando nessa segurança ele não chega para a convenção coletiva. E ele não chega não é somente quando se usa a lei de greve, não. Ele não chega em relação à greve, por fora da lei, por dentro da lei, por cima da lei. Ele não chega porque a engrenagem geral é neste sentido. Então, nós precisamos mudar a lei no sentido de que não haja recursos, pelo menos das cláusulas econômicas. Precisamos derrubar esse tal do efeito suspensivo que é uma aberração absoluta. Quer dizer, o regional colegiado concede o direito, depois o presidente, uma única pessoa, vai, dá efeito suspensivo, transforma em letra morta a conquista com todos os sacrifícios com greve, com organização, com luta etc... E apanha a categoria desmobilizada; ganhou no Tribunal Regional, desmobiliza. Aí dias depois lá vem o efeito suspensivo, pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Pernambuco, esse ano, em razão de informações claras que a coisa tendia para o efeito suspensivo certo, antecipou-se, fez-se passeata de trabalhadores, de 15 mil trabalhadores na capital, já se prevenindo, dando um recado ao Tribunal Superior do Trabalho de que se viesse o efeito suspensivo voltaria a categoria à greve e evita-

mos o efeito suspensivo com relação a Pernambuco. Pelo menos em relação às cláusulas mais importantes. Deu efeito suspensivo com relação a cláusulas menores. Lamentamos uma que não é menor, é talvez a mais importante: estabilidade do delegado sindical eleito. A esta foi dado efeito suspensivo mas as cláusulas econômicas não tiveram efeito suspensivo. Mas essa possibilidade de efeito suspensivo continua como uma ameaça permanente. Precisamos lutar para revogar isso aí, para derrubar isso aí. Porque representa a possibilidade sempre da gente ganhar e não levar.

MOBILIZAÇÃO: "ROMPER A LEI POR DENTRO"

Essa lei 4330, tem essas sacanagens todas, agora tendo em vista o seguinte: a partir do momento que as direções tomaram as decisões de aceitar o desafio, é possível rompê-la por dentro. Isso não significa de modo algum que ela não deva ser revogada, mas enquanto ela vigora, nas condições objetivas de determinada categoria visando reduzir o espaço da repressão, etc... é possível romper a lei por dentro. Tem sido possível. Em Pernambuco há 6 anos e foi possível ao Rio Grande do Norte, foi possível na Paraíba este ano. Agora essa ruptura, esse rompimento por dentro, tem como requisito determinante fundamental a mobilização dos trabalhadores canavieiros. Essa mobilização, que muitas vezes a gente em uma avaliação anterior entende que será difícil, quando partem para ela os trabalhadores sempre nos surpreende além do que se admitia que eles fossem. Porque sendo as reivindicações sentidas, estando os trabalhadores em um grau de carência incrível, de necessidade, de fome, são empurrados por essas necessidades para a mobilização e nunca nos decepcionaram. Com essa mobilização, aliando-se a uma certa criatividade jurídica dá para romper essa lei. Dá para se conseguir que a greve não seja declarada ilegal e evitar que daí venham as consequências piores da lei anti-greve que são as punições, não pagamento dos dias de greve e sobretudo o aumento desenfreado da repressão. Usineiro e senhor de engenho é truculência no sentido da palavra. As lutas se dão dentro dos engenhos, não é como na capital onde os meios de comunicação estão próximos e a repressão é contida pela própria sociedade que observa mais de perto, meios de comunicação, etc. No campo o espaço para repressão é muito maior. Isso aliado a que o patronato do campo, especialmente o do açúcar é muito mais truculento do que o da cidade. Daí o desafio de cumprir o ritmo da lei de greve, por dentro e rompendo e não é somente de cumprir, também alargar por dentro e frustrar os objetivos anti-greve dessa lei.

"PROCURAR TIRAR DO VENENO DA COBRA A VACINA"

Como os companheiros costumam dizer em Pernambuco: é procurar tirar do veneno da cobra a vacina. Então a lei estabelece um quorum lá em cima para que você não consiga o quorum e não possa fazer a greve. Isto termina revertendo contra porque você vai ao desafio do quorum, você mobiliza mais e prepara melhor a greve, cria condições objetivas melhores para a greve através das mobilizações para as assembleias. A questão das duas assembleias em dias diferentes estimula a criatividade, não faz a primeira, joga toda a mobilização na segunda. Na primeira, meia dúzia de trabalhadores assinam como presentes, se bate uma ata de não realização por falta de quorum, joga-se toda a mobilização na segunda em que o quorum caiu para um terço. A questão de notificação aos patrões: procura-se tirar um ganho disso, também é um motivo, é uma oportunidade para a direção sindical entrar nos engenhos, fazer uma reunião com os trabalhadores e dar o recado ao trabalhador, distribuir panfletos. Porque em muitos engenhos é porteira fechada, se entrar morre, mas na hora de entregar a notificação determinada por lei, você tem um pretexto para entrar.

A questão de não poder negociar com a greve: também com criatividade de organização, se tem superado isso aí, com os esquemas de dois blocos de sindicatos, uns fazendo assembléias em um dia, outro em dias diferentes. Enquanto se está no prazo de negociação do primeiro grupo, vem o segundo grupo, esgota o prazo do primeiro, este entra em greve, quando você vai negociar com o segundo grupo que é o maior, o primeiro já está em greve. E aí desequilibra um pouco a tranqüilidade patronal. Isso em 79 deu certinho, certinho. E tirou-se a convenção coletiva. Então, isso em relação às dificuldades processuais com relação a lei de greve. E quanto ao objetivo dela de que os trabalhadores não obtenham conquistas através da greve, também temos verificado que com mobilizações, pressão, greve forte e uma certa criatividade, a gente supera todo esse arsenal dos patrões contra os trabalhadores a nível de contratação coletiva por exemplo: é jurisprudência absolutamente uniforme, sem exceção, a não ser a nossa, de que categoria assalariada não pode ter piso salarial. Eu tenho os dissídios coletivos todos que passaram pelo Tribunal Superior do Trabalho de 1981 para cá, em nenhuma categoria urbana chegou um dissídio para ser julgado pelo Tribunal Superior do Trabalho que não retirasse o piso. É de fazer chorar. Categorias com piso salarial há 20 anos, 30 anos, o Tribunal Superior do Trabalho está derrubando tudo. A única categoria que está passando pelo crivo do Tribunal Superior do Trabalho em matéria de piso salarial é a nossa. Além de se fazer respeitar pela mobilização, pela greve, adotou uma criatividadezinha jurídica aí. Em lugar de se chamar de piso salarial chamou-se de salário unificado. É um piso salarial, mas nós chamamos de salário unificado. Abriu-se um espaço para o Tribunal Regional do Trabalho dizer: "Não estou concedendo piso, não estou afrontando a jurisprudência do Tribunal Superior. Isso aqui não é piso salarial é salário unificado." Outra criatividadezinha, o salário para doença nos primeiros 15 dias se nós chamássemos de auxílio-doença como está na Lei da Previdência estaríamos ferrados, porque há jurisprudência firmada também de que matéria previdenciária não pode ser decidida pelos tribunais do trabalho. Não chamamos de auxílio-doença, chamamos de salário na doença. Primeiros 15 dias, a obrigação do patrão é salário.

Agora, por outro lado, estamos certos também que esta criatividade sem mobilização, sem pressão, sem a força da categoria, em lugar de funcionar seria considerada maluquice, isto não tem a menor dúvida. São duas coisas: uma coisa salienta para que se veja claro uma lei adversa e inimiga. Enquanto ela durar, ela tem que ser enfrentada, torcida, ajeitada, em nosso favor, com imaginação e pressão. Principalmente porque nós sabemos que as leis são sempre contra nós: 99% para o outro lado e 1% para a gente. E o patronato além de ter na lei o espaço de 99% eles ainda também torcem a lei para o lado deles. Por que não podemos torcer para o nosso lado também? Mudanças legislativas urgentes e necessárias: lei de greve, título 5.º, etc., eliminação dos entulhos autoritários, Lei de Segurança Nacional... (esse decreto do qual eu falei), democratização, sua influência nos espaços de organização e melhoria do conjunto judiciário, etc... Muitas vezes, mudando a atmosfera, o espaço democrático, e o comportamento dos poderes já vai mudando também a lei. Há decisões aí de vários tribunais que se fossem tentadas há alguns anos atrás seria um desastre — questões aí do BNH, da casa própria. Essas vitórias estão sendo possíveis porque se entrou na hora certa. Efeito suspensivo atrapalhou o Rio Grande do Norte o ano atrasado, esse ano não atrapalhou mais, então, os poderes vão se reciclando aí de acordo com a mudança da conjuntura. Então, vamos ficar com clareza de que também os poderes

**CRIATIVIDADE E
MOBILIZAÇÃO:
AMPLIANDO O
ESPAÇO
DEMOCRÁTICO**

aí, justiça do trabalho e ministério, etc... vão se reciclar. O espaço vai ser maior e vamos nos organizar para pressionar mais.

"GREVE É COMPORTAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA"

Bom, estamos tratando da greve sobre o prisma da lei. Agora, um enfoque eu queria fazer: Greve é, sobretudo de fato, comportamento da classe trabalhadora. Depois disso é que ela se transforma em lei e em direito. Não é a lei quem abre um espaço para a greve. É a mobilização que abre o espaço para a lei mudar. Tanto que já houve tempo em que a greve era considerada crime. No século XIX, na Inglaterra, era crime punido com enforcamento. De crime passou a direito. No Brasil retrocedeu com o golpe de 64, para um direito mais limitado. E as coisas vão se alterando aí de acordo com o movimento pendular de democracia e não democracia. A Constituição nossa de 37, proibia a greve, a de 46 permitia amplamente, a de 67 mantém reduzida. Vamos lutar para a constituinte ampliar. Direito de greve para funcionários públicos irrestrito etc., cumprimento da contratação coletiva.

A QUESTÃO DO CUMPRIMENTO DO DISSÍDIO COLETIVO

Já ouvimos os companheiros, verifica-se que é a grande preocupação, aí reside um grande desafio: o cumprimento. Seis anos de experiência em Pernambuco, não se conseguiu em momento nenhum grau 10, há altos e baixos dependendo do grau de organização de cada sindicato. Cumprimento em Pernambuco vai de município nota 10 a municípios de nota 1, houve um crescimento de 79 a 82. Porém de 82 para cá, estamos declinando em lugar de avançar. Os patrões é que estão nos empurrando para trás em matéria de cumprimento, em razão do seguinte: mudanças da conjuntura, mercado de trabalho aumentou demais, construção civil parou, os trabalhadores vêm para a zona da mata, seca no sertão, o trabalhador desce. E isso dentro de um contexto de falta de estabilidade no emprego. Daí, uma das grandes bandeiras nossas tem que ser estabilidade no emprego a partir do primeiro dia, porque aí desaparece o medo do trabalhador de reclamar. Em Pernambuco o cumprimento não se dá por falta de meios de ir à Justiça do Trabalho, por exemplo: os sindicatos estão, de uma forma geral, aparelhados, com advogados e instrumentos para ir à Justiça do Trabalho. Agora, os trabalhadores não procuram, como procuravam, com a intensidade que procuravam o sindicato com medo do desemprego... Não tendo estabilidade, temem perder o emprego e por isso não reclamam, então estamos declinando em matéria de reclamações na Justiça do Trabalho, em matéria de cumprimento. Como vem se dando em Pernambuco, ao longo desses 6 anos o cumprimento, a forma organizativa, em busca do aprimoramento? Reuniões periódicas de dois em dois meses de todos os sindicatos da Zona da Mata, sob a coordenação da federação, onde se fazia avaliação e reprogramação do cumprimento. Até agora a luta do cumprimento se deu por cada sindicato isoladamente. E nós verificamos que com o argumento da conjuntura, as adversidades da conjuntura, representam um complô contra o cumprimento, assim como o crescimento da organização patronal. Porque eles estão inventando tudo quanto é forma para não cumprir. A última conclusão que se tirou na Zona da Mata de Pernambuco foi a seguinte: *é preciso coletivizar a luta pelo cumprimento*, como se a luta do cumprimento fosse uma campanha salarial reivindicatória de conquista. Então, vamos iniciar um processo organizatório: em lugar de reuniões só de avaliação e programação, que cada sindicato isoladamente tente fazer do cumprimento uma campanha que pegue o conjunto dos sindicatos, sob a coordenação da Federação. A Federação deixa de ser coordenadora apenas de avaliação e de programação para ser coordenadora também da luta e não em relação a cada sindicato isoladamente como apoio, mas em relação a uma cam-



panha que pegue o conjunto. Então, escolhemos como primeira etapa, um item do dissídio: tabela de tarefas na limpa da cana, que é agora no início da entressafra. Os sindicatos vão lançar a campanha amanhã em todos os municípios em assembléias e daí nós vamos desdobrar todo um conjunto de mecanismos de pressão, de denúncias, do descumprimento, etc. . . Ao longo desses anos, o que se tem utilizado para o cumprimento? Não se pode desprezar nenhum dos mecanismos, todos eles têm peso, o erro é superdimensionar um mecanismo. Por exemplo: fiscalização da Delegacia do Trabalho, você imaginar que só com a fiscalização vai resolver aí é que está o erro. Agora se achar também que não deve utilizar a fiscalização do Ministério do Trabalho porque ela é corrupta, porque ela está mais para lá do que para cá, é um erro também, introduzimos em nosso contrato coletivo exatamente forma de eliminar ou reduzir a corrupção da fiscalização e de puxar os caras mais para cá. *E que a fiscalização se dê com a participação dos trabalhadores através da direção sindical*, acompanhando o fiscal e se encontrando no engenho com o delegado sindical e os trabalhadores cercando esse fiscal para fazer as denúncias. Então, isso funcionou até 82 em Pernambuco e deu bons resultados como ação complementar da ação sindical. O resultado incomodou tanto o patronato que conseguiram simplesmente desmantelar a fiscalização para o campo em Pernambuco sob o pretexto de falta de verba. Se não estivesse incomodando ela teria continuado, mas incomodou. E foi incomodando de forma crescente porque nós fomos aperfeiçoando. Levava o fiscal, com o presidente do sindicato, encostava o delegado sindical e depois se pedia o laudo. Então se o patrão no dia seguinte não regularizava a situação, o sindicato já ia para a Justiça do Trabalho com a prova feita, que era o laudo da Delegacia do Trabalho sem precisar mais de testemunhas. Os descumprimentos são esses, esses e esses. Justiça do Trabalho. Multa, o diabo. Estou agora com ação de cumprimento no Engenho Açude do Meio, em cima de um laudo do DRT, que a condenação só de multa é de 63 milhões de cruzeiros. Então tem que se continuar reivindicando a fiscalização, como mecanismo complementar. Agora, *o mecanismo central é a organização dentro dos engenhos*. Delegado sindical, já se verificou — pelo menos com relação a Pernambuco — que um delegado isolado não resolve. Então, já se está partindo para um conjunto de delegados, um delegado com um grupo de apoio. Além disso para que haja delegado, conjunto de delegado para organização de engenho, essa também pela questão da direção sindical também mudar. Algumas mudanças já se deram. É preciso se fazer outras mudanças inclusive na Zona da Mata de Pernambuco. E esperamos com esse espaço aí que esse pessoal que está pendurado pelas orelhas do assistencialismo em cima do tapete da fraude eleitoral, deva cair mais facilmente daí pra frente. Então para finalizar eu lembraria a questão da luta pela estabilidade de emprego. O Ministro do Trabalho está aí acenando para essa possibilidade, vamos verificar, vamos pressionar porque melhoraria em muito essa questão do cumprimento. O medo reduziria muito, o medo de brigar pelo cumprimento. Em relação a isso, Figueiredo deixou pra gente uma ameaça nos últimos dias do governo dele, que vai exatamente na direção inversa da estabilidade: é a extensão do FGTS para o campo. Figueiredo mandou um projeto de lei, antes de sair, para a implantação do FGTS no campo. Aí a estabilidade de quem tem 10 anos em diante vai para o bebeléu, a facilidade de jogar fora o trabalhador, de desempregá-lo vai se tornar muito maior porque já fica com o dinheiro do FGTS ali prontinho para se fazer a rotatividade. Vamos também ficar atentos e lutarmos no sentido de jogar pro lixo esse projeto de lei aí.

* * *



Exposição do Dr. Wanderley Caixe

Bom, companheiros, vocês ouviram o Dr. Romeu. Na verdade, não foi dito aqui mas é bom que eu diga isso: o Dr. Romeu foi o artífice, foi o articulador dessa proposta de utilização do chamado dissídio quente. A primeira vez que aplicou isso foi em 79 em Pernambuco. Então, a partir daí nós temos uma certa concepção, nós vimos a coisa ocorrer e temos a nossa concepção. Nós temos a nossa idéia e a respeito dessa lei que leva ao chamado dissídio quente. E temos, em função disso, também um juízo crítico em relação a essa concepção também através de nossa prática. O que nós percebemos é que você tem leis, tem mecanismos, você tem procedimentos que devem ser utilizados e busca-se usar os instrumentos e mecanismos mais adequados. Isso não resta nenhuma dúvida que as colocações feitas aqui pelo Dr. Romeu na parte jurídica, na parte legal elas são perfeitamente corretas. Eu estou de pleno acordo, não tenho nenhuma crítica a fazer quanto a isso. Agora, quanto a outros aspectos... A nossa prática, a nossa experiência para nós, ela é um todo. (Isso Romeu também colocou, em termos). Quer dizer, a deflagração, a utilização de determinados mecanismos tem que ter uma articulação, uma ligação com o seu resultado porque se não tiver ela frustra e pode se tornar um instrumento negativo, e ser muito mais prejudicial a quem utiliza esse mecanismo. O que isto significa? Você instaura todo um processo para culminar no dissídio, para determinadas conquistas e depois não obtém o cumprimento disso. Então, você está até invalidando, em parte, aquele ato inicial. É aquilo de muita gente perguntar: "Bom, mas se não houvesse o 13.º salário nós não estaríamos cobrando o 13.º salário". Então, a primeira parte é que cada coisa tem que ter uma relação dialética, quer dizer, tem que ter uma ligação no todo. Isto é, tem que ter uma devolução em cima desta mesma coisa, caso contrário ela vai resultar em aspectos negativos. Nós temos experiências inclusive de alguns estados onde, por exemplo, na primeira greve ela teve um determinado número de pessoas na assembleia, no segundo ano o número decaiu, no 3.º ano botando 10 caminhões buscando trabalhadores para a assembleia só deu 1.500 (isto eu estou falando porque até o Presidente da Federação me falou isso aí). Quer dizer, nós estamos recebendo como resultado, a herança negativa exatamente do procedimento de cobrança. Aí, eu disse: "O problema não é da cobrança é o problema da própria instauração do próprio movimento que culminou com o dissídio para depois entrar na cobrança". Quer dizer, há toda uma ligação aí que tem que ser percebida. Isso eu coloco, em termos de crítica porque o que nos interessa é exatamente que cresça o movimento dos trabalhadores, que cresçam suas organizações de classe, que ele avance dando um salto qualitativo.

O PROCESSO DE INSTALAÇÃO DO DISSÍDIO E A QUESTÃO DO CUMPRIMENTO

A gente viu a experiência da greve em 79. Em 79, Romeu nos chamou para ir a Pernambuco onde ia se fazer a primeira experiência de puxar uma greve legal, nós fomos acompanhando em vários sindicatos, desde o início das discussões nos sindicatos, depois até a reunião do momento de deflagração da greve, se deveríamos deflagrar, esperar as outras assembleias ou deveria apenas fazer com os dois primeiros que tinham tido o quorum. O resultado foi aquele: os dois sindicatos que tinham quorum primeiro, que já tinham condições naquela semana de ir para a greve efetivamente foram para a greve, os demais ficaram para aguardar o processo dali a uma semana. Houve um resultado neste interregno. Houve o quê? Houve um resultado positivo inclusive do julgamento no tribunal. A primeira coisa que nos remete à questão da greve é que ela também tem um pouco de artificialismo, essa própria legislação ela tem um pouco de artificialismo. Como, por

exemplo: aqui no Estado da Paraíba, também no Rio Grande do Norte nós observamos isso de perto. Você promover com 30 sindicatos todo o processo de preparação da greve para forçar realmente, ser chamado à negociação depois, ser levado ao Tribunal, mas você não paralisar todo mundo. Quer dizer se cinco sindicatos importantes paralisam, eles podem realmente forçar, se advogado pela DRT, posteriormente ser julgado no Tribunal. Então, veja: isso entra até como um processo deseducativo também para muitos sindicatos, porque, simplesmente, a gente sabe que muitos sindicatos disseram: "Nós paramos todo mundo lá". E nós sabemos que não parou. Parou 10 caras ali, dentro de determinadas áreas (não vou citar aqui o sindicato, mas nós sabemos disso). Agora, imagine para cobrar, como é que esse sindicato vai cobrar? Ele não teve condições nem de mobilizar no período de greve. Não vai ter condição efetiva de cobrar. Então, tudo bem, tem lá uma legislação. Olha, o resultado positivo puxado por cima, mas o resto não vai cobrar. Lógico, se nós fôssemos colocar que todas as coisas tem um saldo positivo... mas a gente tem que perceber o que isso tem de deseducativo, (e os aspectos negativos nos remetem ao do próprio procedimento inicial). A outra coisa diz respeito à própria formulação desse processo. Quer dizer, nós praticamente começamos a tomar conhecimento da coisa aqui no Estado da Paraíba depois de determinado momento: quase no período da deflagração onde nós fomos participar. Evidentemente nós tentamos sentir no conjunto dos sindicalistas como é que eles estavam percebendo, como é que eles entendiam todo o processo. Como ele iria ser deflagrado e evidentemente como isso estaria ligado também ao processo do cumprimento. Eram pouquíssimos os que tinham realmente uma consciência clara disso e nós estamos vendo agora no cumprimento. Um dado é o sindicalista dizer: "sei, vou pra luta", mas é preciso realmente perceber até que ponto ele aí entra e como questão própria ou se é a concepção do próprio sindicato. Sindicato não é ele sozinho, sindicato são todos os trabalhadores da categoria daquele município. Até quando esse pessoal está realmente consciente e mobilizado para isso. Porque isso tem efeito também no processo da cobrança. Tudo isso que eu estou falando nesse processo de deflagração tem ligação com o agora, com o processo de cobrança agora. Na medida em que esse pessoal não tem consciência do todo não está mobilizado em função disso, efetivamente ele não vai ter condições de cobrança. Isso porque também é uma concepção do dono do sindicato, quer dizer, a diretoria que acha que é dona do sindicato. O sindicato é meu, tudo bem, eu fui lá, fui para a reunião da Federação, voltei para o que fez aquela programação de 50 reuniões de base (que também é artificial). Porque a gente está vendo que na cobrança não fez nenhuma reunião de base. Quer dizer: isso foi muito artificial. Então, a gente percebe que acabou gerando toda essa greve, foi um negócio articulado, que nós vimos que foi realmente apenas uma direção que se movimentou em função daquilo e não um todo e não o conjunto. Isso está colocado por todos esses elementos. Quando nós falamos na pauta de reivindicações, que sem dúvida tem conquistas importantes, vemos que tem outras que conflitam na relação da tabela, tem outras que realmente é uma reafirmação de textos legais, enquanto deveria ser a nível de conquista exatamente não aconteceu porque não fomos lá na base. Não fomos consultar o conjunto. Esse conjunto não partilhou... não é problema apenas de consultar, é o conjunto partilhar. Se ele partilha da elaboração, se ele partilha por meio do processo da consciência da coisa, se ele partilha porque ele se mobiliza exatamente para forçar, no seu conjunto, então você vai ter condição de cobrança de todos esses itens. Então, o problema é que não é a lei. A lei ela é simplesmente o texto legal. O próprio Romeu mostrou aqui que você pode encontrar mil furos em termos da própria legislação. Você pode

utilizá-la de mil formas. E entra dentro disso o aspecto social, quer dizer, toda a base social, a força social até para esse cumprimento. Então, se não se tem isso, se não se tem essa concepção a respeito de como tratar a questão legal, de como tratar o próprio movimento enquanto concepção, enquanto o próprio conceito de sindicato. Então, evidentemente você não vai poder ter resultados e não tendo resultados temos aquilo que nós assistimos em alguns lugares. A gente viu, por exemplo, durante o período de greve um dado necessário que foi exatamente assessoria. Agora, para a cobrança onde é que ela está? Trinta sindicatos, vamos colocar, que se mobilizaram. Onde é que está essa assessoria para cobrança hoje? Onde é que está mobilização para os paradesiros que poderiam forçar o cumprimento, o paradesiro no local? São interrogações que têm que ser feitas, porque se não se esvazia diante do próprio trabalhador. Quando eu disse que em determinado estado no 3.º ano, o movimento nem com caminhões conseguiu reunir a metade do n.º de trabalhadores que estavam no 1.º movimento, para a deflagração da 1.ª greve, é um perigo que também a Paraíba está correndo. E nós estamos correndo o perigo de daqui a mais 2, 3 anos termos que ser obrigados a sentar e aceitar o que os patrões disserem em torno da mesa. Fazer o que se chama dissídio frio. Então é um risco. Essa questão se coloca no setor mais dinâmico do Nordeste que é realmente a mata sul de Pernambuco, imaginem a Paraíba que é um apêndice no processo da cana.

**"A GENTE TEM QUE
IR AO FUNDO DA
CRÍTICA, SENÃO
NÃO CRESCE"**

Então, companheiros, eu acho que isso remete aqui a todos nós assessores, remete aos dirigentes sindicais e trabalhadores que não são da diretoria, que estão aqui presentes para que realmente se faça uma avaliação em cima disso; porque nós corremos o risco da disposição legal, o melhor instrumento legal que foi encontrado, voltar para a lata do lixo. Por quê? Porque não há possibilidade efetiva de ser cumprido, leva-se um retrocesso na classe trabalhadora e ficamos em uma situação pior que a anterior. São questões que eu coloco porque realmente elas levam a polemizar. É muito importante polemizar em cima dessas questões. Nós quando colocamos essas questões e nos defrontamos hoje, estamos discutindo aqui porque nós estamos diante de uma dificuldade grande que é exatamente a procura da cobrança. Nós levantamos que um conjunto de sindicatos ainda tem alguma possibilidade de usar instrumentos legais até com algumas dificuldades de cobrança, outros não têm nem isso, não têm nenhuma mobilização social, organização de base suficiente para fazer a cobrança social, como também não têm assessoria jurídica para isso. São questões da maior importância. São questões que devem ser levadas em conta porque elas estão intimamente ligadas até a um instrumento legal que se utiliza para a greve. Se a lei, se o próprio movimento que se articula para utilizar a lei, porque a lei está no papel, ela só age na prática se você articula com a ação social, se essa ação social é negativa, também a lei passa a ser letra morta. Não basta dizer, nós conquistamos 190 mil, estamos satisfeitos, vamos dormir. O cara continua pagando 120 mil cruzeiros de salário, abaixo do salário mínimo e obrigando a tarefas duas ou três vezes superiores. A provocar, como em alguns lugares, uma despedida violenta de trabalhadores rurais. Quer dizer, é preciso que tenha esse dado real que é o dado da crítica. A gente tem que ir ao fundo da crítica se não não cresce. Perceber que não fez nada lá, que não parou, que chegou lá na Federação e disse: "Parou todo mundo". E não parou nada. É preciso levantar isso aí, nós não temos delegado de base! A diretoria tem medo de colocar delegado de base porque o delegado de base vai tirar ele amanhã da direção do sindicato, aquele medo... Na medida em que realmente o sindicato não tiver um conceito, uma concepção que sindicato não é ele,

não é a filha dele, que ele colocou para trabalhar lá, não é o irmão dele que ele colocou lá na diretoria mas que os sindicatos são todos os trabalhadores e que deve ser mobilizado também, você não vai ter cobrança, você não vai ter resultado positivo. Na medida em que você não devolver a esse conjunto de trabalhadores essa aplicação e acreditar que ele trabalha, ele corta cana, mas ele tem uma capacidade de entendimento de decisão coletivamente muito mais forte que uma, duas pessoas, mesmo estando no cargo: nunca vai se chegar a nada. Vai ter é isso o resultado que nós temos aí. Então sobre a questão do legal... vocês vão dizer: "Wanderley foi lá para falar sobre a lei"... Eu estou falando sobre a lei de greve, mas eu estou falando sobre a lei de greve no aspecto do cumprimento dessa lei, de aplicação prática dessa lei. Do contrário ficamos com isso, grandes manchetes: Paraíba também fez greve. E daí? O que é que se cumpriu nessa greve? Então, enquanto não se modificar isso aí, pode vir a lei que for, uma ótima lei, o problema não vai resolver. Enquanto não tirar a questão das direções e discutir com a base, utilizar a assessoria também para discutir a pauta, voltar para o trabalhador para ele entender... O que a gente via nas assembléias era apenas uma repetição de pauta a toque de caixa, para poder efetivamente jogar para o povo que eles nem sabem exatamente o que eles ganharam. Vão dizer: "tudo bem, uma atitude louvável da Federação, produziu uma cartilha que chegou na mão do pessoal". Mas o problema não é a conscientização agora. A conscientização é um dado anterior. Então, enquanto não se perceber isso, não se tiver isso com toda a clareza, não se der conta dessas deficiências, efetivamente qualquer lei ela passa a ser uma lei negativa. Teriam outros aspectos menores para discutir, por exemplo: a determinância dos limites da zona canavieira. Quais os critérios que determinaram para estabelecer os limites da zona canavieira? A gente sabe que muitos companheiros, inclusive de algumas áreas da zona canavieira, estavam recebendo fluxo de outras áreas, áreas que tinham também o corte de cana. Tem uma série de interrogações que deveriam ser discutidas com o conjunto do movimento sindical e que efetivamente é um processo que nós devemos levar no sentido da autocrítica. Quer dizer, todos nós temos um pouco de responsabilidade. Temos responsabilidade quando não fomos fazer crítica direta lá na Federação no momento exato. Ela não nos chamou, então nós não vamos. Mas nós tínhamos obrigação de ir lá e discutir junto com aquelas direções sindicais que nós assessoramos. E ir lá. Eu acho que nós temos responsabilidade. Agora, temos uma maior responsabilidade. Nenhuma disposição legal se aplica enquanto nós não tivermos uma concepção exata de que sindicato não é instrumento de uma diretoria, não é meio de vida, não é emprego de algumas pessoas. Sindicato é o organismo para a defesa de uma classe. Nesse momento, exatamente, nós vamos resolver uma série de outras questões por aí. Companheiros, eu fico por aí, obrigado.



O debate

PROPOSTAS FORMULADAS PELO PRESIDENTE DO SINDICATO DE CAAPORÁ (PB)

Reuniões mensais de advogados do movimento sindical da Paraíba para discutir novas alternativas jurídicas para o encaminhamento da luta.

Discutir e encontrar meios para uma maior integração dos advogados para prestar bons serviços para os trabalhadores rurais.

QUESTÕES MAIS DISCUTIDAS

— A ênfase no aspecto legal para a mobilização durante a Campanha Salarial: vantagens e desvantagens.

— O piquete: aspectos legais e correlação de forças.

— Formas de luta para lograr o pagamento dos dias parados e o cumprimento do dissídio: a via jurídica é a pressão dos trabalhadores organizados.

TRANSCRIÇÃO DO DEBATE

PRESIDENTE DO S.T.R. DE PIRPIRITUBA: Recentemente nós tivemos uma greve dos canavieiros aqui no Estado da Paraíba. Depois uma imediata decepção ou frustração por parte dos sindicatos e dos trabalhadores: foi a questão do não pagamento dos dias parados. Isto porque durante o processo de desencadeamento da organização das greves — por orientação do movimento sindical — nós demos muita ênfase no aspecto legal. Dissemos que os trabalhadores permanecessem parados, que iam receber. Isso nós fizemos em nossas assembléias do sindicato, na reunião de ponta de rua, nos sítios, nos programas de rádios, em todo material de propaganda. Então, diante disso aí, eu pergunto o seguinte: se o fato de dar uma ênfase muito grande ao aspecto legal da greve legal não é uma das causas imediatas de baixar a moral do movimento sindical, de baixar a moral dos trabalhadores? Um outro aspecto, ainda dentro da lei, que eu gostaria que o nosso companheiro Wanderley respondesse também: se a ênfase dada ao aspecto legal em um dado momento no movimento grevista não seria desviado para pressionar a Justiça em vez de pressionar os patrões? Então são essas questões que eu gostaria que o Wanderley respondesse.

DR. WANDERLEY — Nós vamos dividir essa mesma pergunta eu respondo e o Romeu também responde. Tudo bem? Eu volto a levantar a mesma questão que eu levantei na exposição. Eu não rejeito o elemento legal. Eu acho que o elemento legal é também uma ferramenta, é também um instrumento. Eu acho que se deve dar a devida medida a cada coisa. Por exemplo o legal é um instrumento que se utiliza pelo social. Quer dizer, a força do social é que vai dar validade ao legal, não é isso? Então existe o legal, e o legal diz que os trabalhadores parados nos dias de greve terão direito a receber pelos dias parados, pela semana de greve. Esse é o legal, essa é a enunciação da lei, então está aí o legal. Agora, a cobrança disso implicaria antes de você ter um movimento, já na deflagração da primeira greve que permitisse você fazer uma cobrança também ao mesmo nível. Evidentemente como você não tem uma deflagração efetiva, você teve muito em número, mas que não corresponde à realidade, quando chega agora a cobrança você também não tem condições de cobrar no social. Então, você só

tem um elemento. É de tentar entrar para cobrar na Justiça, mas como é que você vai cobrar na Justiça uma questão quando o conjunto do movimento sindical não tem assessoria jurídica? Você tem na Federação, se não me engano, 3 advogados. Inclusive ocupados até com questões internas, e atendendo vários casos diferentes. Temos nós no Centro de Defesa 6 advogados, para dar uma certa cobertura, tem o pessoal de Guarabira que me parece tem uma equipe de 3 advogados, temos o Centro que não sei quantos advogados tem, um eu conheço. O resto são alguns advogados que pingam no sindicato, que cuidam das suas questões trabalhistas e outras questões e também dão atendimento. Então, efetivamente, é praticamente impossível você cobrar isso no legal. Nós temos que colocar o dado na mesa: juridicamente não se vai cobrar os dias parados. Por quê? Porque o movimento sindical não tem estrutura jurídica para cobrar juridicamente. Não estou colocando o mérito da questão, perceba, estou colocando o real. Não existe isso. O que deve existir? Deve existir o social que aliás é mais importante até que o jurídico, do que o advogado. O outro seria o social: a mobilização do pessoal, o paradeiro do pessoal. Então, você cobra, você tem direito a fazer uma outra greve em função disso, pela força social. É a única forma, então, eu acho que é questão de ênfase. A greve tem mil aspectos além da ênfase no jurídico que levam exatamente a esse impasse que se encontra agora: pouquíssimos sindicatos cobram, apenas alguns proprietários pagaram os dias de greve, pouquíssimos estão pagando o salário do dissídio. Então, o jurídico serve para dar respaldo, você pode ter meia dúzia de advogados pra ir quebrando o galho. Mas é o social, é a base organizada que serve. Eu acho que é bom dar uma refletida sobre isso. A pergunta realmente têm importância. Agora não devemos rejeitar o legal, o legal é uma ferramenta, como outra qualquer, certo? Mas a força é a força social. O problema de dizer que a greve colocou todo o aspecto jurídico no começo, o problema não foi isso, o problema foi que ela ficou só num enfoque, não se chegou lá no povo. Então, a decorrência é essa que temos aí, certo? Isso não é uma culpa da Paraíba só, mas da própria concepção, como a gente vê o movimento sindical.

DR. ROMEU: Uma complementação rápida. É o seguinte, primeiro a opção pela lei de greve ela vem sendo feita aqui nos estados do Nordeste em razão de atender as expectativas do trabalhador de receber os dias parados, porque numa greve ilegal essa possibilidade fica bem mais distanciada. A opção pela lei de greve é feita também por isso mas não é principalmente por isso. A opção legalista pela lei de greve passa muito mais pela questão de reduzir o espaço da repressão, de levar na devida conta a visão legalista do homem do campo, e considerar que se está fazendo uma mobilização com greve ainda numa conjuntura autoritária. Em razão basicamente disso é que a opção têm sido a lei de greve, não por amor à legalidade em si mesmo, mas como uma tática do momento. É possível que em outra conjuntura a opção da direção sindical seja outra. Agora sobre o ângulo específico de receber os dias de greve só há duas alternativas: se a expectativa do trabalhador é receber, só fazer a greve pensando em receber os dias parados, a alternativa (tendo que fazer por dentro da lei de greve) é a organização dentro dos engenhos pra receber pela pressão e a justiça do trabalho, com base na própria lei de greve. Agora se você faz por fora da lei de greve, você terá que ter uma organização muito mais forte pra receber esses dias na marra, como se diz, na pressão. Bom, no mais é o que Wanderley já colocou. Evidentemente que em toda dinâmica da campanha, a ênfase não pode ser o legal. A prioridade não pode ser a legalidade da greve, não pode ser, tem que ser a força das reivindicações, o que elas representarão em matéria de melhorias

de qualidade de vida dos trabalhadores. A força da mobilização passa por muito mais do que pela questão da legalidade.

PRESIDENTE DO S.T.R. DE BELÉM: A exposição dos dois advogados foi muito boa, muito clara. Mas agora ficou uma questão que eu acho que é uma preocupação de todo mundo que passou nesse processo. É a questão do piquete. A gente fez o piquete. Eu acho que todo o sindicato fez o piquete, mas tinha hora que a gente recebia uma orientação que era pra não fazer piquete, outra hora era pra fazer. Então, a minha pergunta: como é que fica esta questão do piquete, o que explica a lei de greve?

DR. ROMEU: Sobre piquete: vamos ver à luz da lei 4330 (que é anti-greve). O piquete é proibido em relação a trabalhadores que são registrados no engenho e que querem efetivamente trabalhar. Por exemplo, Antônio é registrado no engenho Açude e quer realmente trabalhar. Ele não tá sendo forçado a trabalhar; ele quer trabalhar. Então, em relação a Antônio, a lei 4330 proíbe o piquete.

Agora, a lei 4330 é uma das poucas garantias na nossa luta que assegura que o patrão não pode substituir os trabalhadores do engenho, que tenham aderido a greve, por outros trabalhadores de fora. Se o patronato passa por cima desta norma e quer botar trabalhadores em substituição, os trabalhadores grevistas passam a ter o direito de fazer piquetes contra esses trabalhadores de fora. Em relação aos trabalhadores de fora, não registrados, não se coloca a tão decantada liberdade de trabalhar. Eles simplesmente estão impedidos de trabalhar, até mesmo como base na lei 4330, que é autoritária e anti-greve, mas que considerou (como de mínima coerência por ser uma lei de greve) e proibiu o patrão de substituir os trabalhadores em greve. Então no geral o que ocorre é isso: o furo da greve não se dá pelo grevista registrado no engenho, empregados efetivos do engenho, se dá através de remanejamento de trabalhadores de fora. Então, em relação a esses o piquete é legítimo, é legal, é jurídico.

DR. WANDERLEY CAIXE: Vamos supor que a lei permitisse piquete mesmo pra quem quisesse trabalhar, certo? Você tem o legal, então você pode fazer piquete. A questão não está aí. A gente viu que aonde se fez piquete se fez porque: ou não houve uma intervenção policial, ou realmente a correlação de forças na cidade permitia. Em outros lugares não houve piquete, mesmo pra esses que o patrão colocava lá, clandestinos, pessoas de fora pra trabalhar, o que é ilegal e eles colocavam através da intervenção da polícia. Então, eu acho que não é também pra gente discutir: "Bem, e se fosse legal?" A gente tem que ver a correlação de forças neste processo. Por exemplo, a GIASA *. Na GIASA não adiantava você fazer piquete, ou qualquer outra coisa. O cara botava cinquenta caras armados lá dentro da GIASA, acampamento dentro da GIASA. O pessoal do município de Pedra de Fogo, que está aqui sabe como é que foi a coisa ali dentro. A questão não está no legal, a questão está exatamente na capacidade de organização dos trabalhadores, na correlação de força dos trabalhadores. Depende muito disso, porque se não a gente volta ao legal, se não levar em conta a correlação de forças no social, a gente cai no legalismo outra vez.

* Refere-se a uma das maiores destilarias de álcool do litoral paraibano.

DR. ROMEU: Eu acho que a pergunta foi feita quanto à legislação. Então eu quero dizer o seguinte: neste particular a lei não favorece. Agora se não têm uma organização frente às prerrogativas de uma lei anti-greve, aí são outros quinhentos. Evidentemente que pra você levar à prática prerrogativa de lei você tem que ter organização. Agora se fosse pra ter organização contra uma determinação ilegal seria muito mais difícil. A ênfase é no espaço que a lei nos oferece. Agora precisamos de organização pra ocupar esse espaço. A luta é muito desigual, realmente aqui na Paraíba principalmente foi terrível porque a polícia do Estado tomou a posição do patronato. Inclusive para dar cobertura às ilegalidades, é evidente. Mas é preciso ter a clareza de que neste particular a lei não favorece, mas oferece espaço a ser ocupado.

SINDICALISTA DE CAMPOS, RIO DE JANEIRO: Dr. Wanderley e Dr. Romeu disseram o seguinte: que o pagamento dos dias parados não era na justiça e sim na paralisação. Agora eu quero perguntar o seguinte: será que o que os trabalhadores conquistaram foi só estes sete dias parados? Ou tudo aquilo que foi aceito pelo patrão? Não só os sete dias, como todas as reivindicações que foram feitas na paralisação da greve. Então, companheiros, se ele joga na justiça para cobrar os sete dias que ficou parado e as outras reivindicações que eles fizeram, que ficou só no papel e eles não receberam depois que voltaram ao trabalho? Então, tanto faz na justiça ou na paralisação eles têm que receber, não só os sete dias como todos esses direitos que eu tenho certeza que não foi só este.

DR. WANDERLEY: Romeu se referiu exatamente àquela colocação que eu fiz, respondendo à 1.^a pergunta sobre a ênfase no legal. O que a gente colocava diz respeito também ao número dos advogados que existem aqui no Estado da Paraíba pra atender o movimento sindical. Então, a primeira dificuldade que aparece aí é uma dificuldade de cobrança na justiça. Não vou dizer, por exemplo, que o sindicato em qual o Centro de Defesa (C.D.D.H-EP) está atuando, está tudo bem, mas estamos lá preparando todo mundo, cobrando diferenças salariais, cobrando dias parados, entende? Alguns já foram cobrados e recebidos por outra via. Agora, a pergunta se volta à questão do social. Quer dizer a pergunta foi: a ênfase do jurídico, se ele não prejudica, não tem relação com a cobrança? Primeiro eu mostrei que não existem os advogados pra essa cobrança, no conjunto dos sindicatos. Bom, então a questão estaria para o social cobrar porque na medida que o pessoal pára, consegue parar pra cobrar a semana da greve, ele vai ter condições de parar para cobrar outras coisas; diferença de salários, etc. e tal, certo? Então segue este raciocínio. Agora remetemos pra outra questão: como o próprio movimento de greve decorreu de um determinado processo, o que vocês estão enfrentando agora é decorrência de um problema acontecido da preparação da greve e de como foi feita a greve. Não é o problema da lei, a lei permite até isso. Então é aquilo que eu disse na exposição anterior, é uma relação dialética. Você comete uma falha do início, você vai levar as consequências depois. Na época da greve, o Centro de Defesa (CDDH-EP) produziu um materialzinho que explica todo o roteiro, certo? Não adianta ganhar e não levar. A gente tem que fazer autocrítica da coisa pra dar o passo e crescer, pra construir. Então são duas questões: primeiro, repensar a questão da concepção sindical, quer dizer, o sindicato é a diretoria, ou o sindicato é o conjunto dos trabalhadores? Esta é a primeira questão. A segunda: como levar a questão de cobrança sem uma estruturação de base? Vamos ver esta experiência que vão fazer em Pernambuco, a uma coordenação do movimento todo pra cobrança. Então são as questões que remetem ao social (...). É possível que já a partir deste ano

não se use mais a 4330. Como foi possível em estados governados por governos de oposição se fazer movimentos por fora da 4330, quando antes não se fazia, nem por dentro, nem por fora. Fazia só dissídio frio, em alguns estados, gelados, e agora se fez quentíssimo, simplesmente por causa da mudança de conjuntura, em razão da mudança de um governador. Se fazia gelado, e digo gelado, porque era feito por cima, e chegado no tribunal, o tribunal aplicava a súmula 157 e dizia simplesmente: "esta reivindicação não pode ser nem considerada pelo tribunal, porque a categoria não é representada pelo sindicato dos trabalhadores rurais, e sim pelo sindicato dos trabalhadores na indústria".

Quando houve uma conjuntura mais favorável, os trabalhadores foram à greve por fora da lei e conseguiram representar os trabalhadores rurais, sem que a súmula 157 funcionasse mais. Então, a coisa já fez muito de cada categoria no contexto em que ela está. Repito mais uma vez: greve é fundamentalmente fato social, é instrumento da luta dos trabalhadores. Quanto à questão do legalismo camponês. O camponês pergunta: "Isto é de lei, é ou não é?" Então ele têm na lei um referencial. Agora não é imobilizador, inibidor, não! Se ele sabe que pra conquistar o direito dele, empurrado pela necessidade, ele tem que passar por cima da lei, ele passa, passa mesmo. Como têm passado em Pernambuco, rompendo a lei, como têm feito paradeiro por fora da lei também e outros tantos.

ASSESSOR SINDICAL DE CAAPORÁ: Gostaria de perguntar aqui ao Dr. Romeu sobre uma resposta dele. Pelo que entendi que ele deu 2 (duas) razões que justificariam uma luta estritamente legal, dentro do movimento sindical. Uma razão foi a visão legalista do trabalhador rural. Será que essa afirmação não é uma afirmação da visão que a estrutura sindical tem a respeito do trabalhador rural? Será que realmente o trabalhador rural tem esta visão legalista? A outra é argumentação sobre a tática. Há quantos anos atrás que se vem dizendo isto, quer dizer, a gente tem que ficar na luta estritamente dentro do legal porque é tática? Será que o movimento sindical se pergunta: Se esta tática era correta alguns anos atrás, ainda é válida hoje? Agora eu gostaria também de fazer um comentário recuperando um pouco o que Wanderley disse, quando ele falou a respeito do problema das assessorias. A gente sabe que muitos sindicatos e até a própria Federação explicam a impossibilidade de avançar um pouco mais no trabalho por conta das deficiências que se têm termos de pessoas pra ajudar no trabalho. Por exemplo, foi falado sobre a falta de advogados. Agora, por outro lado, falando como assessor de um dos sindicatos, devo dizer que a gente muitas vezes tem se colocado à disposição de outros sindicatos, da própria Federação, na tentativa de dar nossa parcela de contribuição no avanço da luta. E em boa parte das vezes, na grande maioria das vezes, a resposta que não é dada à nossa disposição de trabalho é o silêncio. A gente diz: "olha, estamos aí, quando precisar de alguma ajuda, pode contar com a gente". É o silêncio que a gente ganha em troca. Então eu fico perguntando, será que essa falta destes recursos realmente existe? Ou será que talvez a gente não tá sabendo, ou quem sabe não tá querendo, aproveitar os recursos que são disponíveis?

DR. ROMEU: O fundamental é que a greve seja vitoriosa. O que bota por trás é uma greve frustrada. Compromete o instrumento, abate a classe, desorganiza os sindicatos. Então, a preocupação central é que a greve conduza a uma vitória, à conquista das reivindicações. Se passa por dentro da lei, ou por fora da lei é que eu considero uma questão tática segundo o contexto de cada categoria, de conjuntura, etc. Não

se pode fazer por dentro da lei por mero amor à legalidade, prejudicando o social ou seja o crescimento de consciência da classe em razão da legalidade, nunca isso. Nem também, em razão de não querer fazer por dentro da lei anti-greve, arriscar a categoria a uma greve sem sucesso. O fundamental é que a categoria conquiste novos direitos; que estes direitos se transformem em melhoria de qualidade de vida, através do cumprimento.

Segundo lugar: as greves por dentro da 4330 não se têm dado dentro de uma visão estritamente legal, muito pelo contrário. A cada ano que se faz se rompe mais com esta "lei de greve", por dentro dela, exatamente nos pontos em que ela pretende restringir o direito de greve. Este ano, 1984, simplesmente houve a greve, independentemente de negociações diretas (quando a lei estabelece que só pode haver greve depois de cinco dias de negociações). Então, essa ruptura vem se dando ano por ano, o que comprova que a opção por dentro dela não é uma opção de objetivo legal, é meramente tático. Agora se o momento já aconselha um outro comportamento, a direção é que vai avaliar.



As Campanhas Salariais dos Canavieiros de Pernambuco: preparação, mobilização e luta pelo cumprimento

Expositores:

Agápito Francisco da Costa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata, PE

Pedro Luís de Assumpção, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igaracú, PE

Exposição de Agápito Francisco da Costa

É uma grande satisfação estar aqui junto de vocês para trocarmos experiências daquilo que é realidade da gente no nosso Estado. Acredito que estamos aqui para contar a realidade e não fantasia. Estamos aqui para dizer o que fizemos nos anos de 79 até agora. E seria muito se o tempo desse pra gente desenrolar todo nosso trabalho, desde quando sentimos a necessidade dos trabalhadores no tempo que pior eles passaram, dos anos de 64 até 78. Mas o tempo não dá, corre muito... E sei que a noite seria pouca para gente conversar tudo daquilo que a gente chegou.

Fizemos uma greve vitoriosa em 79, porque as outras greves pra gente de São Lourenço não teve mais o que fazer, foi continuidade de 79. Foi repetir aquilo que deu certo, porque como disse do início, o preparo veio na necessidade dos trabalhadores; o preparo veio do sofrimento dos trabalhadores, durante o tempo que eles não tinham outro meio a se vingar, a não ser recorrer de alguns direitos, reclamando na justiça do trabalho, que foi no período de maior arrocho, de maior repressão, de maior perseguição que foi de 64 até 78. Eu me refiro até 78 porque naquele ano os trabalhadores levantaram a cabeça e viram que precisavam fazer alguma coisa mais. Acharam que não podiam mais continuar sofrendo tanto e algumas categorias já tinham dado alguns exemplos de greve e outras formas de pressão. Então, nós de São Lourenço da Mata, em Pernambuco, e em outros municípios (como por exemplo, Paudalho) no ano de 78 a gente disse o seguinte: "Vamos olhar um pouco o que é que diz a lei de greve. E vamos se lembrar mais ainda o que a gente fez nos anos antes de 64, nos anos que os trabalhadores

tiveram barriga cheia; nos anos que os trabalhadores puderam comprar um radinho de pilha; nos anos que os trabalhadores puderam comprar um sofazinho-cama, não é? Os trabalhadores puderam comprar sua buchada, sua panelada de festa nos anos de 62, 63 e um tiquinho de nada de 64. Nós descobrimos que os trabalhadores eram os mesmos, não tinham mudado, apenas houve um golpe e com aquele golpe criaram uma lei, como já disseram aqui os advogados, uma lei anti-greve. Nós não fizemos greve de 64 até 78, porque os trabalhadores ficaram respeitando aquele golpe militar. Mas em 78 a gente se organizou e descobriu que a lei 4.330 tinha alguma coisa de se aproveitar. E exatamente a gente aproveitou alguma coisa (coisinhas poucas) da lei 4.330/64.

O preparo de São Lourenço da Mata foi grande. E se tornou muito fácil porque nós não vimos nenhum obstáculo naquela lei que pudesse dizer que a gente não tinha condições de fazer uma greve, sem medo, com fé e esperança. E assim a gente fez em 79. Quando todo movimento sindical estava preparando uma campanha salarial baseada na CLT (que, particularmente, eu considero pior do que a lei anti-greve), preparar a campanha salarial dentro da CLT, uma lei que esfria os trabalhadores e o tempo passa, ano e mais ano, sem que os trabalhadores tenham os seus direitos respeitados. Nós, então, pegamos na realidade alguns pontos da lei de greve e fizemos a greve em 79. Dois municípios prepararam, fizeram a greve, não fora da lei de greve, com aspectos da lei de greve. Mas com a preparação da base, totalmente por fora da lei de greve, porque nós preparamos os trabalhadores em 79. Eu quero dar bem ênfase à greve de 79, como já falei, porque serviu de caminho para as lutas de greve. Então nós vamos falar muito a respeito dela, que foi assim como uma vitória que até hoje nós fomos beneficiados. Os trabalhadores deram a força, a coragem, para as diretorias dos sindicatos, especialmente dos dois municípios que começamos (São Lourenço e Paudalho). Preparamos a greve como? De baixo, pra cima. Uma coisa é certa. Nós preparamos a greve sem chamar pra mesa de estudos, nem um advogado, nenhuma pessoa. Nós fizemos a preparação somente a diretoria e delegados de base e o comando de greve. Com isso quando a panelada já estava preparada para ir para o fogo, foi quando o nosso movimento, a Federação e a CONTAG chegaram para a coordenação do movimento nos últimos dias de preparação ou greve, porque tudo estava pronto, sem defeito e certo da vitória. Sem defeito, por quê? Nós estávamos certos de que seis mil e quinhentos trabalhadores existentes no município de São Lourenço da Mata, que é um município pequeno, todos eles cruzariam os braços e não deixariam ninguém trabalhar no seu lugar. Nós estávamos seguros disto, estávamos seguros também de que o tempo desta greve era indeterminado. Indeterminado, por quê? Na preparação nós vimos tudo que podíamos fazer para que a greve fosse duradoura e pudéssemos só voltar ao trabalho com a vitória total. Assim aconteceu. A greve começou no dia que os empregadores disseram não, até no dia em que eles disseram sim, dando aquilo que os trabalhadores precisavam.

**"PREPARAR A
PANELADA"**

Eu ouvi uma palavra piquete aqui, numa pergunta em termo jurídico. Lá em São Lourenço nós trocamos, inclusive a palavra. Nós não precisamos dizer que o piquete era piquete, mas que no engenho que tínhamos trezentos trabalhadores, todos os trezentos trabalhadores estavam no piquete. Não importava saber onde estava a força ao piquete, porque nosso estudo foi feito de maneira que isso não aparecesse. Mas todos os trabalhadores daquele engenho, por exemplo estavam de braços cru-

**ORGANIZAÇÃO
E MOBILIZAÇÃO
DURANTE A GREVE**

zados, em cima de uma ponte, com a pedra atravessada para proibir apenas aos caminhões passarem com velocidade, com bóia-fria para trabalhar no lugar dos grevistas. A ponte ficou interditada, os trabalhadores do outro lado, ninguém passava. E com a ferramenta de trabalho, né! O material de trabalho que vocês sabem que tem de tudo, material de trabalho do campo: tem foice, tem estrovas, tem enxada, tem picareta também. Tem vara, tem espingarda, tudo é instrumento de trabalho, acompanha tudo, não é? Ficaram no piquete de uma maneira reservada. É claro que era pra ninguém roubar, mas estava no piquete. A televisão chegou e não viu nada, trabalhadores somente com a bandeirinha da greve. Ninguém viu piquete. Também era até de se descobrir que no engenho não tinha somente trezentos trabalhadores, porque os mais inteligentes, os mais inteligentes não estavam no piquete aparecendo. O piquete sempre ficou no lugar estratégico. Então estas pessoas mais inteligentes ficavam descansando na sombra que ninguém via, para garantir o que é andamento da greve e integridade física dos trabalhadores do município. Isso aí foi no ano de 1979, e que se repetiu nos anos seguintes. O que aconteceu? Primeiro lugar: Preparação da greve que é a matéria que estou abordando a vocês. Preparação que nós consideramos antes da greve, o durante e o depois da greve, que é o cumprimento. No exercício desta greve tudo que se preparou foi cumprido, e não precisou usar tudo aquilo que se esquematizou. Mas nós, repito, deixamos tudo que a lei de greve estava impondo a nós, porque o que faz uma greve desenrolar e ter vitória, não é lei. A lei nós consideramos em São Lourenço apenas como uma porta para a gente entrar, para ser papo de falar para as pessoas que vem de fora e procuram saber como estamos fazendo uma greve. Mas o famoso piquete, proibido pelas autoridades, funcionou e funciona todo o tempo em São Lourenço das maneiras rigorosas possíveis. Perseguições houve, mas não tiveram êxito. Perseguições de empregadores, perseguições de policiais, não tiveram êxito. Trabalhadores não foram procurados, pois nem uma vez estavam aparecendo organizados. Eu não sei até quando poderemos continuar assim. Isso, companheiro, me alegrou muito, porque a vitória em 79 eu considero que foi total. E, é por isso que hoje não estamos com um nível de procedimento seguro sem precisar medir a pressão dos trabalhadores e a organização dos trabalhadores no decorrer da greve. Quero salientar, também, que muito êxito das greves seguintes, muitos êxitos aliás, decorreram do início da primeira greve.

1984: UMA PANELADA DIFERENTE

Essa nós tivemos uma obrigação de fazer diferente. Uma greve diferenciada das outras, porque os empregadores não queriam de jeito nenhum negociar, então a gente teve que preparar a panelada diferente. Se a de 79 só teve miúdo, mocotó, não é? Aquelas coisinhas tolas. Essa foi diferente, teve até folha de boldo, teve até folha de eucalipto e essa coisa toda, pra esperar mais a greve. E com isso nós tivemos a necessidade de conversar de boca de noite. (Conversa de boca de noite que não precisa esclarecer aqui que todos vocês já sabem). Em greve precisa de tudo um pouco e nessa conversa de boca de noite tivemos a oportunidade de preparar a escada e veio o maior número possível de trabalhadores para que eles enfrentassem a greve, deixando de lado tudo aquilo que eles pensavam que era coisa doada pela lei e que todo mundo teria que usar de cabeça. Por sinal trabalhadores conversaram sobre esse negócio de fazer greve esperando receber dias parados, simplesmente usando uma tática de legalidade de greve. Nós já fizemos de tal maneira que os trabalhadores tiraram da cabeça esse negócio. Esse negócio de legal ou ilegal, lá desapareceu. Na cabeça dos trabalhadores ficou apenas a palavra *greve*. Não queriam saber se era legal ou ilegal; não queriam saber se iam receber os dias parados ou não, e



isso foi feito dependendo das conversas de boca de noite. Na conversa de boca de noite, na preparação da última greve se descobriu que os empregadores não queriam aumento. Botaram fogo em cana para prejudicar os grevistas. Antes vinham de fora para tocar o fogo na cana outras pessoas e, às vezes, os grevistas não queriam deixar. Mas desta vez, no ano passado foi diferente nas conversas de boca de noite redescobriu que em greve, os empregadores precisam ter prejuízo, e que se eles pensavam que botando fogo na cana, trabalhadores iam apagar ou cortar a cana, eles rasgaram a boca. Por que eles botaram fogo na cana, ninguém apagou e nem deixou apagar, a cana ficou queimada e eles ficaram doidos. Ficaram querendo resolver o problema nas carreiras, não podiam mais. Daí por diante a gente sentia que cada hora que ia passando a greve, o parafuso ia dando uma volta também. Porque os trabalhadores estavam conscientes em todos os vinte e sete engenhos que nós temos no município. Quando o empregador botava fogo em cana, um lugar, aparecia outro... (...) No fim das contas eles tiveram que chorar porque o prejuízo ia ser muito grande. E quando pediram ao tribunal para resolver depressa já foi tarde, porque a greve do ano passado não foi como as greves de 81 e 82. Como isso, companheiros, não podemos dizer aqui bem claro, que a greve preparada não é só observando o artigo ou lei, muito pelo contrário, a greve preparada é consciente de força. Simplesmente: a gente tem que preparar o povo, preparar a base de tal maneira que os advogados quando precisam trabalhar é depois que o trabalho foi feito por nós. E depois que nós já fizemos algo e que precisa trabalho de assessores, advogados. Em resumo (que eu acredito que o tempo está se passando) trabalhadores demonstraram muita força porque, por exemplo, numa usina, de noite, boquinha da noite, queriam passar quarenta e dois caminhões lotados de cana de outro

*Zona da Mata -
Pernambuco
(foto Juca Martins/F4)*

município, caminhões deste troncado (vocês conhecem, troncados), superlotado de cana de outro município. Os trabalhadores quando viram estavam aí piquete, botaram as pedras na estrada, pegaram as foices... E os quarenta e dois caminhões, nem sequer com o apoio da polícia, conseguiram passar pelo engenho, bem perto da usina, não tinha nem um quilômetro de distância. A usina parada queria funcionar com quarenta e dois caminhões de cana. Tiveram que voltar porque por ali não conseguiram passar. Este problema de se amedrontar com policial no campo, em São Lourenço da Mata isso já é brincadeira, os trabalhadores estão sabendo muito bem como fazer. Por exemplo, no engenho Veneza tinha uma ameaça que os policiais queriam ir apagar um fogo de uma cana (mais de cento e cinquenta policiais). Os trabalhadores de Veneza mais cedo que os policiais chegaram no local e não deixaram, não permitiram que isso acontecesse (...).

GREVE É UM DIREITO DE VIDA

Então, pessoal, seria muito bom a gente passar a noite todinha aqui contando tudo que fizemos a respeito de greve, e de greve que vamos fazer mais forte. Mas quero dizer a vocês, a greve de São Lourenço da Mata, acredito, não é diferente da primeira greve realizada aqui da Paraíba que foi muito bonita. Eu assisti pela televisão e vim para aqui participar um pouco, também. Acredito que esse é o caminho real; é o trabalhador exigindo aquilo que ele quer e tem direito. Se não é um direito de Constituição, se não é um direito de CLT, se não é um direito de lei de greve, mais é um direito de vida. É um direito da vida humana, como qualquer pessoa deve ter. E para se conseguir não tem outro meio não: é por pressão. É como uma prensa que bota a massa de mandioca e quanto mais a gente imprensa aquele fuso, mais a massa vai enxugando e vai escorrendo e a gente vai conseguindo alguma coisa mais. Greve é isso. Greve não se faz com brincadeira, não se faz com fofoca, não se faz por boniteza. Greve se faz com trabalhadores conscientes, com trabalhadores exigindo mesmo pra valer (...) Eu só falei aquilo que mais eu gosto. Eu só falei da preparação da greve. E o transcorrer da greve e o depois da greve que é o cumprimento? Mas pra resumir tudo eu só digo o seguinte: se a gente conseguir preparar o povo para a greve, se a gente conseguiu a greve ser vitoriosa a gente só consegue o cumprimento do que se conseguiu com a greve, com outra greve. Com isso eu termino a minha explanação e estou disposto depois pra qualquer pergunta.

Exposição de Pedro Luís de Assumpção, Presidente do S.T.R. de Igaracú, PE

O companheiro Agábito colocou a posição dos trabalhadores do Sindicato de São Lourenço da Mata, a gente de Igaracú também vai fazer alguma colocação de como foi a preparação do movimento de greve lá em Igaracú. Portanto, eu queria dizer aos companheiros presentes é que estamos a dois anos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igaracú. Bem companheiros, com esses dois anos a gente já participou junto com os trabalhadores de duas greves lá no município. Três meses que nós estávamos no sindicato estourou uma greve, onde parou 100% dos trabalhadores. Mas na preparação mesmo para a greve, a gente

teve uma tarefa bem prolongada onde os trabalhadores ensinaram a gente a preparar a greve.

A preparação se deu no seguinte: Elaboramos um calendário de reuniões em todos os engenhos da zona canavieira, lá de Igaracú. Nestas reuniões nós passávamos um filme que tem em Pernambuco: o filme da campanha salarial. Nestas reuniões também, a gente já discutia a proposta de índices de tabela. Quer dizer, aqueles itens mais sentidos pelos trabalhadores. Os trabalhadores colocavam pra gente e a gente já discutia com eles. Foram escolhidos também os delegados. Cada engenho um delegado. Escolhemos também, para dar apoio a esse delegado cinco trabalhadores por cada engenho. Formando uma equipe de apoio ao delegado. Em preparação também, para a Campanha Salarial nós fizemos, e aconteceu em Igaracú, o I Congresso Municipal de Trabalhadores Rurais. Neste congresso teve a participação e a discussão de todos os engenhos, de 543 trabalhadores. Participaram do Congresso: 143 delegados escolhidos nos engenhos. E, também, neste Congresso Municipal, em preparação à Campanha Salarial foi escolhido em uma das Comissões uma equipe geral de apoio. Esta equipe geral de apoio, junto com a diretoria, junto com delegados e a equipe de apoio em cada engenho é que coordenou todo o processo de greve durante os nove dias de greve do ano passado. Então, foi mais ou menos assim, a nossa preparação, em relação à campanha salarial e foi também, neste sentido a organização e a mobilização durante a greve.

A PREPARAÇÃO

Os trabalhadores de Igaracú em 83 e 84 pararam todos. A gente sentiu pelos patrões uma série de ameaças, fomos proibidos de entrar nos engenhos. Mas os trabalhadores acompanhavam a gente diariamente. Aquela equipe geral de greve, aliás, a equipe geral de apoio era composta de 18 a 20 companheiros durante o dia. Então 5 horas da manhã a gente dava uma volta, dava um rodízio mesmo, em volta de todos os engenhos, em todos do município, aonde tinha cana. Passando em todos os engenhos. (Interrupção).

A GREVE

Em Igaracú o dissídio coletivo não está sendo cumprido totalmente. Este ano mesmo nós sentimos um grande atraso para a gente do Sindicato e também para trabalhadores, porque aumentou aquilo que Dr. Romeu colocou e nós sabemos: o desemprego. E foi totalmente descumprido o dissídio coletivo em relação ao peso da cana solta, na estimativa da cana solta. Trabalhadores faziam até três salários e recebiam um. Mas nos outros itens da tabela, o dissídio coletivo, em si, está sendo cumprido: em extensão da adubação, em extensão da limpa de mato. Não todos os itens, mas também, tem alguns itens no dissídio coletivo, como no caso a moradia dos trabalhadores (no município de Igaracú é uma verdadeira miséria. A casa dos trabalhadores são uma verdadeira pocilga, onde o próprio povo tem vergonha de morar) não são cumpridos. Em relação ao problema da terra: até o mês de janeiro, o problema vinha sério, com os trabalhadores da terra sendo proibidos de plantar, até as lavouras que eles estavam plantando estavam sendo arrancadas. Mas os trabalhadores resolveram neste mês de março o problema da terra, onde se conseguiu as duas hectares de terra para trabalhar. Pra ser cumprido esses itens que acabei de citar, os trabalhadores têm a coragem de discutir esses mesmos problemas em reuniões, nos engenhos, de tirar comissões de trabalhadores e cobrar diretamente da administração da empresa. No caso, são centenas de ações

O CUMPRIMENTO

diretamente ao escritório da usina São José, a usina que fica implantada em Iguarassu. O item de transporte seguro ainda não conseguimos, mas estava numa situação muito ruim, porque os trabalhadores estavam sendo carregados por carroceria de trator e passaram a voltar a andar no caminhão. Fazem comissões de trabalhadores, cobrando direto no escritório da própria usina. Também no escritório central, onde está o grupo Votorantim (que também está aqui na Paraíba) esses mesmos trabalhadores foram diretamente ao escritório central cobrar do coordenador estadual que fosse cumprido os três itens: moradia, transporte seguro e o atrasado do salário (que este ano ele não pagou). Com a volta dos trabalhadores foram feitas uma série de ações pra gente conquistar o transporte seguro e eles voltaram a pagar o atrasado do salário. Então, companheiros, para o cumprimento do dissídio coletivo, as ações têm acontecido diariamente. Os paradesios tem sido rotina do dia-a-dia. E nós estamos visitando os trabalhadores nas frentes de serviços, no local de trabalho, onde ele está... Seria isso que eu poderia colocar pra vocês.



O debate

— Formulada pelo dirigente sindical de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Ao final do Encontro prestar uma homenagem a Dona Elizabeth Teixeira.

— Formulada pelo Presidente do Sindicato de Caaporã (PB)

Abrir uma discussão no interior do movimento sindical sobre as vantagens de uma Campanha Salarial e uma greve unificada nos três estados: Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

PROPOSTAS

— Os primeiros anos de greve em Pernambuco.

— O problema dos trabalhadores "de fora" (de outros municípios e estados) que enfraquecem a greve.

— Diretorias de Sindicato não comprometidas e a questão da Campanha Salarial em toda zona canavieira.

QUESTÕES DISCUTIDAS

O dirigente sindical de Campos (RJ) pede que, em resumo, se coloque o que aconteceu em Pernambuco nos anos de 80, 81, 82 e 83, e qual a expectativa para 85. Agápito, presidente do S.T.R. de S. Lourenço, responde:

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Eu acho é bom. Exatamente a gente deixou, esperando essa oportunidade. Vinte minutos só deu pra falar aquilo que a gente falou. Tive que resumir tudo, não é? Eu cheguei a dizer que a greve de 79 foi o caminho para as demais. Mas atendo com muito prazer a pergunta do companheiro de Campos para dizer o seguinte: Na greve de 80, os municípios de S. Lourenço da Mata e Paudalho repetiram a mesma dose. Isso quer dizer: mais uma vez somente dois municípios chegaram a passar por sete dias ou oito. Sete dias, aliás, não é? Foi uma greve repetindo o mesmo feito da de 79. Com a mesma força e que, na realidade, não foi uma vitória do mesmo feito, porque não mais negociada, já foi julgada no Tribunal Regional do Trabalho. Sentimos essa diferença. No ano de 81, preparamos a greve no mesmo sentido. Porém os empregadores descobriram um meio, uma estratégia de uma maneira tal, que só chegamos mesmo a fazer um dia de greve, porque levamos em consideração que os trabalhadores não podiam voltar ao trabalho, sem saber o que foi que ganharam. Mas o Tribunal resolveu de madrugada. Faltou energia, o Tribunal acendeu vela, mas não deixou passar para o dia da paralisação, que era o dia seguinte. Mas pelo menos, os municípios mais organizados chegaram a fazer um dia de greve: trazendo o povo pras ruas, fazendo a passeata e demonstrando que só voltavam ao trabalho, depois que soubessem o que ganharam. Isto foi no ano de 81. No ano de 82 mais uma vez os empregadores usaram a tática de recorrer imediatamente ao Tribunal, no primeiro dia de negociação. E também, mais uma vez, não houve greve definitiva, ou seja, greve de uma maneira que os trabalhadores sentissem a paralisação com piquetes e etc. No ano de 83, a gente começou a estudar mais. Aí não vamos deixar de dizer e louvar o trabalho dos advogados, especialmente o nosso assessor, Dr. Romeu (não é de corpo presente não, mas ele está aí). Tivemos várias conversas de boca de noite, também. E descobrimos a tática que os empregadores tinham, então a gente inventou uma também. No ano de 83, a gente disse o seguinte: "Na hora que eles se levantarem da mesa, a gente pára", mesmo fugindo totalmente aquilo que a lei de

greve dizia — que tinha que esperar os cinco dias. Isso a gente não aceitou mais. Então, no ano de 83 teve um tiquinho de greve. Não foi muito tempo, não. Em alguns municípios chegou-se, se não me engano, a três ou quatro dias de greve. Agora tendo em vista o ano de 83, essa greve mesmo assim sendo feita, o processo foi para o Tribunal. Tendo em vista isso, a gente se organizou mais. (E também, as decisões do Superior Tribunal foi que aperreou mais os trabalhadores e os dirigentes sindicais). O ano passado a gente não agüentou mais não. Então a gente disse o seguinte: “agora é começar pela cabeça mesmo, porque no outro ano eles começaram a negociar pelo pé”. Isso quer dizer, na última negociação (83) nós tínhamos quarenta e duas reivindicações e empregadores na DRT e no Tribunal conseguiram começar a negociar de baixo pra cima. Quando chegou no melhor, que era o salário, disseram: não. O salário não, nada de salário, já tava no último dia, então a greve foi sem gosto. Aí a do ano passado a gente disse o seguinte: “Agora começa de cima pra baixo. É do salário, ou começa do salário ou a gente não negocia outra cláusula”. Isso foi em conversas de boca de noite, não é? Na preparação toda. E assim a gente fez na negociação do ano passado quando os empregadores chamavam para negociar pela televisão e pelo rádio, a gente estava sentado, estudando a forma de brigar com eles. E assim, na hora da negociação a gente levou mais gente, só de S. Lourenço foi mais de trezentos trabalhadores. E de todos os municípios foram muitos trabalhadores para o prédio da negociação, para exigir negociar pelo salário. Foi uma briga muito bonita, muitos trabalhadores gritando embaixo do prédio e mesmo assim, os empregadores não quiseram negociar, e a gente já voltou para as bases com a decisão da greve, no dia seguinte. De uma greve diferente, de uma greve que eles não esperavam. Uma greve que o próprio Tribunal Regional do Trabalho sentiu: e pela primeira vez instaurou o dissídio coletivo da maneira real. Porque pela lei de greve quem deve instaurar o dissídio é a procuradoria do trabalho, jamais os empregadores. Nos anos anteriores, os empregadores que preparavam o pedido da instauração do dissídio. E a gente que entrava como autor, saía como réu. A gente saía de lado, de cabeça baixa. Os empregadores de cima, instauraram o dissídio. Desta vez, não! Quem instaurou foi a procuradoria do trabalho, porque viu que os trabalhadores estavam certos. A greve deste ano teve um aspecto totalmente diferente das greves de 80, 81, 82 e 83. Então, com essa explicação acredito que respondi à pergunta do companheiro de Campos. Faltou um pouquinho de nada. Ele perguntou ainda sobre a expectativa para 85. Tudo bem. Mesmo com a Nova República mesmo com a esperança de um novo tempo, os trabalhadores não acreditam muito e não vão deixar para se organizar depois. O nosso trabalho está sendo do mesmo jeito. Amanhã nós estaremos com assembleias em todos os sindicatos de Pernambuco, preparando para a campanha do cumprimento do dissídio coletivo, que não deixa de ser um avanço em preparação para a greve de 85. Todos os primeiros domingos de cada mês estamos no Sindicato de S. Lourenço, preparando cinco trabalhadores de cada engenho. É em média 120 trabalhadores em cada primeiro domingo do mês, preparando os pontos estratégicos, vendo os defeitos passados para que esses defeitos não caiam nas greves futuras. E eu acredito se houver negociação, tudo bem, nós estamos preparados para negociar, mas não deixamos de jeito nenhum a preparação de uma greve sem defeito. Eu espero que este ano a vitória seja maior, com ou sem greve. Bom, a nível de Estado eu não estou autorizado pra falar, apesar de ser suplente da Federação. Eu sou suplente delegado, bem lá embaixo. Eu não estou autorizado, mas sei — pela avaliação que fizemos — que a greve do ano passado atingiu uma média de 90% de paralisação, apesar dos empregadores declararem totalmente diferente. (O

que nós não vamos levar a sério, que ele tem que dizer aquilo mesmo). Mas foi uma greve que teve um avanço muito grande. Em todos os municípios houve um trabalho maior e uma participação maior dos trabalhadores, também. Isso nós sentimos. Cada município está com sua atuação, não sente na pele ou na íntegra o que se realiza em municípios diferentes, mas na avaliação (eu acredito muito na honestidade dos companheiros), tiramos esta conclusão: foi na média de 90% de paralisação. Bom, na região canavieira de Pernambuco nós temos 44 sindicatos e todos eles aderiram à greve de 84. Eu não posso dizer aqui que foi aderindo por livre e espontânea vontade dos diferentes líderes sindicais. Quero dizer que muitos dirigentes sindicais assumiram a greve (aceitaram a greve) por pressão dos trabalhadores; que todo mundo sabe que onde existe um município fazendo greve, o município vizinho também está interessado, seja ou não com a vontade da diretoria do sindicato. O nosso estado ainda temos muito sindicato que pra ele se não tivesse greve seria melhor. Vejam bem, minha colocação, diretoria de sindicato. Porém os trabalhadores fazem com que essas diretorias pelo menos botem um edital no jornal, convoquem assembleia, aceitem a coordenação da FETAP e da CONTAG. Distribuem panfleto a pulso, né? Tem gente se escondendo até nos banheiros, mas mesmo assim, a greve é estourada e eles têm que acompanhar. Não resta dúvida de que a Federação e CONTAG tem ido até as bases para sustentar esta greve, de uma maneira até que eu não aceito isso. Isso é uma vergonha, um presidente sindical ter que tá esperando que a FETAG e CONTAG vá para a base distribuir panfleto e pedir que os trabalhadores parem. Mas é claro que nós não estamos ainda num sistema global, ou seja, numa homogeneidade que todo mundo sente a mesma dor na pele. Por isto, repito, quarenta e quatro sindicatos aderiram à greve, uma média de 90%. É claro que houve sindicato que pararam 100%, estes ajudaram aqueles que pararam 70%; outros parou 80%; outros parou 50%. E no fim das contas quando houve partilha, a média foi de 90%, tudo bem.

PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAAPORÁ (Pb): Um dos fracassos da nossa greve aqui, por um lado, aqui nesta banda daqui foi a invasão dos companheiros de Pernambuco (de Goiana, de Condado, de Taquitinga, de Timbaúba e outros municípios), os companheiros desta banda aqui foi a invasão do Rio Grande do Norte, não é? E a gente tem visto aí muitas conversas e vice-versa. Quando aconteceu a greve de Pernambuco vários trabalhadores da Paraíba foram furar a greve lá. E quando aconteceu no Rio Grande do Norte, vários companheiros foram furar a greve no Rio Grande do Norte. Então, a nossa pergunta é como fica a discussão em Pernambuco para que este ano a gente vai fazer greve unificada, como fazer uma greve nos três Estados?

PEDRO, PRESIDENTE DO S.T.R. DE IGARAÇÚ (PE): Bem, esta preocupação do companheiro é uma preocupação da gente também, lá em Pernambuco. A gente sofre a mesma coisa; os companheiros que é chamado "clandestino", ou mesmo "bóia-fria", que vem do Agreste, do sertão de Pernambuco mesmo. Também aqui da Paraíba, muitos trabalhadores daqui já esquentou a cabeça de dirigentes sindicais lá, e até dos próprios trabalhadores quando estavam em greve quando ele chegava lá pra furar. Mas a discussão está dando o seguinte: (no último encontro que houve na Federação em Carpina) discutir com os dirigentes sindicais do Agreste e sertão. E eles se comprometeram com o movimento sindical de fazer um trabalho nas pontas de rua lá no Agreste e sertão para segurar os trabalhadores clandestinos ou bóia-fria, para não vir furar a greve aqui em Pernambuco. Então, o

trabalho está sendo feito, e eu acho que é uma tarefa da gente também de Pernambuco. Apesar de não estar todo o sindicato aqui, mas a gente sabe que em alguns municípios citados pelo companheiro (apesar de não ser todo o município citado pelo companheiro), o sindicato está lá embaixo, né? Está daquele lado que não deveria estar, na época de hoje. Os trabalhadores ainda estão trabalhando como "clandestinos" e realmente tem este nível. A consciência destes trabalhadores ainda não está correta, do jeito que a gente quer.

AGAPITO, Presidente do S.T.R. de S. Lourenço da Mata: E completando o que o companheiro Pedro esclareceu sobre a pergunta do nosso nobre companheiro, também. Seria ótimo, ótimo, se a campanha fosse unificada: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Não somente, talvez, em termos de descida ou subida de trabalhadores clandestinos na época da greve. Lá em S. Lourenço nós não nos importamos com isto. Nós achamos até bom quando vem um caminhão cheio de "bóia-fria" que chega no piquete, porque vai engrossar, só vai somar. Passar para trabalhar não, de jeito nenhum, não passam. Só é pena porque os companheiros que desce... (Eu não sei se tem ido da Paraíba, mas tem uma tal de Mata Virgem que parece que é da Paraíba mesmo). No primeiro dia de greve chegaram, mas simplesmente eles desceram do caminhão porque tiveram medo: sabiam que na frente tinha valeta, o caminhão podia virar... Sabiam que na frente tinha tábuas cheias de pregos e que o pneu dianteiro do carro podia estourar... Sabiam que na frente tinha gente descansado nas sombras, que não sabiam se era trabalhadores que vinham em cima do caminhão, ou se era pistoleiro das usinas... Eles sabiam de tudo isso! No primeiro piquete eles ficaram também; só fez pena porque tiveram que ficar o dia todo. Não deixaram voltar não. "Vocês vieram, ficam aqui agora, participando do piquete, também". Então, o bóia-fria que for pra S. Lourenço da Mata só vai somar, não vai trabalhar de jeito nenhum. Mas tendo em vista, o mesmo interesse de unificar as campanhas salariais é muito bom. Se puder um dia fazer a data-base tudo do mesmo modo e ser greve na Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. O que é mesmo é a força de fazer os patrões negociarem, porque os trabalhadores daqui pra frente vão descobrir que deles depende a vitória. Então, não vai querer trabalhar, não. Lá no nosso município, repito, estamos virgem, isto quer dizer: em tempo de greve, a palavra é greve. Quando nós descobrimos que tem estratégia de empregadores pra levar policiais, capangas, pistoleiros, etc., como aconteceu no ano de 83, nós levamos todos os trabalhadores pra rua. No primeiro dia de greve, enquanto os pistoleiros estavam procurando os piquetes no campo, com a polícia, os trabalhadores tavam na rua de S. Lourenço, todos eles. Por que nós garantimos isso? Porque em cada engenho tem o comando de greve — o delegado e o grupo que coordena os trabalhadores. Então, quando a gente manda os ônibus buscar os trabalhadores vem todos eles. É marido, é mulher, é vizinho, é menino, vem a família toda. Quem trabalha e quem não trabalha. Então aí deixamos o campo totalmente abandonado. Quando a polícia de sorte foi pra lá, e voltou, chegou na rua Hermano Braga tomada de trabalhadores, mais de sete mil trabalhadores. Então não pôde fazer nada mesmo. Então, aí veio bóia-fria, veio tudo que estava no campo. Então esse ponto aí que o companheiro levantou é muito importante, com referência da força da greve é muito bom. E que eu espero que todos os municípios têm que trabalhar neste sentido. Greve é greve. Já estamos alcançando algumas mudanças, não tem a maior dúvida. Tá caminhando bem. É preciso mudar para que cada um assuma sua parte. Este trabalho tá sendo feito lá em Pernambuco. Vários sindicatos. Posso denominar alguns deles aqui. Igaracú, por exemplo. Queremos dar o exemplo

de Igaracú, lá se lutou muito. Com a ajuda de vários segmentos se tirou a velha diretoria. Está aqui o companheiro Pedro. Já fez duas greves e está muito bem. Por sinal, S. Lourenço está tendo vitória com isso; porque é vizinho de Igaracú*. Pena que José Rodrigues não está aqui pra dizer sobre outros que ele é o presidente da FETAP. A nossa colocação nos encontros regionais da região canavieira é exatamente dizendo isso: FETAP e CONTAG têm que gastar muito (tanto em esforço físico, como financeiro), para trocar estas diretorias. E bom seria que isso fosse da mesma maneira acelerada, acelerada mesmo. Isto para trocar essas diretorias que não estão fazendo nada. Em tempo de greve é obrigado ter trabalho extra para conseguir alguma coisa para os trabalhadores.

Assessor do Movimento Sindical de Pernambuco usa a palavra e pede aos sindicalistas daquele estado que coloquem as principais dificuldades, pois seria útil ao movimento da Paraíba conhecer os problemas comuns.

AGAPITO, PRESIDENTE DO S.T.R. DE S. LOURENÇO DA MATA: Olha, eu estou disposto a ficar aqui até a madrugada, não tem problema não. E só respondo aquilo que sei. Isso eu sou claro pra vocês. Qual a maior dificuldade que nós temos em Pernambuco? Na realidade, na preparação da greve, no exercício da greve, as dificuldades são muitas e muito maior é no cumprimento. Primeiro, na preparação e na greve todo mundo se submete a fazer alguma coisa. Aí não é tão difícil. Os dirigentes, os colaboradores, todo mundo cai em campo e faz alguma coisa, no final de tudo dá certo. Mas, há desonestidade que aparece ainda em muitos dirigentes... Eu disse muitos dirigentes. A gente não está aqui pra enganar ninguém, não está aqui pra dizer que nós somos os bons, não é. Há dirigentes que levam em consideração apenas a vitória da greve. Volta ao trabalho, e deixam de lado a exigência do cumprimento do dissídio coletivo, que é a colheita do fruto. Isso é a maior dificuldade que nós temos. [interrupção]. Sou contra isso, mas tem que aceitar: têm dirigente que só faz greve porque corre dinheiro. O movimento sindical tem uma doença muito grande, essa doença é exatamente aquilo que diz respeito ao dinheiro. Para quem não é honesto, dinheiro é uma desgraça, e isso eu sinto. Não sou, repito, membro da federação definitiva. Sou um efetivo, aliás, um suplente e que não estou por dentro de todo andamento da campanha salarial do Estado, e também do cumprimento. Sei daquilo que sinto numa avaliação e o fracasso é esse aí. Há municípios que preferem fazer uma fábrica de caixão, atrás da sede do sindicato para doar caixão para os defuntos, e deixam o dissídio escondido numa gaveta. Então, o sindicato desta maneira a gente sabe que ele entra na campanha salarial, prepara a greve e diz que fez greve. Eu não sei, não fui lá, mas demonstra, na hora do cumprimento não faz patavina nenhuma. E eu sei que lá o trabalhador não ganha o salário. É dois dias numa conta, trezentos cubo, tirando duzentos cubos de cana solta pra ganhar um salário. É uma miséria total (...). Estamos lançando uma campanha de cumprimento, amanhã e quando estávamos distribuindo panfleto, os trabalhadores perguntaram em S. Lourenço: "A campanha é só pra isso? Se for só pra isso a gente não vai, não". Por que eles disseram isso em S. Lourenço? Eles disseram porque sentem na pele que naquele município não é da maneira que a gente está abor-

* Além de Igaracú, outros exemplos foram colocados. Deixamos de transcrevê-los por dizerem respeito a questões particulares do movimento sindical de Pernambuco.

dando. Então, é o caso do companheiro de Paudalho. A situação não é como em outros municípios que tem por aí. Que o trabalhador passa dois dias numa conta, passa a semana pra ganhar três salários. Não, lá eu digo a vocês: não tem um trabalhador que passa além das 11 horas que não tenha tirado o seu salário completo. E é que não pega de madrugada, pega de 7 horas. Duas tarefas, essa coisa toda (...). A tarefa da cana que já está determinada, nós botamos no panfleto. Já está sendo não totalmente cumprido, como diz o companheiro Pedro, que os cabras são ladrões, mesmo. Pega a balança rouba 3 kilos na frente do trabalhador, ele não descobre. É muito rápido. Mas vamos fazer uma assembléia amanhã, com mais de dois mil trabalhadores. Vou cantar minhas músicas, vou recordar todas as músicas, desde 79 até 84. Eu vou passar um dia muito feliz, depois tomar cachacinha mais os trabalhadores, que não tem muita coisa pra fazer não.



Canavieiros do Rio de Janeiro: preparação para campanha salarial, organização e mobilização para a greve e para o cumprimento

Expositores:

**José Rodrigues Sales, suplente de diretoria do Sindicato dos
Trabalhadores Rurais de Campos, RJ**

**Jaci Pereira da Silva, membro da diretoria do Sindicato dos
Trabalhadores Rurais de Itaboraí, RJ**

Exposição de José Rodrigues Sales, do Sindicato de Campos, RJ

Em primeiro lugar, companheiros, eu quero dar os meus agradecimentos a essa equipe que organizou esse grande encontro que está sendo maravilhoso para todos nós. Não só para nós lá no Rio de Janeiro, como a todos nós que estamos aqui presentes. Agradeço certamente à Federação da Paraíba e o grupo da CEDI, ao Beto e à Neide, e mais companheiros que estão aqui.

A gente quer falar alguma coisa sobre a troca de experiência que a gente tem sobre o Estado do Rio de Janeiro que se fala norte-fluminense: é Campos, Estado do Rio de Janeiro. É que lá, companheiros, a coisa é difícil também. Não é fácil como muitas pessoas pensam. É difícil. Sobre a repressão da polícia, repressão de patrão que no momento lá, pelas primeiras greves que a gente fez, não houve isso. Essa é diferença que a gente encontra num Estado para outro. Mas sobre a dificuldade de todos os trabalhadores, isto não resta a menor dúvida que a dificuldade é a mesma. Trabalhador rural é todo ele sofredor. Isso não tem para onde sair. Então, precisa que a gente se organizar bastante pra gente quebrar toda essa dificuldade que a gente encontra pela frente.

Lá a campanha salarial de 84, ela começou no seguinte ponto:

Os trabalhadores com muito processo na justiça, cobrando seus direitos e achando que a justiça muito demorada. Infelizmente que ela é devagar mesmo. Isso é outra coisa que a gente tem que ver se acabar. A gente entra no processo na justiça, leva dois, três anos pra ser resolvido — desanima um bocado o trabalhador. A gente, em 84, ouvia falar na greve dos canavieiros de São Paulo e ouvia falar também na greve de Pernambuco.

Aí a gente falava assim: Pôxa, companheiro, o pessoal de São Paulo, Pernambuco consegue tudo e a gente não consegue nada? Então, vamos ver se a gente fazemos alguma coisa pra nós aqui. Nós temos barriga do mesmo tamanho que tem a barriga dos trabalhadores de São Paulo, Pernambuco e outros Estados.

A PREPARAÇÃO

Vinte anos atrás não se ouvia falar em greve no Estado do Rio de Janeiro? Aí a gente ficou pensando como faria. Começamos a se mobilizar. Era em cada esquina, dentro de ônibus, era nos bares. Onde a gente desconfiava que tinha espião do patrão, espiando as organizações da gente, a gente não ia. A gente ia pra casa do trabalhador, conversava com ele mais um grupinhos ali vizinhos. E por aí fomos conversando, bate-papo e tal, até que chegou aonde nós queríamos. E essa chegada se deu o seguinte: no meado de fevereiro pra março nós começamos fazer assembléia no sindicato. Assembléia esta já através das organizações nas bases, com os trabalhadores e toda a diretoria do sindicato. A gente sozinho não faz nada não, mas entre com todos os companheiros a gente faz muita coisa. Quando foi no dia 22 de julho, já tinha um mês e quinze dias que tinha começado a moagem. Toda essa organização, ela começou antes, mas ela só se deu mesmo, quando já um mês e quinze dias após ter começado a moagem, porque o tempo foi curto pra gente logo começar do início da moagem.

A 1.ª ASSEMBLÉIA

No dia 22 de julho de 1984, os companheiros do norte-fluminense foi se ajuntar no clube. A sede do sindicato não é tão pequena, mas não comportava todos os trabalhadores que vinham para a assembléia. Aí o movimento entre a Federação, CONTAG e o Sindicato alugou um clube que tinha possibilidades de caber 6 mil trabalhadores, porque nós não achamos por bem levar os trabalhadores pro campo de futebol. E ali os trabalhadores fizeram as suas reivindicações — nossas — não é? Nós trabalhadores. E deram um prazo aos patrões de oito dias pra que eles atendessem as reivindicações nossas. Se eles — dentro deste prazo de oito dias —, se eles não cedessem nós entraríamos em greve, logo a seguir, daí a oito dias. A pauta foi apresentada aos patrões e ficamos aguardando a resposta por sete dias. Foi de um domingo pro outro são oito dias, do dia 22 a 29.

A 2.ª ASSEMBLÉIA E A DECISÃO PELA GREVE

A segunda assembléia, essa já seria pra ter resposta dos patrões, se eles realmente tinham atendido à nossa reivindicação. A resposta foi negativa. Os patrões não atenderam às nossas reivindicações. O quê que nós trabalhadores decidimos? A partir de zero hora do dia 29 entraremos em greve. E não se movimentaram pra nada, pra nada, mais pra nada. Inclusive, os caminhões a gente parou também, pra não trafegar para a usina, porque senão os caminhões indo para usina com cana, realmente a usina não parava. E nós queríamos ver o prejuízo da usina. Porque sem prejuízo a gente não ia ter resultado nenhum. (Eu tenho um jornal aqui para mostrar a vocês daqui um pouquinho, aqui está qual foi o prejuízo que a Usina teve dentro de 36 horas). Tudo bem, entramos em greve. E por aí começou a loucura dos fazendeiros, dos usineiros dizendo que queriam os trabalhadores rapidamente no serviço, porque o prejuízo já era grande. E a resposta nossa era uma só: "vamos voltar ao serviço, mas depois de tudo que nós pedimos, vindo às nossas mãos. Porque há 20 anos que a gente vem sofrendo. Nós decidimos agora, está decidido". E os trabalhadores

estavam mais conscientes do que estavam antes, já sabiam que daquele momento em diante a greve era muito importante para todos os trabalhadores. Inclusive com o respaldo dos outros Estados, São Paulo e Pernambuco, que foi o primeiro Estado que entrou em greve. Ficamos dois dias em greve. E esses dois dias, graças a Deus, não deu quebra pau, não deu... Assim dizer, de trabalhadores entrar em armazém pra pegar... entendeu como é? Pois bem, aí quando foi logo no dia seguinte, que era o segundo dia de greve, os patrões manda notícias em jornal para os trabalhadores que eles podiam voltar para as suas atividades, porque as coisas estaria tudo resolvido, conforme os trabalhadores tavam querendo. Qual foi a resposta dos trabalhadores? "Nós só voltamos ao trabalho com ordem do sindicato, com ordem da Federação, com ordem da CONTAG, que estão aqui coordenando a nossa greve". Por notícia de ninguém nós voltamos ao trabalho. Pois bem, e por aí ficamos.

Uma coisa vou dizer a vocês, antes da pergunta que vocês, eu sei, vão perguntar. Nós não fizemos greve por dentro da lei. Isso aí também foi uma coisa que a gente fez, certo? É que devido ao sofrimento dos trabalhadores estavam passando a gente estava achando que o tempo era curto prá procurar a lei a "lei de greve". E conforme a gente já viu que ontem, esta lei 4.430 também ela traz muita falsidade, mas a gente sabe que ela existe. Mas devido o sofrimento do pessoal não agüentar mais, a gente não se importou com lei. Fizemos ela na marra e tivemos êxito. Não sei se foi sorte, eu não sei. Fizemos com muita organização dos trabalhadores também, nas bases. Saiu uma equipe do movimento da CONTAG, da Federação, do Sindicato para negociação na subdelegacia do trabalho. E nós ficamos nas bases com os comandos (nós temos comando de greve, com os trabalhadores). Aí ficamos contemplando, conversando, batendo papo por ali, cada um nas suas bases, nas suas equipes até que chegasse a notícia que a gente ganhou realmente o que a gente tava pedindo. Se não viesse tudo aquilo que a gente tinha pedido na reivindicação nós íamos continuar em greve, até que eles dessem tudo aquilo que nós pedimos. Por aí chega a TV GLOBO, TV MANCHETE, chega TV NORTE-FLUMINENSE, que é a televisão da localidade. Isso foi uma grande coisa que nós tivemos também, com a presença da imprensa colaborando, não prejudicando, colaborando. Porque é uma grande coisa que a gente tem que num caso de emergência, imediatamente a imprensa está ali pra logo tomar suas providências, junto com o movimento. Por volta das duas e meia da tarde para as três horas estava um grupo de trabalhadores, com mais de três mil trabalhadores, no distrito chamado Travessão, em Campos, a 16 km de Campos. E esse companheiro aqui * estava com outro grupo de outro município. E aí chegou a notícia que os trabalhadores tinham ganho tudo aquilo que foi pedido na reivindicação, no dia 22. Isso foi no dia 31 de agosto.

A NEGOCIAÇÃO

Pois bem, aí nós que estava sendo o comando de greve... (e antes eu me esqueça de falar pra vocês eu não sou o presidente do sindicato. Eu não sou tesoureiro do sindicato; eu não sou secretário do sindicato. Eu sou suplente da diretoria. Isso precisa ficar mais claro qual o cargo que eu exerci no movimento). Então, nós que estávamos no comando dos piquetes, dos grupos, viramos para quem trouxe a notícia e dissemos: "tudo bem, tudo isso nós os trabalhadores ganhamos.

GREVE PELO CUMPRIMENTO

* Refere-se a Jaci Pereira Silva, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaboraí.

Agora vai ficar bem claro aqui entre todos esses três mil trabalhadores, que estão aqui presentes, como fica o cumprimento disso que é o mais importante? Porque o negócio de botar em papel pra trabalhador voltar a cortar cana para abastecer as usinas e tá, tá... Isso é muito bom. Para iludir a gente. Agora queremos o mais importante que não fique no papel. Queremos registrar logo este fato — o que nós estamos falando logo na imprensa, que é rádio, televisão, jornal e tudo mais pra ficar logo um negócio mais claro. Se os patrões fizeram isso de propósito pra gente voltar ao serviço, pra enriquecer eles, eles estão muito enganados, que nós fizemos greve foi pra valer, não foi pra brincar não. Nós decidimos uma coisa pra valer e eles estão achando que nós tamos brincando. Amanhã nós retornaremos nossas atividades". Então, logo no primeiro dia de trabalho a gente ia ter logo o resultado do que nós pedimos: o comprovante das tarefas do que a gente trabalhasse durante o dia, eles de tarde era obrigado a entregar nas nossas mãos o que a gente fez durante o dia, coisa que antes a gente não tinha. Então, a gente no mesmo dia que retornar o serviço nós vamos ter logo algum resultado da greve. Isso não aconteceu. Chegou no sábado, veio a mesma coisa que a gente ganhava antes. Eles alteraram uma coisinha de nada, só para contemplar nós. O que a gente fez? Se organizamos novamente, todos os trabalhadores da área canavieira do norte-fluminense. Paramos novamente, mas não foi geral, foi por setor. Parou todo mundo, mas não de uma vez. Cada lugar parava um dia, outro lugar parava outro dia, entendeu? Enquanto eles não chegassem, certo? Agora os patrões na presença dos trabalhadores... (porque a negociação das reivindicações se deu perante só a diretoria de CONTAG, Federação e sindicato e não na presença dos trabalhadores). A negociação do cumprimento foi na presença de todos os trabalhadores.

O MOVIMENTO PELO CUMPRIMENTO NA USINA BARCELO

Inclusive teve um empresário do grupo OTTON... que ele tem uma usina aqui em Pernambuco também; tem outra em São Paulo. Fiquem vocês sabendo que os mesmos patrões nossos lá são de vocês aqui também; de todos os trabalhadores. Eles tem usina lá e tem aqui, certo? Então a mesma idéia que ele tem de fazer com você, faz com nós lá também. É a mesma coisa. Então a gente tem que se prevenir é mais neste que tá aí. Que eles não fizeram lá na primeira vez, pode fazer a segunda. Então nós temos que fazer o quê? Bom, companheiros nós fizemos a organização na primeira, mas os patrões nós pegamos de surpresa, no repente, certo? Mas agora eles tão bem mais conscientizados do que a primeira vez. Que que nós temos que fazer? Se organizar mais do que eles ainda, que nós somos a maioria e eles são a minoria). Tudo bem, chegou este grupo OTTON, aqui para mostrar a vocês que eu não estou mentindo.* Isso é o cumprimento. Neste jornal que está aqui é a foto dos trabalhadores que estava organizado nesta fazenda chamada Floresta, dessa usina chamada Usina Barcelo que é do grupo OTTON. Isso foi para o cumprimento do acordo, junto com a assessoria da CONTAG, da Federação e sindicato. Este empresário, dono destas tantas usinas disse o seguinte: "Qual é a finalidade que meus trabalhadores estão parado aí, com as canas todas queimadas, os caminhões precisando carregar? E como é que fica esse negócio aí?" Os trabalhadores falaram "o quê? O senhor botou no papel tudo aquilo que nós pedimos, mas não deu até hoje. Voltamos à nossa paralisação e, só voltamos a trabalhar depois que a gente vê tudo aquilo

* José Rodrigues mostra para a platéia recorte de jornal com fotos do "paradeiro pelo cumprimento".

que nós pedimos". Ele virou e falou assim: — "Bom, trabalhadores eu não sou patrão, eu também sou trabalhador. Eu sou trabalhador igualmente vocês. Eu preciso de vocês, vocês precisam da gente. Se a greve aqui, o motivo é para o cumprimento do acordo, vocês retornam o trabalho que está cumprido o acordo". Ele ainda falou, o empresário: "O documento da palavra do pessoal era um fio de bigode e eu vou deixar aqui perante vocês não é assinatura, que eu vou cumprir o acordo...". Vocês sabem foi perante o Dr. Altamir, o pessoal da CONTAG deve ter esse fio de cabelo com sangue e tudo, dentro de uma caixa de fósforo como recordação. Ele virou e disse: "Eu vou arrancar um fio de cabelo e vou deixar com o advogado de vocês que certamente é o representante de vocês, que vocês trabalhadores tem que ter para não ficar só, eu vou cumprir este acordo. E vocês podem retornar às atividades de vocês". Ele arrancou o fio de bigode com sangue e tudo e deu ao Dr. Altamir. E terminou a greve, ele cumpriu tudo aquilo... Não foi 100% mas as cláusulas mais necessárias que os trabalhadores necessitava ele atendeu.

As tarefas, comprovante, o salário, pagamento nos dias de chuvas, tudo isso foi conquistado. Coisas que a gente não tinha. Para apanhar um atestado médico, antes da greve, o patrão sabe o que fazia? Jogava lá no departamento pessoal, no escritório. Pegava e jogava, fazia papel de lixo, jogava no lixeiro. Da greve prá cá a gente conquistou tudo isso. Fizemos uma reivindicação de um dia a quinze por conta do patrão e de quinze em diante por conta do INPS ou por conta de quem é que seja. E isso foi conquistado. Antes o trabalhador adoecia pegavam seu atestado médico e jogava para o escritório da usina ou do fazendeiro e ele não recebia esses dias que ele adoecia. E tem outras usinas que vocês não conhecem. E os trabalhadores foram também parando por setor. A mesma coisa que a Barcelo fez as outras também fizeram. E por aí foi. Não foi conquistado 100% das cláusulas que nós reivindicamos, mas sim de 60 a 65%. As cláusulas mais importantes, as outras nós também não se preocupava, não (...).

AS CONQUISTAS E A CAMPANHA PARA 1985

Então companheiros, nós também já começamos a nossa campanha salarial de 1985. Nós não estamos preocupados com lei ou sem lei. Nós estamos preocupados com a nossa organização, entendeu? Se for por dentro da lei vamos fazer e se não for a gente vai fazer também. Isso vai depender muito da organização dos trabalhadores, junto do movimento sindical. Porque não adianta nada uma diretoria de qualquer entidade chegar pros trabalhadores e dizer assim: "vocês param o serviço que vocês vão ter aquilo, vão ter tudo". Isso não é organização dos trabalhadores, isso não vai adiantar nada. Isso é o que a gente tem na cabeça. No peito e na marra ninguém consegue nada. Consegue, sim, através da organização. Isso é a preocupação da gente no norte-fluminense. É a partir de agora! Eu já tenho até aqui pauta de reivindicações, feita por grupos de trabalhadores, para a safra de 1985 e 86, está aqui. Quase diferente do que foi de 84, porque de 84, como já disse pra vocês foi a primeira. Então a gente pegou tudo de surpresa mas aquele grande ditado que tem: "A gente só erra trabalhando". Desde do momento que a gente errou porque fez alguma coisa. Tem outro ditado: "Errar é humano". A gente tem que procurar corrigir os erros pra não se voltar novamente aos primeiros erros, da primeira vez. Então, companheiros está aí algum relato da greve do Norte-Fluminense. E estamos aqui pra responder algumas perguntas que os companheiros fizerem.

Exposição de Jaci Pereira Silva, da diretoria do S.T.R. de Itaboraí, RJ

Também tivemos a colaboração no Norte-Fluminense, demos a nossa parcela de colaboração aos companheiros daquela entidade junto aos trabalhadores. Então nós estivemos presentes nesses encontros todinhos, nesta passagem para alguma coisa de importante para conseguir para o nosso Estado também. A gente não veio aqui ensinar nada. Ninguém tem sabedoria mais do que o outro. Nós temos é organização de toda parte, não só lá, mas aqui também tem. Nós encontramos organização aqui também. Nós temos falhas, aqui também tem. Quer dizer: falhas em todos os sentidos, não só em uma só coisa. Então não é dizer que Campos, Estado do Rio de Janeiro, todas as coisas são 100%, não teve falhas. Teve sim, não tem esse, nem aquele que chega aqui pra dizer que é bonito não, todo ele é um só. É o que nós falamos para todo mundo lá do nosso lugar? Não tem esse fulano chegar aqui e dizer que ele compra avião, que ele compra seu navio, que ele anda em carro bacana, tem isso e tem aquilo; que a mesma coisa que ele tem, nós temos, é o direito de sobreviver. É ter barriga cheia, é isso que é mais importante. Eu sou do município vizinho de Campos, mas trabalhamos juntos na Campanha Salarial de todo o Estado, lá no Norte-Fluminense. Então o que ele [José Rodrigues] concluiu está quase igual do que eu ia concluir. Agora eu vou chegar a concluir o trabalho que nós estamos fazendo, entendeu? A campanha salarial de 85, que é um trabalho junto aos trabalhadores, com reuniões de base freqüentemente em todo o município, todo o distrito, de casa em casa, em porta de armazém, em bairro, nos sindicatos, até preparação da Assembléia, nós temos um trabalho muito grande. Eu participei de uma reunião no nosso sindicato. O meu sindicato é vizinho, mas é distante 300 e poucos quilômetros do meu município do dele. Participei na última reunião em Campos, no mês passado, então ficou deliberado que todo município se mobilizava até a campanha salarial agora de 85, nas reuniões de base, em todo o distrito, armazém, botequim, aonde nós encontramos casa e organizamos todo tipo de trabalho. Porque houve falhas, também, na campanha passada, houve algumas falhas de alguns companheiros de outros municípios, com todo o trabalho que fizemos... Então, a gente diz o seguinte, a crítica é construída e desconstruída. Então nós dizemos o seguinte: "roupa suja se lava em casa". Então eu estou contando aqui, no município que nós tivemos, que é São João da Barra, os companheiros de lá, nas reuniões que nós fizemos, houve crítica entre companheiro e companheiro. Então o seguinte: nós temos que melhorar a nossa campanha, temos que melhorar. Como? Junto aos trabalhadores, entendeu? É nossa crítica, tem que ser feita aqui, para tentar melhorar o nosso nível de trabalho, com toda a vitória que nós tivemos no início da campanha, nós temos que concluir aqui para levar melhor condição para o trabalhador, mais respaldo, mais resposta pra eles, entendeu? Uma melhor condição, porque as falhas que nós tivemos nós temos que corrigir em 85. Em 84 houve falhas, mas vamos construir em 85, para não haver falhas, para ser uma greve melhor, uma greve mais ampla e participante.

O debate

Um trabalhador da cana, do município de Areia, Paraíba, pediu a palavra e denunciou as péssimas condições de trabalho da Usina Santa Maria: salário abaixo do mínimo, despejo de moradores, não assinatura de carteiras de trabalho.

DENÚNCIA

— Depois da greve dos canavieiros do Norte-Fluminense: houve muitos despejos? Aumentaram as questões na justiça? Pagaram os dias parados? Qual foi o saldo da greve em termos de organização dos trabalhadores?

PERGUNTAS
COLOCADAS
PELOS
PARTICIPANTES

— Como se comportou o governo da oposição do Sr. Leonel Brizola?

— Qual foi a participação da FETAG e CONTAG no movimento? E os outros municípios além de Campos, participaram?

1. A uma questão sobre os despejos e questões na Justiça entre canavieiros no Rio de Janeiro, José Rodrigues respondeu:

PERGUNTAS E
RESPOSTAS

Aconteceu algum despejo, sim, companheiros. Não muitos. Isto porque lá só é assalariado. O que existe muito lá é firma empreiteira, é o chamado gato. Lá se chama os empreiteiros de gato. Gato e gatinho. O gato é aquele que apanha do gatinho: do patrão. E o gatinho é aquele que apanha do gato. Então o trabalhador ele é o último a ser repassado aquilo que ele ganha. E por aí aconteceu em algumas usinas, demissão de alguns trabalhadores. Alguma dispensa, é melhor dizer assim. E esses trabalhadores partia para justiça. Conforme eu acabei de falar para os companheiros, como os companheiros de lá decidiu cobrar tudo aquilo que eles ganhavam no setor de trabalho. É que os trabalhadores sentiram que na justiça ia ser muito demorado. Porque inicialmente alguns trabalhadores partiram pra justiça, justiça essa que não tinha prazo (e não tem, justiça não tem prazo. O sujeito ganha um processo na justiça, aí ele sabe, ele não tem prazo pra voltar). Então os trabalhadores disseram: "O quê? para ser cumprido o acordo coletivo que nós fizemos? Tem que ser nas bases junto com o patrão, para não precisar ir à justiça. Porque se a gente for à justiça, vai passar a safra de 84, 85, 86 e a roubalheira continua, até que esse processo volte, a gente continua na mesma. Então o que, que nós faremos? Não vamos pra justiça do trabalho. Vamos, sim, cobrar no setor de trabalho, perante o patrão que tem que comparecer, no momento que eles vêem o trabalhador parado, vamos mostrar a eles que nós não fizemos a greve por brincadeira, foi sério, ele vai ter que vir no setor de trabalho. E na justiça lá não tem condições de todos os trabalhadores irem, só vai aqueles..." Pois bem e por aí vai, a cobrança de tudo aquilo que os trabalhadores tinham direito no setor de trabalho. Certamente teve muito processo na justiça, isto não resta a menor dúvida. E outro processo que entrou na justiça, para o cumprimento está até hoje, já estamos em 85 e o processo ainda não foi decidido... Os trabalhadores têm que estar conscientes, a hora que nós nos organizamos, (nós não estamos ainda), nós quebramos tudo isto. Outra coisa que existe para afastar o trabalhador de procurar o processo na justiça é o tal de Cr\$ 10.000, que existe para uma procuração, que o trabalhador que é analfabeto, isso é coisa que tem que acabar. Coisa que tem que acabar, pois o trabalhador, o que ele ganha não dá para sustentar ele,

quanto mais uma família e ainda pagar Cr\$ 10.000 por uma procuração num cartório, para ele reconhecer a firma, para procurar o direito dele na justiça? É um absurdo! Então no momento que a gente se organiza, nós vamos acabar com tudo isso (...)

2. A uma questão sobre a atuação do governo do Estado do Rio de Janeiro, durante o movimento, José Rodrigues — suplente da diretoria do S.T.R. de Campos — colocou:

A participação do Governo do Estado, ele participou, não em modo de a gente chegar para o trabalhador e dizer que a greve foi coordenada pelo governo. A greve foi feita pelo conjunto dos trabalhadores, não por uma participação do governador. Agora o governador não deixou de dar sua contribuição, o Brizola deu sua contribuição sim: não deixou que a polícia intervisse. No primeiro dia, eu fui ameaçado pelo policiamento lá, aí denunciemos e no outro dia, a polícia foi retirada, entendeu? Neste ponto nós tivemos êxito. Ele não deixou que a polícia intervisse no comando de greve. Continuamos com a paralisação dos trabalhadores, foi normal continuamos na luta. Não houve mais repressão nenhuma da polícia.

3. A uma questão sobre a participação da FETAG-RJ e da CONTAG no Movimento, José Rodrigues respondeu:

A CONTAG e a FETAG tiveram um papel importantíssimo no nosso Estado do Rio de Janeiro. A CONTAG e a Federação não tirou espaço, momento algum, dos trabalhadores de Campos, do sindicato, desde o momento em que nós se organizamos para uma conquista (que nós nunca tivemos há vinte anos). O sindicato notificou à Federação e a Federação à CONTAG (que é a confederação). Aí baixou a CONTAG e Federação no município que é Campos, norte do estado, norte-fluminense. E por ali ficou, do princípio ao fim da greve, das reivindicações ao cumprimento. Foi uma coordenação das duas entidades. Nós, como eu já disse anteriormente, sozinho nós não fizemos nada. Enquanto a gente pensar que sozinho faz alguma coisa a gente está perdido. Um palito de fósforo para a gente quebrar, ele talvez sozinho é fácil, mas juntando 4 ou 5 para quebrar, ele se torna mais difícil, certo?

4. Sobre a participação dos outros municípios canavieiros, José Rodrigues informou:

A gente diz a greve do norte-fluminense porque foi o norte-fluminense, foi a área da cana. Mas quem começou toda a mobilização, toda a coordenação da greve, foi Campos. Depois os outros municípios chegaram. Na 1.^a assembléia teve a participação de 2000 a 2500 trabalhadores. Lá no norte-fluminense tem 60.000 trabalhadores rurais. Em uma assembléia ter 2.500 é muito pouco! Na 2.^a assembléia, após sete dias tinha que trazer mais da quantidade que houve da primeira. Como deflagrar uma greve com menos participantes do que foi da primeira? Nós tínhamos que dobrar o trabalho, nós tínhamos que se desdobrar, esquecer que tinha noite, esquecer que tinha comida pra comer. Logo na 2.^a assembléia conseguimos botar no mesmo lugar, 4.500 trabalhadores. Foi contado: 4.550 trabalhadores. Isso numa semana, companheiros. Mas tem 60.000, é muito pouco ainda. Mas os 60.000 se mobilizou, lá mesmo no seu local onde ele mora, no seu sindicato, na sua base e na roça e setor de trabalho. Enquanto os 4.500 estavam lá deflagrando a greve, nós lá estávamos também esperando parado sem trabalhar e por aí nós conseguimos algum êxito nisso tudo que está aí.

5. Sobre o pagamento dos “dias parados” durante a greve do norte-fluminense, José Rodrigues esclareceu:

O companheiro quer saber se os companheiros de lá foi expulso e o patrão foi punido, e quer saber se eles receberam os dias que passaram parados na greve. Pois bem companheiros, o patrão todo mundo sabe que ele nunca é punido, ele nunca é punido, certo? Joga lá na justiça, pá pá, o trabalhador leva testemunha, o mais certo é o trabalhador, aí vai leva um dele também, um falso, porque o testemunho do patrão é falso, porque o testemunho do patrão ele é falso. Na primeira pergunta que o juiz fizer à testemunha do patrão, ele vai pra pecar, já sabe que a pessoa quando vai pregar uma mentira, ela peca no que está falando, certo? Então na primeira audiência, o trabalhador não, vai falar tudo aquilo que está sofrendo que está sentindo, que é a fome que está matando ele. E pronto, acaba-se. Então a punição do patrão é assim, mas ele sendo punido lá pela justiça, ele continua cada vez mais massacrando o trabalhador, então somos nós, entendeu? Eu estou até enjoado. É um modo de dizer. Sendo que a nossa mobilização, nossa conscientização é que vai acabar com tudo isso. Sobre dispensa o patrão não foi punido. Já nesse sentido que eu estou dizendo, o pagamento dos dias parados, foi muito pouco: foi dois dias. Lá nós fizemos o seguinte, dissemos para os patrões assim: “nós paramos dois dias, vocês pagam um dia sem prejuízo do repouso e nós perdemos um dia”. Eles viraram e falaram: “nós não pagamos nenhum”. Foi aonde que nós paramos para o cumprimento e conquistamos estes 2 dias que é o repouso. O que é o dia parado sem prejuízo: o repouso. Eles queriam pagar o dia, mas não pagando o repouso, então não pagava nada. Entendeu? Mas a gente achou o seguinte que esse ano nós não vamos dar cobertura a ele, dar uma colher de chá de um dia, não! Nós vamos é cobrar todos os dias. Inclusive a gente está pensando o seguinte, que este ano a gente abriu mais os olhos, voltando lá atrás, desmanchando alguma falha que a gente teve. Este ano a gente pode levar até dez ou quinze dias parado, porque as nossas reivindicações agora está sendo muito mais pesadas que as primeiras. A primeira foi um pouco difícil, agora vai ser muito mais. A nossa organização agora é assim, entendeu? Eu tenho até aqui nas minhas mãos uma pauta para 85. No ano passado nós não tivemos, nós não jogamos piso de salário. Antes o corte da cana lá estava sendo Cr\$ 5.000, Cr\$ 6.000, Cr\$ 4.000, o maior preço era Cr\$ 8.000 por metro. O trabalhador se desdobrava todinho das 5.00 às 17.00 horas e não conseguia tirar para tomar um cafezinho. Então nós fizemos uma reivindicação de Cr\$ 4.000 (o último preço era 8.000), nós fizemos para Cr\$ 60.000. O metro de uma cana irrigada, que eles pagavam Cr\$ 15.000, Cr\$ 17.000, Cr\$ 18.000, nós fizemos uma reivindicação de Cr\$ 150.000. Então eles atenderam. Não foi nesse valor que a gente fez, foi a cana irrigada Cr\$ 91.000 (eles davam de Cr\$ 15.000 a Cr\$ 17.000), cana comum (que dava Cr\$ 4.000, Cr\$ 5.000, Cr\$ 6.000 o maior preço Cr\$ 8.000) de Cr\$ 60.000 que pedimos eles deram a Cr\$ 45.500. Isso eles botaram no papel, sendo que esse o cumprimento nós fizemos depois, como eu já contei para vocês. Não foi 100%, mas assim 65%. E por aí os trabalhadores, mesmo assim trabalhando vem tirando mais uma coisinha, porque de Cr\$ 45.000 a Cr\$ 8.000 tem diferença, não é companheiro? E os dias parados foi nesse sistema que eu já falei. E agora, esse ano já foi tirado por trabalhador. Eu não estou dizendo eu só mas junto aos trabalhadores na minha localidade, no meu setor de trabalho, eu tirei e foi aprovado. Já no encontro do canavieiro no Norte-Fluminense que foi dia 03-03-85, com a participação do companheiro Jaci, que é do sindicato do Itaboraí, e todos os sindicatos da área da cana, a reivindicação foi a seguinte: um piso do salário de Cr\$ 520.200, por mês, para início de

negociação. Outra coisa importantíssima que eu deixei de falar (que estou vendo aqui nesta pauta de reivindicação) que é muito importante: um contrato direto aos empregadores que se dizem usineiro e fazendeiro, não com o chamado gato que é a firma empreiteira (que são falsificantes). Um contrato direto de 11 meses de estabilidade e com o direito do término desses 11 meses, 30 dias de aviso prévio. Se for dispensado antes dos 11 meses, sem justa causa, é claro, o patrão ficará obrigado de indenizar todos esses 11 meses. Vejam: o trabalhador faz um contrato de 11 meses não especifica na carteira 11 meses, é um contrato, mas está garantido no papel, o documento que o trabalhador vai conquistar. O trabalhador trabalha 15 dias, 20 dias, um mês, ele reclama do metro da cana que não está certo, o patrão: pé no cangote e rua! Quer dizer, aí não adiantou 11 meses no papel, adiantou assim a garantia dos 11 meses se for mandado embora antes do término do contrato ser pago todos os 11 meses na forma da lei. Quer dizer, vai prender o patrão que manda o trabalhador embora por qualquer maneira sem o direito ao aviso prévio ainda. E por aí vem 13.º e férias que se chama tempo de contrato, quitação de direito por produção que muitas vezes o trabalhador, ele trabalhando, ele pode ganhar 2, 3 de acordo com a força dele, de acordo com a produção dele, certo? Quanto mais ele ganha, mais é melhor para ele. Isso é evidente, certo? Então para produção, a quitação do tempo de serviço dele, essa é a reivindicação nossa, entendeu? E tem também que a estabilidade não seja só para o homem e sim para mulher, para toda a classe trabalhadora rural, que é a classe sofrida do Estado do Rio. E pretendemos que essa não seja só para o Estado do Rio, que seja, sim, para todos os Estados que a gente sente o sofrimento dos companheiros na carne da gente.



Canavieiros de São Paulo: Campanhas salariais e greves

Expositores:

José de Fátima Rodrigues, Presidente do S.T.R. de Guariba, SP

Hélio Neves, Presidente do S.T.R. de Araraquara, SP

Exposição de José de Fátima Rodrigues, Presidente do S.T.R. de Guariba, SP

Bem, companheiros em primeiro lugar eu gostaria de deixar uma denúncia sobre o jornal *O Norte*. O jornal *O Norte* publicou uma nota aqui que eu teria acusado a FETAG, CONTAG e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo. A denúncia aconteceu da seguinte forma: falei sobre a CONTAG e a Federação do Estado de São Paulo e não sobre a Federação daqui do Estado da Paraíba, porque eu não conheço o trabalho da Federação da Paraíba, portanto não cabe a mim denunciar o trabalho da Federação do Estado da Paraíba. Então do Estado de São Paulo da Federação de lá, eu tenho explicação que logo vou dar. Sobre a CONTAG eu posso também explicar porque a gente tem provas concretas. Bom, de início, como começou a primeira greve em Guariba? Acho que todo mundo quer ouvir mais ou menos isto, né? A gente começou a primeira greve em Guariba por sentir que por 7 ruas era muito doído para o trabalhador carregar aquela cana. Só dava lucro para o patrão, é um lucro de 37% a mais que o patrão tem, cortando cana de 7 ruas e não de 5 ruas. Então a gente achou que deveria fazer uma greve para reivindicar, o corte de cana voltasse a 5 rua e para reivindicar um melhor salário que ainda não é o suficiente para a gente continuar vivendo. E como começou a primeira greve? A gente não tinha experiência de nada, não tinha sindicato na nossa cidade só em Jaboticabal, cidade vizinha. Aí começamos a greve, queimamos a companhia Estatal, como todos sabem. Fizemos um petico de miséria mesmo dentro da cidade, para assustar um pouco o governo, porque o patrão só negocia assim se ele tiver acuado pelo governo. Tem que negociar mesmo quando a polícia não dá para interferir mais do que já está interferindo. Então, fizemos a greve haver uma morte, 20 feridos. Com saldo tem uns três companheiros que até hoje ainda estão sem poder trabalhar porque ainda não tiveram alta do médico. Tem um que está de muleta até hoje. Então com isso a gente aprendeu muito, que lutar sem sindicato era difícil para gente.



Bóias-frias de Guariba, 1984 (fotos Carlos Fenerich/Editora Abril)

E na época, como a gente sentisse dificuldade, pedimos à Federação que nós queríamos fundar o sindicato na Cidade, logo depois da greve. Durante a greve, eu fui eleito delegado sindical de Jaboticabal para a região (sete cidades). Então fundamos o sindicato. Ao fundar o sindicato, três feitores foram colocados na direção, três chefes (os feitores lá são os chefes que contratam o pessoal e leva..., são os gatos que contrata o pessoal e leva para trabalhar). Então a gente se manifestou que não aceitava os gatos na direção do sindicato, aí a gente chegou até a comunicar à Confederação que não aceitava. Na época da eleição a gente resolveu levar (não como político mas sim como sindicalista) o companheiro Lula para Guariba. Ele explicou, melhor do que a gente até, aos trabalhadores que sindicato não deve ser comandado por Chefe, sindicato se comanda por trabalhador. E aí o velho pelego colocou um veículo na rua fazendo campanha por uma semana. E a gente não tinha carro, não tinha telefone, não tinha comunicação nenhuma e tinha que trabalhar na cana porque se não se trabalhasse o patrão mandava embora. Chegou o dia da eleição fomos para lá. Chegou o velho com um chapa montada, quer dizer, tirou os feitores, aliás foi companheiro Hélio Neves que, como diretor da Federação, não deixou o feitor participar. Ameaçaram ele (Hélio Neves) de morte, durante a fundação do sindicato, lá em Guariba, mandaram falar que iriam matar ele. E os trabalhadores ficaram mais aproximado dele para não deixar que isso acontecesse. Ao fundarmos, no outro dia vem o elemento, o Presidente do Sindicato de Jaboticabal que teria a base em Guariba, ele chegou a roubar os documentos. A gente foi na delegacia só para vocês terem uma base de quem é a polícia, como é a delegacia de polícia, o delegado disse "nada posso fazer". Então foi a resposta do delegado de polícia. Então acho que deu para sentir o drama, na fundação do sindicato de Guariba. Aí a gente procurou a Federação (a federação que coordena o sindicato), também disse nada podemos fazer. Quer dizer é uma obrigação da Federação tomar as providências, nada podemos fazer foi a resposta que tivemos da Federação. Aí consegui alguns documentos com dois diretores, dos quais um está aqui presente *, para voltar a Guariba e começar a fazer tudo da estaca zero de novo. Antes de chegar a Guariba, cheguei em Jaboticabal no Ministério do Trabalho, aí encontrei com o velho pelego lá de Jaboticabal, aí ele mandou a polícia me prender. Eu tive que provar que o camarada tinha roubado os documentos, que eu tinha a carta no bolso do Ministério do Trabalho. Ficou provado que ele tinha pegado mesmo os documentos. Aí ele entregou os documentos e acabei não sendo preso (tinha um advogado logo ao lado, que já começou a me acompanhar, um advogado que era amigo, conhecido lá de Guariba, já me acompanhou). Não fui preso e consegui provar que o indivíduo estava roubando. Depois de roubado o documento, de feito e acontecido, fundado, a gente tenta o reconhecimento do sindicato. A D.R.T. logo mais manifestou que precisava do parecer da Federação, precisava do parecer do outro sindicato vizinho para o reconhecimento. O S.T.R. de Jaboticabal dá o parecer contrário, que ele é contra a fundação do sindicato. Aí chega a hora de pegar o parecer da Federação. Um diretor da Federação estava presente quando eu pedi o parecer, ele disse em meia hora está pronto, consultou os outros companheiros (mais dois que um está aqui). Depois chegou o Presidente da Federação e diz: daqui a nove dias está pronto. Os outros diretores faziam em meia hora! E, ele que é o Presidente precisava de nove dias. Então a gente tolerou os nove dias, quando venceu os nove dias, a gente pro-

* Refere-se a Hélio Neves.



*Piquete de bóias-frias -
Guariba, 1984
(foto Carlos Fenerich/
Editora Abril)*

curou a Federação ninguém tinha tomado providências de nada (...) Quanto à CONTAG no Estado de São Paulo, se alguém chegar lá e falar de CONTAG, alguém pergunta, essa bebida é gostosa? Essa comida é de que jeito, é doce ou salgada? Trabalhador em São Paulo não sabe o que é CONTAG. A CONTAG se esconde no NE, porque é onde o PDS se esconde. Eu nunca tinha visto um diretor da CONTAG, vi ontem aqui pela primeira vez. Eu como dirigente sindical nunca tinha visto alguém da CONTAG. Então eu gostaria que a CONTAG aparecesse no movimento, começasse a trabalhar. Por que não vão lá para o Sul?

COMO SE FAZ A GREVE POR LÁ

A gente não briga pelo dissídio lá, a gente briga lá para ter acordo fora dos dissídios. Quando a gente cismar a gente não faz edital de greve também não. A greve lá é sem edital, o edital lá já está publicado há tempo: é a fome no estômago do trabalhador. Então já está o edital não precisa publicar, porque se alguma entidade, seja a Federação de qualquer Estado ou Confederação, seja o S.T.R. publicar o edital de greve, simplesmente o que vai acontecer: o governador vai preparar mais uma munição para mandar para a cidade, vai cortar os paus mais grosso para fazer os cacetes para polícia bater, os patrões vão buscar os capangas que tem em outro Estado, para colocar ali onde vai ser feita a greve. Edital de convocação para greve é para os patrões se organizar. Então não existe edital para nós, quando a gente cisma de fazer a greve, nós simplesmente juntamos 200, 300 trabalhadores. No outro dia 4:00 horas da madrugada o piquete está pronto, se divide pelas nove saídas que tem em Guariba e vai um pouco para cada lugar, chamando as entidades de apoio para levar condução ou transporte aos trabalhadores para os piquetes (...) A greve de janeiro, por exemplo



começou às 6:00 horas da manhã. Quando a gente estava sabendo que a coisa estava quente mesmo, telefonamos para São Paulo e de repente nós tínhamos um carro do sindicato de São Bernardo do Campo, Santo André, de S. José dos Campos, da CUT, e dois carros da Assembléia Legislativa. Então, companheiros, a Federação chegou um pouquinho mais tarde e ficou lá. Não perguntaram “o que vocês precisam para trabalhar?” Era obrigação da Federação. No dia 8 de janeiro quando Almir Pazzianoto (que hoje é Ministro do Trabalho), chegou em Guariba falou com o Presidente da Federação e alguns outros diretores da Federação, em uma noite na sede da Prefeitura: “lugar de trabalhador negociar é no sindicato de trabalhador, (não é na prefeitura”. A gente foi (o sindicato e a CUT) para a Prefeitura porque a Federação chamou, para ir para a Prefeitura, para o Gabinete do prefeito negociar. Um prefeito que anda ameaçando trabalhador, vamos negociar lá com ele, que se acontecer qualquer problema lá, ele já está com os pistoleiros prontos. Então quando foi no dia 09-01, a Federação saiu de Guariba foi para cidade vizinha, Barrinha (onde tinha uma greve). Dia 09 e 10 ainda, a Federação participou da assembléia em Guariba, dia 11 que a boca estava esquentando e no dia 12 que foi a pancadaria (...)

*Guariba - fim da greve, maio de 1984
(foto Carlos Fenerich/
Editora Abril)*

Na questão da lei da greve, por exemplo, dizem não existe lei para fazer piquete. Mas não existe também para dismantelar piquete na cacetada e de jeito nenhum. Eu já cobrei do Almir Pazzianoto a lei quando ele disse para mim que a polícia foi para desmanchar o piquete, eu perguntei para ele o artigo que está enquadrado. Aonde manda, quando o trabalhador estiver fazendo piquete desça o cacete, se não quiser obedecer atira? Quer dizer não existe a lei de fazer piquete, mas não

**EXISTE LEI QUE
MANDA
DESMANTELAR
PIQUETE NA
CACETADA?**

existe a lei de dismantelar ele também na cacetada. E o governo de São Paulo que muitas vezes, dezenas de vezes, acabou com o piquete na cacetada (...)

A QUESTÃO DA NEGOCIAÇÃO A NÍVEL ESTADUAL

Negociação a nível de Estado (como agora a Federação do Estado de São Paulo negociou a nível de Estado), eu discordo. E muitos sindicatos vizinhos discordam. Sindicato, eu digo, não é a entidade, o presidente que está lá, não. Sindicato que eu digo é os trabalhadores. Não é a casa que é o sindicato. Então os trabalhadores de umas cidades vizinhas lá discordam da negociação a nível de Estado. Porque, de repente, as cidades da região de Guarabira vão apanhar da polícia, ficar sujas com os patrões porque fizeram greve, os patrões não querem gente daquela cidade que são grevista e o Estado inteiro é beneficiado? No Estado de São Paulo existem cidades que também ganhava Cr\$ 6.000 igual aqui, a Federação aproveitando o embalo que nós estávamos em greve, concordou com os patrões, tinha que fechar até o final. Nós não vamos negociar a nível de Estado, Negociou beneficiou todos os pelegos. Não só os trabalhadores, os pelegos também. O trabalhador merecia o aumento, ganhar igual o povo de Guariba, como eu acho que o povo do Nordeste tem que se organizar e tem que ganhar igualzinho a nós, porque a mesma barriga que tem o povo nordestino tem o povo lá do Sul do país também. A barriga é o mesmo tamanho, portanto tem o mesmo direito de ganhar igual. O açúcar do patrão daqui é vendido ao governo, pelo mesmo preço do açúcar de lá, o álcool é o mesmo preço. E as mercadorias que vocês comem aqui é o mesmo preço das mercadorias que nós comemos lá, tem que ganhar igual, comemos igual. Mas a negociação a nível de Estado, eu acho que só beneficia os pelegos porque aí eles se sossega. O povo não se manifesta, não vão fazer greves nas cidades que tem os pelegos (...)

APOIO E ARTICULAÇÃO ENTRE SINDICATOS

No movimento do trabalhador rural o maior apoio que nós tem lá é dos metalúrgicos. Nós nunca recebemos, nem sequer alguma vez, uma pergunta de alguém de outro sindicato de trabalhador rural de todo o Estado de São Paulo, se nós estamos precisando de apoio. Se nós temos Guariba, Pitangueira, Dobrada e Araraquara que são sindicatos que mais trabalham na região. (Pitangueira também é reconhecido, Dobrada também é um pouco fraco). Agora em nível de Estado, nenhum sindicato chegou e falou: "bom, os companheiros em Guariba estão desempregados vamos fazer na campanha, ou se consegue, pelo menos, levantar um fundo para eles sobreviverem até chegar a resolver a questão deles na justiça. Será que eles precisam de um advogado para defender eles, lá na justiça?" Nunca um dos sindicatos do Estado de São Paulo da área rural, se manifestou neste sentido. Agora nós temos advogado que vai nos defender, depois de amanhã na junta em Jaboticabal, advogado dos metalúrgicos, que vai defender os trabalhadores rurais (...) Então essa é a razão, que a gente acha deve unificar as categorias entre o metalúrgico, químico, trabalhador rural, advogado, estudante, seja qualquer categoria, porque quando tiver que mobilizar, mobilizar todo mundo, exige aumento para todo mundo, porque se a gente estiver todo mundo organizado... Um exemplo: se o trabalhador rural faz greve vai parar a usina, porque não vai ter o que moer lá dentro, então ele vai conseguir o aumento dele, agora por isso é preciso que os companheiros de dentro da usina, vá prá lá para o trabalho e comece a exigir pagamento "nós não estamos no trabalho? Queremos receber". Aí os patrões vão pensar: "Poxa, estamos pagando para esse povo parado?" De repente o trabalhador lá de dentro da indústria vai fazer uma greve, vai falar: "vamos ficar todo mundo também parado, não vamos fazer nada aqui dentro". Porque geral-

mente os patrões quando o trabalhador ele trabalha num serviço e os outros parou, não tem nada para movimentar ele põe ele em outro serviço. Aí ele diz: "eu não vou fazer outro serviço. Por que você não vai? Porque na realidade os outros companheiros estão lá parados, o meu serviço é aquele, então se não tiver nada para mim fazer na minha área, eu não vou". Quando tem uma greve, por exemplo: de professores, os outros trabalhadores param, porque parando vai parar o município inteiro, toda região ou Estado se for preciso. É estar sempre, um de mão dada com o outro. Todo mundo para junto e exigir salário igual para todo mundo. Seja metalúrgico, seja motorista, seja o que for, ele tem que parar junto para reivindicar junto, junto todo mundo unido. E para a próxima greve (acho que só para adiantar um pouquinho, depois alguém vai querer perguntar para próxima greve o que a gente está preparando, mas eu já vou adiantar uma coisinha). A gente fez uma pauta no dia 10 de janeiro, na cidade de Sertãozinho, também vizinha, e enviamos à Federação para que ela negocie com os patrões. A Federação aceitou, então, negociar com os patrões, o modo de trabalhar durante a safra de 85. Nós já começamos a campanha salarial, já temos alguns pontos que os trabalhadores, já decidiram, se os patrões der trabalho tudo bem, se não der: fogo no canal e a reforma agrária pode nascer já na nossa região.

Exposição de Hélio Neves, Presidente do S.T.R. de Araraquara, SP

Inicialmente eu gostaria de me situar, dizendo que quando a gente aceitou o convite para vir aqui, participar deste encontro, nos foi comunicado de que o objetivo deste encontro, era uma troca de experiência no que diz respeito a conquistas e a processo de lutas dos trabalhadores. Nos é colocado agora uma questão interna do movimento sindical em S. Paulo que depois se os companheiros acharem oportuno, poderão fazer perguntas e a gente como diretor do sindicato em S. Paulo, como diretor da Federação, poderemos responder. No final da minha exposição eu pretendo fazer alguns esclarecimentos apenas. Bom em S. Paulo, como eu vou lembrar um pouco o que disse o Dr. Romeu, desde 1976 que o movimento sindical vem travando campanha salarial de forma coletiva. Mas essa luta se deu buscando dissídio-frio. O Dr. Romeu até disse: dissídio gelado. E, realmente, era gelado: fazia todo um processamento na CLT. Se instaurava os dissídios e depois a maior luta travada era no sentido de cumprimento desse dissídio, certo? Teve uma série de razão que levou o movimento sindical em S. Paulo partir por esse caminho, uma delas era a repressão violenta, muito mais violenta que agora, que existia naquela época.

Já em 1983 no início desta campanha salarial, o movimento sindical começou a discutir novas formas de luta visando um maior aprimoramento dessa campanha, visando avançar mais na organização, na consciência da categoria. E na 1.^a Assembléia Estadual realizada, o movimento sindical decidiu entabular todo um trabalho de base visando atender necessidades e anseios de luta de alguns setores da categoria de trabalhadores rurais. Em dezembro de 83 se realizou pela primeira vez de âmbito estadual um encontro de assalariados rurais. Exatamente visando traçar as diretrizes e programação de luta, se constatou que os trabalhadores rurais do setor da cana do Estado de

**1983: NOVAS
FORMAS DE LUTA**

S. Paulo e do setor da laranja, era no momento, àquela época, quem tinha mais condição de desencadear uma luta (isso em dezembro de 83). E em fevereiro de 84, no início de fevereiro já se realizou então um Encontro Estadual dos Trabalhadores do setor da cana e dos trabalhadores do setor da laranja, onde esses trabalhadores elaboraram toda uma programação de lutas visando a organização até chegar à greve para conquista efetiva de suas reivindicações. De fevereiro até maio deu-se todo o trabalho de preparação com reuniões, panfletagens, divulgações por meios de comunicação que o movimento tinha acesso.

MAIO DE 1984: O INÍCIO DAS GREVES

Em maio se deu então o início das greves, se deu greves em Guariba, se deu greves para a gente não ficar dizendo nomes, se deu greves em mais de 60 municípios no setor da cana, no Estado de S. Paulo. Quer dizer, a greve cobriu quase todo o setor canavieiro, e o curioso (talvez aí seja importante para discussão dos companheiros) o curioso é que a cada greve, a greve era encaminhada especificamente por um sindicato daquela localidade. Isso é, foi conquistando acordos, acordos separados, uns com conquistas maiores, outros com conquistas menores, mas todos eles com significativos avanços do ponto de vista de conquistas de direitos. No setor da laranja se deu a mesma coisa. No setor da laranja, os sindicatos, os trabalhadores de Bebedouro, de Barretos, Olímpia e outras cidades deflagraram o movimento grevista e conquistaram também reivindicações específicas para o setor da laranja. Isso no mês de maio, e do mês de maio até agora, a verdade é que os movimentos de greve em S. Paulo não pararam, nós temos greves toda semana em pontos diferentes do Estado de S. Paulo. Tivemos greve na laranja, repetida a greve de maio em outubro, visando o aprimoramento do acordo coletivo feito em maio, por que o acordo de maio quando chegou em outubro, por algumas questões que não foram vistas na negociação, o acordo já não interessava aos trabalhadores. Um acordo que se tinha feito para duração de toda a safra, já em outubro não interessava mais aos trabalhadores, por isso se repetia o movimento e se fez um novo acordo. Quer dizer está aí aquela argumentação que o meu companheiro colocou de que em S. Paulo, as greves têm quebrado a lei e têm quebrado até alguns compromissos firmados. Quando não se atende no primeiro acordo as reivindicações que eram necessárias aos trabalhadores, devido ao tempo de greve já existente devido ao desgaste, voltaram ao trabalho, reaglutinaram forças e voltaram a greve novamente, conquistando aquelas reivindicações que anteriormente não tinham conquistado. No setor da cana após a conquista dos acordos, foram realizadas greves constantemente para o cumprimento desses acordos. É bom frisar também que em S. Paulo tem uma máquina judiciária, quer dizer, tem uma rede de juntas à disposição, tem uma série de coisas, mas a justiça funciona igual no Brasil inteiro, ela funciona de modo a não permitir ao trabalhador que essa junta execute em benefício dele, a morosidade e outros problemas que os companheiros sabem, acabam sempre por favorecer o patrão. As medidas regularmente tomadas em S. Paulo para buscar o cumprimento é a paralisação, daí o motivo de que a gente declarou que de maio até agora as greves não pararam em S. Paulo. Acontece greves toda semana em municípios diferentes buscando o cumprimento dos acordos, buscando o aprimoramento dos acordos. A última grande greve de S. Paulo foi a greve de janeiro. A greve de janeiro que teve início na cidade de Guariba e que depois com a coordenação do movimento sindical, com a coordenação da Federação, esse movimento se estendeu para mais de 13 cidades de toda a região. Parando cerca de 40.000 trabalhadores e conquistando em parte as reivindicações, não se conquistou tudo, conquistou-se parte. Após janeiro, após esta greve do setor cana-

vieiro, já tivemos uma greve que cobriu também cerca de 80% do setor algodão também em S. Paulo. Se conquistando, também no setor do algodão, reivindicações muito importantes e principalmente se conquistando o avanço de consciência, avanço da organização dos trabalhadores, nesse setor. De modo companheiros, que a orientação traçada a partir do 1.º Encontro da Assembléia em dezembro, até o momento vem se cumprindo: deflagrar movimentos sucessivos e avançar no seu grau de organização.

Quanto às perspectivas a gente pode dizer o seguinte: na greve de janeiro, atendendo a uma solicitação de todos os sindicatos envolvidos na greve, a Federação assumiu as negociações. Tirou-se então uma pauta unificada para toda região e se fechou um acordo que depois foi estendido para todo o Estado de São Paulo. Pela primeira vez em São Paulo, então, se fazia um acordo no setor canavieiro que abrangia todo o estado. Isso agora em janeiro durante a safra não foi feito, tendo em vista companheiros, o grau de organização e de mobilização pelo menos a região de Ribeirão Preto em São Paulo. Os patrões (que eu quero aqui dizer que pode até ser uma medida esquisita) reivindicaram da nossa Federação a abertura de negociações antes da safra. Isso foi analisado, foi discutido com o movimento e chegou-se a conclusão de que a Federação não tinha condições de recusar a negociação já que o movimento sindical não só de São Paulo como todo o Brasil vem pleiteando sistematicamente negociações com a classe patronal visando atender reivindicações dos trabalhadores. Então nós não poderíamos tomar uma decisão a nível de movimento em São Paulo de que não íamos aceitar negociações com a classe patronal. Entendemos que uma posição negativa nos deixaria mal politicamente e nos traria pontos negativos politicamente tanto no seio da nossa categoria em si, quanto no seio da própria sociedade já que a concentração em São Paulo é muito grande e a opinião pública, o engajamento de toda sociedade no movimento, é importante para garantir o sucesso dele. Daí então a Federação e os sindicatos aceitaram um desafio de negociar com os patrões antes da safra só impondo apenas um compromisso, impondo apenas uma condição aos patrões de que não haveria prazo, não haveria data pré-fixada para se fechar esse acordo. Os patrões aceitaram essa condição, eu vou explicar por que. Então já se instalou uma comissão de negociações em São Paulo das duas Federações e após o dia 21 agora iniciam-se efetivamente as negociações. Bem, companheiros a reivindicação deles (patrões) era de que se estabelecesse uma data prévia pra fechar as negociações e o movimento recusou-se a isso. Por quê? Porque nós temos uma previsão exata da época da safra da cana e não temos uma previsão exata da época da safra da laranja. Essas previsões estão com a classe patronal e eles têm um interesse muito grande em celebrar mais uma vez um acordo frio sem greve, atendendo apenas algumas reivindicações e o nosso objetivo é levar as negociações, buscando o atendimento de todas as reivindicações até quando for o momento certo, o momento mais oportuno que os trabalhadores possam entrar em greve. Ou seja aquele momento que dê muito prejuízo, que cause mais pressões em cima da classe patronal porque uma greve fora da safra, uma greve antes da safra, quer dizer, sem as empresas em plena atividade as usinas e tal ela pressiona menos o empregador. O nosso objetivo é chegar à safra, chegar à safra com as negociações abertas e com a possibilidade da greve ser utilizada sem que tenhamos um compromisso com a classe patronal, ou quem quer que seja, de fechar negociações antes da safra ou uma data pra se fechar negociações. A previsão do momento é de que a negociação deve ser fechada no momento mais oportuno ou seja

**PERSPECTIVAS
ATUAIS:
NEGOCIAÇÃO
DURANTE A SAFRA**

no momento que os trabalhadores sentirem a necessidade de se fechar essa negociação. Foram realizados em preparação a campanha deste ano, vários encontros no setor canavieiro. O maior encontro foi realizado em Sertãozinho, com a participação de vários sindicatos, muitos sindicatos quase todos da região de Ribeirão Preto e os comandos de greve, se levantando pautas e reivindicações e buscando unificar essas reivindicações a nível de Estado. No dia 21 agora a Federação realiza uma assembléia estadual para unificar essas reivindicações e torná-las oficial a nível de Estado porque em todos os encontros realizados se verificou também o seguinte de que é muito importante que o movimento não fique apenas em Guariba que o movimento não fique apenas na região de Ribeirão Preto, em Barrinha, em Sertãozinho, Jaboticabal, em outras cidades, que o movimento ganhe todo o Estado de São Paulo no setor da cana, o movimento ganhe todo o Estado rapidamente. E todo o trabalho está sendo feito nesse sentido. Então, a gente quer deixar aqui uma informação aos companheiros já antecipada de que nós já estamos em torno de 80% de possibilidade de a greve em São Paulo no setor canavieiro este ano não atingir apenas a uma cidade ou a uma região ou ficar restrito a greve simultânea em cidades e dias diferentes, se pretende agora uma unificação do movimento e buscar uma greve a nível de Estado pra que tenha realmente as conquistas atingidas. De início era isso que a gente tinha a colocar quanto à campanha salarial.

A PARTICIPAÇÃO DA CONTAG

Quanto às críticas que a Federação, que o movimento sindical de São Paulo recebeu pela imprensa, recebeu das palavras do companheiro de Guariba eu só gostaria de dizer o seguinte: que do lado da CONTAG em todos os movimentos em que foi necessário, em todos os movimentos em que os sindicatos sentiram a necessidade, e a Federação sentiu a necessidade, a CONTAG foi solicitada e nunca negou a São Paulo o seu trabalho. Nunca negou a São Paulo a sua equipe de apoio, seus advogados em todos esses encontros realizados, sempre que solicitada. O único encontro que, me parece, a CONTAG não participou (porque não havia condições dela participar devido à preparação do IV Congresso em todo o Brasil) foi esse último de Sertãozinho. Nos encontros de assalariados, encontro de fevereiro em São Paulo a CONTAG participou. Durante as greves, advogados da CONTAG acompanhavam sindicatos e a FETAESP. Quanto à CONTAG era isso que a gente tinha a dizer, como diretor da Federação nós não temos nenhuma crítica ao trabalho da CONTAG. Muito pelo contrário, sempre que foi necessário a CONTAG esteve presente e contribuiu muito com o avanço da luta dos trabalhadores em São Paulo.

AS DIVERGÊNCIAS NO INTERIOR DO MOVIMENTO SINDICAL

Quanto aos problemas internos do movimento sindical a gente gostaria de dizer o seguinte: à medida que os nossos problemas internos, à medida que as nossas dificuldades internas tornam públicas nós entendemos que elas passam a ser instrumentos de articulação da classe patronal. Essa é que é a grande verdade! Os problemas do movimento sindical sempre vão existir porque cada homem, cada cidadão tem uma cabeça, tem a sua liberdade de pensamento, tem a sua liberdade de expressão e a sua liberdade de ação, mais os problemas nossos, as nossas divergências, quanto à atuação, quanto a problemas ideológicos, quanto a correntes, quanto uma série de divergências que a gente tem no seio do movimento sindical (e que não é só movimento sindical e em qualquer movimento popular existe divergências) essas divergências devem ser tratadas no seio do movimento sindical, resolvidas internamente sem que seja dada como instrumento para ser usada pela classe patronal, para ser usada pelo sistema governamental, para ser

usada por todos aqueles que querem massacrar os trabalhadores. Esse é o esclarecimento do nosso ponto de vista. Nós sabemos que em São Paulo as relações entre a Federação e a CUT são muito ruins devido a divergências de atuação, mas a Federação e o sindicato estão sempre abertos à crítica dos companheiros sindicalistas, trabalhadores rurais pertencentes à CUT. Mas, nós aceitamos uma discussão interna dentro do movimento sindical em São Paulo, uma discussão interna com os trabalhadores rurais de São Paulo que participam do movimento, nós não aceitamos discussão externa, nós não aceitamos que nossas divergências sejam usadas para prejudicar o bom andamento da luta dos trabalhadores e para prejudicar o avanço efetivo da organização e da consciência dos trabalhadores. Entendemos mais, companheiros, que os órgãos de imprensa no Brasil com raríssimas exceções — apenas aqueles órgãos que têm vinculação direta com os movimentos — são sustentados pela burguesia e pelo capitalismo e são armas da burguesia e do capitalismo para nos prejudicar, para nos dividir, para nos enfraquecer, para nos fracionar, por isso nós também queremos deixar claro que não pretendemos responder às críticas efetivadas na imprensa à Federação. Nós não vamos usar esse instrumento da burguesia. Não vamos usar esse instrumento do capitalismo. Colocamos a Federação, colocamos a assembléia que será realizada no dia 21 de março para que o companheiro Zé de Fátima, e outros sindicatos que tenha divergências ao movimento, vá para assembléia e discuta nela as suas divergências, seus pontos de vistas. E que saibamos ser fortes e esclarecidos o suficiente para sairmos da assembléia fortalecidos e unidos para o avanço da luta dos trabalhadores. Era só isso, companheiros.

Mulheres bóias-frias - Barrinha, perto de Ribeirão Preto/SP (foto Nair Benedicto/F4)



O debate

QUESTÕES E ESCLARECIMENTOS ENTRE S.T.R. DE GUARIBA, FETAESP E CONTAG

José de Fátima, presidente do S.T.R. de Guariba, afirma que aceita o convite de Hélio Neves para participar do Encontro Estadual promovido pela FETAESP, no dia 21 de março. E pede maiores informações acerca de participação dos sindicatos não oficialmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho no IV Congresso de Trabalhadores Rurais.

Francisco Urbano, diretor da CONTAG esclarece que, em reunião entre a CONTAG e as Federações, ficou decidido que não haveria nenhuma restrição a sindicatos não reconhecidos. O critério estabelecido foi apenas da participação de dois representantes por sindicato. Colocou ainda a realização dos Congressos Estaduais e a discussão que tem ocorrido no Brasil inteiro sobre as teses a serem levadas ao Congresso. Recomenda que o S.T.R. de Guariba procure a FETAESP para ter acesso ao material do IV Congresso e envie seu endereço para a CONTAG.

José de Fátima agradece, afirmando que a FETAESP tem o endereço do S.T.R. de Guariba e diz sair contente deste Encontro na Paraíba por ter recebido dois convites: um da Federação e outro da Confederação.

ASPECTOS DO DEBATE

QUESTÕES MAIS DEBATIDAS

- Mobilização dos canavieiros de São Paulo
- Perspectivas para a safra 85/86
- Enquadramento sindical nas áreas de produção açucareira
- As firmas empreiteiras em São Paulo
- Sindicato e formação política dos associados

José Rodrigues, suplente da diretoria do S.T.R. de Campos, Rio de Janeiro, pede maiores esclarecimentos sobre a mobilização dos canavieiros em São Paulo e sobre as perspectivas para a safra 85/86.

José de Fátima, presidente do S.T.R. de Guariba, responde: Você perguntou da organização como fizemos por exemplo pra conseguir mobilizar a categoria na última greve de janeiro (em maio eu acho que foi bem explicado: não houve mobilização. Paramos porque a fome foi demais). Então, para mobilização de janeiro foi o seguinte: os trabalhadores sentiram que estavam com fome mais uma vez e a gente vinha fazendo um trabalho assim: chega em uma esquina conversa com um trabalhador, vai na casa de outro trabalhador, com toda diretoria do sindicato completa, vai em casa de trabalhador, conversa com os trabalhadores e começa a trocar as informações de um bairro para outro. Vendo como é as condições de um bairro. Todo mundo sabe que a condição é a mesma, mas o negócio é saber como vamos enfrentar a greve. Porque não adianta saber que o comando está passando fome e não sabe como vamos organizar pra enfrentar o piquete, pra enfrentar o cacete, pra enfrentar a bala dos patrões. Temos que ter essa organização, então a gente começa a discutir nos bairros e quando, simplesmente, os companheiros falaram: vamos pra greve amanhã! Foram pra greve. O sindicato chegou junto e já falando com os trabalhadores: "vamos para o local de assembléia" (Todo mundo já sabe lá no local onde é lá em Guariba, se tem greve todo mundo já sabe é no estádio municipal, se é de manhã é às 9:00 horas se é de tarde, é às 4:00 horas). Então, o trabalhador já está conscientizado disso aí, eles já vão pra o lugar como foi em janeiro, já redigimos uma pauta colocamos lá os itens que a gente estava reivindicando. Depois chegou as entidades de apoio como a Federação, CUT, outras entidades, como a CPT. E a gente organizou dessa maneira e conseguimos chegar até o final como já expliquei que a Federação correu os dois últimos dias de Guariba, mas não é por isso que a gente iria desanimar. A gente lutou

até o final, apanhamos e suspendemos a greve (o cacetete funcionou brutalmente como vocês puderam observar pela televisão, companheiros, policiais batendo em um trabalhador). Então, a gente suspendeu a greve. Guariba, acho eu, foi o primeiro lugar a suspender a greve por uma semana, a gente voltava à greve se os patrões não dessem o que a gente tinha reivindicado. Fizemos igual no Rio, vocês fizeram também pedindo um prazo, então demos uma semana. Em uma semana os patrões cederam em alguma coisa lá em Guariba, quer dizer, no Estado. Como eles cederam alguma coisa, então, todo mundo foi trabalhar normalmente. Foi como organizamos a luta de janeiro, foi uma coisa instantânea. A fome quando aperta o trabalhador não espera para fazer campanha e nem espera por edital. Como já disse logo mais atrás: se você ficar fazendo muito barulho na rua dizendo isso e aquilo os homens vem e se prepara. Para a próxima greve a gente já exige dos patrões (mandamos uma pauta para a Federação e mandamos algumas cartas aos patrões) corte de cana por metro, contrato de um ano. Isto para dar estabilidade no emprego, com o contrato de um ano o trabalhador vai ser contratado no início da safra, terminou a safra ele vai ter que continuar na parada porque ele tem um contrato de um ano. Se o patrão mandar embora antes de um ano vai ter que pagar a indenização. O corte de cana por metro é a maneira como o trabalhador tem de controlar o que ele ganha, porque cortando cana por metro chegou a tarde ele sabe quantos metros cortou, sabendo o preço do metro, então ele vai saber o quanto ganhou. Por tonelada ele corta e quem vem medir é o chefe, quem pesa é o chefe, quem divide lá na balança, lá no escritório é o chefe e só no fim do mês o trabalhador fica sabendo o quanto ganhou. Então o pessoal exige o corte de cana por metro e se os patrões derem a cana por metro bem e se não derem os trabalhadores de Guariba já se posicionaram: assim que começar a safra daí uns dias eles param. Simplesmente o sindicato vai chegar no dia 1.º de maio (quando vai ser celebrada uma missa lá em Guariba) então já ficou decidido: se os patrões deu, deu, se não deu vamos parar. Cabe na hora os companheiros discutir a posição se vai ficar de braços cruzados ou o que que vai se fazer. Os companheiros que tomarem decisão numa assembléia podem ser 500 pessoas, essas 500 pessoas saem de lá naquela noite comprometido, que cada um daqueles 500 companheiros vai até a casa de outros companheiros falar pra eles o que a assembléia decidiu. Um vai na casa de outro e diz: "vamos fazer isso"? "Vamos". Então o trabalhador topa a fazer tudo quando ele está passando fome. Então, acho que é isso que a gente está fazendo pra começar a nova greve se assim for necessário.

Manuel Conceição, diretor do CENTRU, coloca: Tenho duas perguntas aos companheiros de São Paulo. A primeira é como é que os companheiros, por exemplo, vêem o seguinte: nessas áreas canavieiras existem dois setores que funcionam. Um é o campo, quer dizer, lá no corte de cana e o outro é o setor que está na fábrica, na usina que fabrica lá o álcool, o açúcar, não sei mais o que. Qual o plano que vocês têm no sentido da organização desses trabalhadores que estão nas usinas? Porque se eles param também, então a força é bem maior de quando só o campo pára. Então tem uma reação muito grande que às vezes um cara fura a greve lá não sei por onde e se a usina está parada o patrão continua sendo lascarado do mesmo jeito, porque mesmo que a cana seja cortada se a usina parou, pronto. Então quer dizer, como é que vocês tão pensando sobre essa questão? Qual o plano que se tem, sobre isso lá de São Paulo? A outra pergunta é a seguinte: atualmente eu vejo falar que está se estendendo o chamado Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o trabalhador rural; eu queria

saber o seguinte, se os companheiros de São Paulo já pensaram sobre isso? O que vai representar pra os trabalhadores hoje, nessa conjuntura, esse fundo de garantia? Porque me parece que o trabalhador do campo tem uma estabilidade, não é? O fundo de garantia não era para eles, é só pra o pessoal da área urbana. E agora vejo falar que tem essa lei que vão estender esse fundo de garantia pra lá o que, na minha opinião, desestabiliza o trabalhador do campo também. Então essas duas perguntas pra os companheiros pra ver o que os companheiros tem a responder sobre isso.

Responde José de Fátima Rodrigues: Esse é o grande problema que a gente vem desenvolvendo, tentando desenvolver. Aliás a gente vem estudando uma maneira e por isso a gente resolveu na região de Ribeirão Preto criar a CUT, porque aí é uma entidade que vai apoiar toda a categoria sem divisão: o trabalhador rural, o trabalhador da indústria. Porque pensamos da seguinte maneira: se o trabalhador rural mesmo indo trabalhar, se o trabalhador da indústria (o saqueiro por exemplo) não vai ensacar o açúcar, o patrão não vai querer deixar o açúcar cair na bica lá pelo chão. Então a gente tendo uma entidade que apoia toda a categoria sem divisão de que sindicato do trabalhador rural, sindicato do saqueiro, sindicato do motorista... Então é bem por isso que a gente discute a unificação das categorias, para ter para todo mundo reivindicando o salário para toda categoria. Em Guariba, por exemplo quando o trabalhador rural pára, eles vão pra o piquete, não passa ninguém, não passa saqueiro, não passa motorista nem tratorista, não passa ninguém, nem mosquito não passa. Essa posição que eles tomam, então para toda a empresa. E por isso agora em janeiro começou dividir o movimento. O trabalhador da indústria começava a dizer: "poxa, o que nós vamos ganhar com isso? A greve está aí e nós não estamos ganhando nada com isso?" Bem, por isso a gente pretende criar muito breve, para tentar resolver essa situação, uma entidade na cidade de Guariba, na região. Uma entidade que quando tiver que reivindicar, reivindique para toda categoria em uma só vez e por isso a gente vem lutando para conseguir unificar as datas-base dos salários (...)

Responde Hélio Neves: A divergência na questão da estrutura sindical em São Paulo, ela também se coloca como no Rio. Quer dizer, aquela questão do trabalhador da cana ser enquadrado como da indústria, aquele negócio todo. Com as greves agora isso foi rompido e os sindicatos de trabalhadores rurais assumiram efetivamente de uma vez por todas, de fato e até de direito, haja visto nos acordos a representação desses trabalhadores. Daí o setor da indústria ainda estar meio estremeado, podemos assim dizer, a nível do movimento sindical. Mas já na greve de janeiro nós tivemos os primeiros passos que foram dados porque na cidade de Sertãozinho se deu uma greve conjunta: os trabalhadores rurais pararam e os trabalhadores da indústria canavieira, o pessoal do setor de alimentação, Sindicato das Indústrias de Alimentação, em Sertãozinho, aderiu à luta dos trabalhadores rurais e nós conseguimos fazer o trabalho conjunto. Em Sertãozinho a greve naquela cidade, foram unificadas as duas categorias de modo que eu acho que com alguns entendimentos e com alguma pressãozinha a nível de base, a Federação de Alimentação e o Sindicato de Alimentação, vão se juntar a essa luta e teremos condições de trabalharmos mais organizados nesse setor.

Quanto ao fundo de garantia, companheiros, o movimento sindical tem posição clara já definida de longa data e São Paulo não foge disso. Quer dizer, a Federação já está tendo a oportunidade de nos próximos

dias, possivelmente, ter uma audiência com o ministro do trabalho em São Paulo onde será colocada mais uma vez, reafirmada, a posição do movimento sindical contra o fundo de garantia, porque o movimento entende que o fundo de garantia é um negócio que atrapalha a vida do trabalhador em todos os aspectos e só entrou no Brasil (acho que muita gente sabe disso) por uma condição do capital estrangeiro que queria investir aqui em prejuízo dos trabalhadores. A nossa posição continua firme com as posições já tomadas pelo movimento sindical a nível mais global de ser radicalmente contra o fundo de garantia.

Trabalhador rural, candidato às eleições para o S.T.R. de Cuiteji, indaga dos sindicalistas paulistas se após os movimentos grevistas muitos proprietários faliram ou deixaram de plantar cana, como tem ocorrido na Paraíba.

Hélio Neves, de Araraquara, esclareceu: Isso não aconteceu. Uma única coisa que aconteceu em São Paulo, foi muito positivo para o movimento. Assim como o companheiro do Rio disse que lá tem "gatos", São Paulo também tem "gatos". E o ponto positivo para o movimento é que esses gatos-legalizados ou não em firma de mão-de-obra eles estão falindo. À medida que os trabalhadores avançam e conquistam as contratações coletivas, essas firmas empreiteiras — essas firmetas — estão falindo, estão fechando e a contratação está se dando diretamente com empresas da própria usina, das próprias fazendas. Mas ainda não se registrou nenhum caso em que o fazendeiro ou o usineiro deixou de plantar cana, deixou de cultivar sua terra em função da greve, em função do movimento dos trabalhadores o que diz respeito das propriedades ainda não mudou nada, companheiro.

Presidente do S.T.R. de Caaporã, Paraíba: O que a gente quer não é só um pedaço de terra, nem só é salário. O que a gente quer é a mudança da sociedade. E para chegar a isso, a gente tem que se preocupar com a organização e com a formação política dos trabalhadores. Eu pergunto: qual é o plano de formação política em Araraquara e Guariba?

Hélio Neves responde: Bom, companheiros especificamente em Araraquara, no sindicato do qual a gente é presidente, trava-se uma discussão, muito grande em toda base, em reuniões semanais, reuniões 3 ou 4 vezes por semana, a gente tem reuniões direto. Trava-se uma discussão em questionamentos de que sociedade nós queremos, com questionamentos desse sistema de sociedade e de qual sociedade é a mais justa pra os trabalhadores. Que tipo de organização social seria interessante aos trabalhadores? Nessa discussão toda engloba-se Reforma Agrária, engloba-se a questão do capitalismo, engloba uma série de questões que vem sendo discutida no âmbito. Vou deixar bem claro, isto é no sindicato de Araraquara, certo? A pergunta do companheiro foi referente a Araraquara eu estou respondendo referente a Araraquara. No sindicato de Araraquara essa discussão se trava. Nos outros sindicatos eu não tenho conhecimento, eu tenho a impressão de que não se trava ainda essa discussão.

José de Fátima, também responde: Bom, Guariba a gente também faz reuniões sempre, mais ou menos no nível de Araraquara. Agora a gente sempre discute a Reforma Agrária, mas não simplesmente: queremos Reforma Agrária! Tem que estudar também as maneiras de como enfrentar a Reforma Agrária. Então, pra enfrentar a Reforma Agrária sabemos que o Brasil não está preparado ainda pra isso, a gente bate em cima disso aí. Sabemos que o Brasil não está preparado pra isso

pelo ao menos na parte do Sul não está, e o por quê? Porque as terras no Sul (em Guariba, por exemplo), estão estragadas porque a cana acaba com a terra. Então pra gente conseguir a Reforma Agrária tem que ter outro governo. Primeiro tem que colocar um governo que apoia o trabalhador, que dê condições financeiras para que o trabalhador possa plantar. Não é pegar a terra e não poder plantar. Tem que lutar por um governo que vai ajudar mesmo o trabalhador a manter pelo menos a primeira plantação. A gente está vendo que lá, hoje, para surgir uma Reforma Agrária vai ter que ser na cacetada, vai ser na base da bala. Você não tem o governo do seu lado. Então primeiro vai ter que entrar um governo pra discutir e podemos discutir a Reforma Agrária. Fazer a Reforma Agrária só depois que tivermos um governo que o povo coloque ele lá — um governo comprometido com o povo, acho que seria essa decisão de Guariba. Agora, a nível de Brasil, se os trabalhadores se conscientizassem muito rápido, aí dará pra fazer a Reforma Agrária até amanhã, a hora que o trabalhador quiser porque todo mundo está com fome.

Um dos assessores do Movimento Sindical na Paraíba pergunta sobre a distribuição de cana de açúcar pelo Estado de São Paulo.

Hélio Neves, Presidente do S.T.R. de Araraquara, responde: A zona canaveira de São Paulo ela tem uma grande concentração na região de Ribeirão Preto na região de Piracicaba onde a cana dá de uma maneira mais compacta. Mas a cana — praticamente — ela atinge todo o estado, certo? Com destilaria, com o avanço do Pró-Álcool esse negócio todo, nós temos município e locais no estado que não é compacto (só cana), mas que tem uma grande produção de cana também. Daí esse número grande de sindicato atingido pela cana. O que existe no estado é um mar de cana. São grandes usinas, tem usinas por exemplo, que detêm 15 mil alqueires de cana, 18 mil alqueires de terras em cana, usinas com 6 ou 7 mil alqueires são pequenas.



Campanha salarial e a primeira greve dos canavieiros na Paraíba

Expositores:

Nivaldo Albino, presidente do S.T.R. de Caaporã - Pólo Sindical do Litoral.

Waldemar Freire da Silva, presidente do S.T.R. de Sapé - Pólo Sindical do Baixo Paraíba.

José Raimundo de Andrade, presidente do S.T.R. de Pirpirituba - Pólo Sindical do Brejo I

Cícero Leonardo Dantas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilõesinhos, Brejo II

Exposição de Nivaldo Albino, presidente do S.T.R. de Caaporã - PB

Eu vou ser breve pois não gosto muito de fazer exposição. Queria antes saudar esse Encontro como um momento importante para nós que estivemos envolvidos na Campanha Trabalhista, na greve dos canavieiros vitoriosos da Paraíba. Aqui reunidos discutindo e aprofundando, vamos tirar novas propostas de encaminhamento pela nossa luta, para a nossa próxima Campanha Salarial.

**A CAMPANHA
EM CAAPORÃ:
PREPARAÇÃO**

Bem, agora vou descer mais para o meu município. É claro que com algumas observações sobre outros porque trabalhamos juntos em um Pólo Sindical. Para informar os companheiros digo que assumimos o sindicato em julho do ano passado. Já a primeira tarefa nossa foi continuar a preparação da Campanha Salarial. A gente começou a discutir, de engenho em engenho, de fazenda em fazenda, com os trabalhadores a importância do dissídio coletivo, a importância de se deflagrar o movimento mais amplo para que a gente conseguisse ter um salário mais justo e uma condição de trabalho mais digna. Dos 28 plantadores de cana do município, nós fizemos isso em 20 propriedades onde pudemos reunir a maioria dos companheiros. Essas reuniões tinham como ponto principal: a questão do levantamento da pauta de reivindicações que os trabalhadores iam fazer aos patrões. Depois desse trabalho nós fizemos uma assembléia onde a Federação participou (que foi inclusive na quadra municipal) onde os trabalhadores aprovaram, por unanimidade, a pauta de reivindicação do município. Em seguida nós começamos a discutir o que seria a greve mesmo, como entrar?



Canavial/Paraíba,
Fevereiro de 1983
(foto Juca Martins/F4)

Desta fase lamento uma coisa. A primeira é a enrolada que a gente deu nos trabalhadores, enrolada porque nós espalhamos panfletos que não correspondiam com a realidade que a gente iria enfrentar. Nos panfletos a gente dizia que os trabalhadores iam receber a semana parada, que direção do sindicato não poderia ser ameaçada, etc. Como todos os companheiros sabem, nada disso aconteceu. Fomos ameaçados (não em Caaporã, a gente não foi, por que motivo não sei), mas em outros municípios tivemos dirigentes de sindicatos presos, trabalhadores espancados e a polícia intervindo acabando com os piquetes. Bem, voltando para o processo de deflagração da greve no município da gente, então nós tínhamos feito uma assembléia pra aprovar a pauta (ainda que não tinha o mínimo de condições financeira de arrumar transporte pra trazer os trabalhadores, pegamos o sindicato arrasado com um rombo que até hoje estamos devendo, ainda porque os companheiros que deixaram a gente arrasado). Então a gente depois de ter feito uma assembléia (com o apoio do nosso grupo de apoio que a gente formou com os companheiros que estavam interessados na campanha) então a gente partiu para discutir a melhor forma de mobilizar a maioria dos trabalhadores para deflagração da greve. Então o que é que a gente fez? A primeira coisa foi tentar passar de rua em rua, nas casas dos comerciantes, na casa dos políticos, na casa dos amigos e dizendo que ia ter greve porque os patrões não chegaram a um acordo e com isso a gente preparamos um clima para a greve no município. Na semana de preparação, "do pega pra capar", então nós discutimos, reunimos o comando de greve composto de 38 trabalhadores, mais a diretoria do sindicato e os companheiros do grupo de apoio e decidimos a melhor forma de mobilizar a maioria de gente para a deflagração de uma greve forte no município.

A DEFLAGRAÇÃO DA GREVE

Então fizemos uma assembléia no povoado pra deflagrar a greve no sábado, antes mesmo da 2.^a feira que ia começar a greve nós já tínhamos às 7:00 horas da noite deflagrado a greve num povoado chamado Retirada. Saímos de lá, fomos pra Cupicura é um outro grande povoado onde temos quase mil trabalhadores assalariados. Lá fizemos uma assembléia com 350 trabalhadores no meio da rua e deflagramos a greve, no sábado às 9 horas da noite. No domingo foi a reunião grande na sede do sindicato onde nós com uma grande quantidade de trabalhadores deflagramos a greve que já saíram nas ruas, pessoal, gritando "a greve está deflagrada!" Então foi, em síntese, foi essa a preparação que nós fizemos para a greve, durante a greve a gente foi surpreendido por algumas coisas. Primeira surpresa foi a coragem dos companheiros de participar da greve. Nós tivemos no 1.^o dia de greve 100% dos trabalhadores parados totalmente no município da gente. Conseguimos fazer um piquete central onde quando foi às 9 horas da manhã (Caaporã tem 4 km numa rua assim comprida) e nós conseguimos, de 9 horas da manhã, descer com dois mil trabalhadores na rua, na passeata de abertura da greve. Na terça-feira esse índice continua. Na quarta-feira houve uma desorientação, nós até telefonamos para a Federação altamente ameaçadas. Na terça-feira pela manhã (de manhã não, de madrugada que os nossos piquetes eram feitos a partir de 12 horas da noite porque os trabalhadores de Pernambuco lá incentivados pelos patrões, pelos empreiteiros estava furando a greve de meia-noite) então nós, depois de passar nos piquetes, de ver como é que estava a situação, eram 3 e meia da madrugada encontra-se na frente da nossa casa um carro com 4 capangas armados e o proprietário dentro. Então a gente estava mobilizado e só pelo cochicho de porta de cozinha nós se vimos com 200 trabalhadores na frente de casa de 4 hora da manhã e mandamos o cabra ir embora. Quando é mais tarde na quarta-feira, eu ligo para a Federação (o companheiro Nelson que estava lá nos apoiando da Federação do Rio Grande do Norte, ligou comigo) e a assessoria da Federação nos orienta um pouco de não incentivar muito piquete porque a greve já estava garantida. Então com isso nós prejudicamos totalmente os companheiros de Pitibú e prejudicamos nós também. Foi uma falta de uma direção mais organizada do movimento na Paraíba isso nós temos culpa, o sindicato tem culpa, assessoria da Federação tem culpa. É o conjunto que tinha culpa, porque não tiramos na linha geral nas preparações. Finalmente nós terminamos a greve com um saldo de ainda 50% dos trabalhadores ainda parados, não conseguimos por hipótese alguma parar a Destilaria Tabu porque não estávamos orientados. Eu achei importantíssimo a colocação dos companheiros de Pernambuco, ontem, onde fizeram piquete inclusive para parar os caminhões que vinham de fora. Foram canas de Pernambuco que chegaram pra que a Destilaria Tabu não parasse de moer. É por isso que estávamos defendendo com "unhas e dentes" o movimento unificado no estado de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, no próximo dissídio coletivo.

Acabada a greve eu só queria registrar algo que foi muito importante pra nós: é que quando a gente saltou na divisa que vinha de Recife pra ir para casa, então os companheiros estavam lá, uma comissão trabalhadora, soltando fogos porque já tinha ouvido tudo pelo rádio, e eu me encontro no meio da rua, no meio da cidade, é com 2000 trabalhadores que vinham numa passeata com banda de música, músicas feitas na hora na maior vibração possível e parecia um clima de vitória mesmo! Depois a gente passou uma verdadeira decepção e daí agora o que fazer? Então reunimos a diretoria do sindicato todinha fizemos uma avaliação. Em seguida reunimos o comando de greve, junto com a diretoria

FIM DA GREVE E LUTA PELO CUMPRIMENTO

e fizemos uma outra avaliação. Depois reunimos diretoria, comando de greve e os companheiros que nos prestaram assessoria (particularmente o pessoal da Universidade, o Genaro, Paulo, o pessoal aí que nos dá assessoria) reunimos todo mundo fizemos uma avaliação e tiramos algumas metas de encaminhamento. Achamos que a avaliação foi pouca e fizemos um pequeno roteiro de avaliação do movimento dentro do município, espalhamos no município e pedimos que os companheiros dessem propostas de continuidade da luta. E chegaram no dia 17 de dezembro, chegou a resposta. Fizemos uma grande assembléia do sindicato, devolvemos para os companheiros os encaminhamentos que hora por diante o sindicato ia tomar. Botamos como prioridade a cobrança do salário de cento e noventa mil e vinte e quatro cruzeiros, porque só assim os sindicatos ia ter o mínimo de respeito frente aos trabalhadores e maior força frente aos patrões e conseguimos até hoje. Em seguida todos os encaminhamentos tirados a nível de movimento sindical, a nível de comissão de canavieiros e a nível dos trabalhadores de Caaporã foi encaminhado pelo sindicato. Fizemos as circulares do que foi visto e mandamos para os proprietários, fizemos todos os encaminhamentos. E por isso e depois disso os patrões não queriam pagar. Em algumas fazendas, onde os trabalhadores estavam mais mobilizados na quinta-feira depois da greve já tinha greve de novo: parado pelo cumprimento. Temos hoje dos 26 proprietários do município nós temos 20 pagando pelo menos o salário do dissídio e uma aparência com a tabela de tarefa na limpa da cana. Agora, então, companheiros, vamos só concluir aqui para encaminhar para os outros. Então a gente entende que ou nós vamos (isso eu digo a mim mesmo e a nós sindicalistas e Federação) todo mundo junto, vamos tomar vergonha mesmo assumir essa bandeira de luta ou a gente vai ficar desmascarados pelos trabalhadores e não fazemos greve forte como fizemos esse ano. Depois disso a gente começou a fazer reflexões sobre o próprio andamento do sindicato, a própria formação dos trabalhadores, em seguida a gente pensou de que não somos eternos no movimento e que outros companheiros devem assumir a direção do seu movimento, do nosso movimento. Então estamos agora fazendo cursos de capacitação política e sindical dos trabalhadores para que a gente possa pro futuro (nós, liderança sindical) descer às bases e novas lideranças assumirem o movimento sindical.

Exposição de Waldemar Freire, presidente do S.T.R. de Sapé - PB

A gente espera realmente que este Encontro, com a experiência colocada aqui até agora, e com as que estão sendo colocadas no momento a gente possa sair deste Encontro com uma experiência melhor de como conduzir a luta pelo cumprimento aqui na Paraíba. A nossa greve, no nosso Estado, realmente não é uma luta de hoje (como foi colocado ontem), mas de alguns anos que se preparou para este momento [Interrupção]. Eu não vejo, por exemplo algumas preocupações dos companheiros com essa questão de se dizer que não se faz greve esse ano ou que os trabalhadores não acreditem mais na gente. Temos que ver a experiência colocada por Pernambuco que faz greve há 6 anos e nem tudo lá está perfeito em todos os municípios. Quer dizer, a dificuldade existe e vai existir, é claro. Agora eu acho que cabe à gente é ter o cuidado de dar aos trabalhadores o atendimento necessário ao encaminhamento da luta e fazer toda uma discussão que vai ter realmente o apoio para o encaminhamento dessa luta. Então, essas são minhas colocações, não quero tomar realmente o tempo de ninguém

e também tem que ver aí a questão de todo esse tempo que a gente já esteve aqui discutindo esses problemas mas eu acho e vejo por aí, eu acho que a gente devia ter vindo aqui com a intenção de levar desse encontro, de levar dessas experiências colocadas aqui alguma coisa nova que possa reanimar não só a direção sindical, mas os próprios trabalhadores ao encaminhamento da nossa luta pelo cumprimento aqui na Paraíba.

Exposição de José Raimundo, presidente do S.T.R. de Pirpirituba - PB

Os companheiros que me antecederam colocaram muito a questão da greve em si, o sucesso da nossa greve. Realmente, companheiros, para um movimento grevista pela primeira vez obtivemos sucesso. Mas há algumas coisas que aconteceram antes que para nós são determinantes nessa questão. Só para situar um pouco: até 64, ou na época de 62/64, o movimento dos trabalhadores, o movimento social teve um avanço muito significativo conforme o testemunho muito bem claro da nossa companheira Elizabeth Teixeira que viveu aquele período antes de 64. Com o golpe de 64 e com a implantação da ditadura militar, então foi desencadeada campanha ampla e violenta em cima dos movimentos dos trabalhadores a fim de retardar a nossa organização e o nosso avanço. Realmente, companheiros, nessa época o movimento sindical foi um dos alvos preferidos pela ditadura. Pegaram o momento do movimento sindical e o movimento dos trabalhadores enfraquecidos com o golpe para implantar uma política de assistencialismo e de desvio dos verdadeiros objetivos do nosso movimento, aí vem o FUNRURAL. Vem uma série de políticas adotadas pelo sistema através da ditadura militar desviando o movimento dos trabalhadores dos seus verdadeiros objetivos. Mas como o capitalismo, a ditadura militar é incapaz de resolver o problema dos trabalhadores, logo em seguida começa novas resistências, novas lutas da parte da classe dos trabalhadores.

Nos anos de mais ou menos 76 a 78 por aí, já começa surgir inclusive aqui no litoral resistência da parte dos camponeses pela permanência na terra. E como é do conhecimento de todos os companheiros, surgiu o caso de Mucatú, o grande conflito em torno da terra aí na fazenda Alagamar, município de Salgado de São Félix, entre outros. Houve muitos outros conflitos e resistência da parte dos posseiros na luta pela conquista da terra. Havia então no seio dos grupos interessados no avanço da luta dos trabalhadores um forte questionamento na época de 79/80 (e até hoje então) quanto à questão da luta com os assalariados que já era uma categoria que crescia. Crescia enormemente dada a expulsão dos trabalhadores do campo, das terras, e a política de desenvolvimento da cultura canavieira do nosso estado. Esse era o grande desafio para o movimento sindical, para os grupos de assessoria, para outros grupos que se interessavam pelo avanço da luta dos trabalhadores.

**LUTAS DE
RESISTÊNCIA NA
PARAÍBA**

Nesse quadro houve aqui em 79 uma pressão (aliás dois tipos de pressão) ao movimento sindical para assumirmos a luta com os assalariados. Uma pressão mais da parte da CONTAG para que o nosso movimento sindical no estado da Paraíba, através da Federação e dos sindicatos, assumisse, traçasse, levasse à prática um plano de luta, um

**ORGANIZAÇÃO DOS
ASSALARIADOS**

plano de trabalho com os assalariados. E por outro lado também havia pressão da parte dos grupos aí ligados à igreja, ligados a outras instituições de assessoria que também questionavam e pressionava de certa forma e tomaram até algumas iniciativas de trabalho com os assalariados. Por sinal em 79 houve um Encontro em Carpina (Pe) onde a Federação assume a questão do trabalho com os assalariados e em seguida reúne os dirigentes sindicais do estado da Paraíba e os dirigentes sindicais assinaram documentos se comprometendo que iam levar à prática um plano de trabalho para desenvolver junto aos assalariados um programa de luta. Ainda em 80, por outro lado, a Comissão Justiça e Paz de Campina Grande na época com a advogada Teresa Braga (a Doutora Sanny também participou), os Centros de Defesa de Direitos Humanos, a Pastoral Rural promoviam alguns encontros com trabalhadores especificamente assalariados. Em 80 houve algumas reuniões esparsas, em 81 houve 3 grandes Encontros muito significativo com um bom número de sindicatos do Brejo e esses grupos de assessoria foi (dois em Bodocongó — Campina Grande e um em Alagoa Nova). Em 82 também foram realizados mais 3 Encontros de trabalhadores assalariados que se atingia até o número de 200 trabalhadores. Nesse encontro com a participação de sindicatos e promovidos por instituições como Centro de Defesa dos Direitos Humanos, como Comissão de Justiça e Paz, Pastoral, etc. foi realizado em Serraria. Aconteceu uma coisa interessante, é que no VI Encontro começamos a fazer uma avaliação e detectamos algumas falhas e de que a mobilização dos trabalhadores até então estava sendo mais em vista dos Encontros e não de um trabalho prático a ser desenvolvido permanentemente na base. Daí, então, se tirou um plano para a região do Brejo: um roteiro de três perguntas que era para fazer um levantamento dos principais problemas dos trabalhadores, dos maiores sofrimentos dos trabalhadores, o que os trabalhadores propunham para resolver os problemas e as formas de organizações também proposta pelos trabalhadores para enfrentar os problemas. Esse plano foi assumido pelos sindicatos do Brejo e durante a avaliação, da realização da semana sindical e do 1.º de maio realizado em nosso estado por 17 sindicatos, nessa avaliação a Federação se fez presente e foi uma ocasião onde foi apresentado o plano para todas as áreas de assalariados na região do Brejo. A Federação, inclusive propôs, “porque esse plano só para o grupo de sindicato ou só para uma região de estado? por que não para todo o estado?” E conversamos e foi proposta, logo em seguida, uma reunião na FETAG onde foi colocada e discutida a questão dos assalariados e colocado plano que se tinha para a região do Brejo para ser discutido com os companheiros das demais regiões do estado. Vendo a possibilidade de acrescentar ou assumirmos aquele plano.

A COMISSÃO CANAVIEIRA DO ESTADO DA PARAÍBA

Realmente aconteceu e o movimento sindical no estado, através dos sindicatos e Federação, assumiu esse plano, essa proposta de trabalho. Na ocasião também foi eleita pelos sindicatos uma comissão que coordenaria junto à Federação o desenrolar, o desenvolvimento prático desse plano de luta que foi a Comissão Canavieira do Estado da Paraíba. Participavam dela sindicato, trabalhadores e a Federação e os grupos de apoio como SEDUP, o Centro de Orientação dos Direitos Humanos, Comissão Justiça e Paz de Campina Grande. A partir daí alguns sindicatos assumiram mais, em outros, sindicatos assumiram menos com a proposta de trabalho, atingiu-se um grande número de trabalhadores diretamente mais 2000 mil trabalhadores na área da cana tiveram oportunidade de discutir sobre seus problemas, sobre os seus sofrimentos e propor alternativa para enfrentar situação. Em seguida houve a realização do I Encontro Estadual da Zona da Cana

do Estado da Paraíba, realizado em Guarabira que contou com a participação de 126 delegados de base e mais 25 diretores de sindicatos além dos grupos de assessoria. Nesta ocasião se tirou alguns planos concretos de atacar a questão do salário, da campanha do 13.º salário, assinatura da carteira profissional do trabalho, o sítio para plantar roça (para plantar o milho e o feijão para ajudar a manter a família). Como forma assim mais concreta foi proposta pelos trabalhadores a realização de grandes assembléias nos sindicatos para discutir juntos trabalhadores, DRT *, e Federação, a questão dos direitos trabalhistas. Em todo trabalho vinha sendo feito a divulgação dos direitos trabalhistas que já tínhamos por lei. E realmente, companheiros, também pra gente foi um momento interessante porque naquele momento o movimento sindical aqui se questiona: "será que partimos pra uma campanha salarial, pra um movimento mais amplo, pra uma greve? Será que os trabalhadores aderem, confiam numa convocatória do sindicato que até então só tinha sobrevivido do assistencialismo?"

Então a realização das assembléias foi um teste e foi um exemplo muito significativo. Todas essas assembléias (houve 7 assembléias em sete sindicatos), todas essas assembléias foram em dia de semana, nenhuma no sábado e nem domingo, e todos os trabalhadores pararam suas atividades e vieram para os sindicatos discutir junto com seu sindicato, com a Federação, DRT, sobre os direitos que eles tinham já por lei e que queriam que esses direitos válidos. Isso, então foi um testemunho de que os trabalhadores estavam descontentes. E o movimento sindical propondo, convocando todos os trabalhadores aderiam ao movimento mais amplo, ao movimento mais conseqüente para uma solução dos problemas. Daí então, companheiros, foi com essas condições que nós também (um grupo de sindicato) já em 83 defendemos na reunião da Federação a deflagração do movimento grevista, da campanha salarial já em 83. Oito sindicatos votaram a favor da campanha salarial em 83, mas 14 companheiros que estavam presente na reunião votaram contrário, votaram a favor da campanha trabalhista. (Também teve o peso, o fato da CONTAG defender a proposta de campanha trabalhista e não a campanha salarial).

A CAMPANHA TRABALHISTA

Em 84 se parte para a campanha salarial com um índice surpreendente de paralisação de toda zona canavieira do estado. Foi surpreendente o índice de paralisação. Mas algumas coisas, companheiros, nos deixa a desejar. Primeiro é uma participação mais permanente, efetiva dos dirigentes sindicais, dos trabalhadores mais engajado na direção dessa luta em todos os seus momentos, não só no momento de agitar, não só no momento de ir lá na base. Mas também nas direções, nas decisões mais amplas, mais geral a respeito do encaminhamento da luta com os trabalhadores assalariados ou na luta dos trabalhadores de modo geral. Isso é uma crítica que nós levantamos, que levanto. Não para ser contra a FETAG, não para ser contra a CONTAG, mas sim no intuito de colaborar para que nós juntos, sindicatos, trabalhadores, federações e confederação possamos elaborar uma proposta mais completa, mais correta, mais participativa da parte dos trabalhadores em relação ao movimento dos trabalhadores, que é a principal força determinante em todo avanço, ao sucesso ou insucesso da nossa luta. Então, companheiros, este é o momento o que nós mais estamos desenvolvendo, estamos ajuizando as questões na justiça, as reclamações tra-

1984: A CAMPANHA SALARIAL NA PARAÍBA

* Delegacia Regional do Trabalho.

balhistas e também, por outro lado, priorizando em nosso sindicato um plano de formação sindical para que possa aparecer novas lideranças, novos trabalhadores capazes de assumir o sindicato, capaz de assumir a direção da nossa luta, em qualquer instância porque compreendemos que sem esse aspecto, sem a formação de quadro jamais iremos avançar o nosso movimento, jamais iremos fortalecer o nosso movimento e jamais teremos um movimento forte. Aí temos que aprender um pouco o que faz a classe dominante: morre um ministro, sai um ministro, no outro dia tem um pronto pra assumir. Por quê? Porque eles têm quadros formados. Por quê? porque eles são organizados. Então nós temos que nos organizar, nós temos de priorizar a formação dos nossos companheiros para que possa ter vários companheiros preparados dos qualquer instância de direção da nossa luta, companheiros.

Exposição de Cícero Leonardo, Sindicalista do Pólo Brejo II

O que eu sei dizer de uma campanha salarial realizada aqui no nosso estado, coordenada pela Federação e os sindicatos da área canavieira Brejo, e muito bem participa pelos trabalhadores e demais grupos que também participaram dessa campanha? Chegamos ao ponto em que 90% dos trabalhadores paralisaram todos as suas atividades da área canavieira fazendo greve. Passamos mais de oito dias parados e só voltamos ao trabalho quando forem julgados as decisões, as reivindicações dos trabalhadores pelo Tribunal. Pra mim essa campanha, essa greve ela teve uma grande vitória para os trabalhadores principalmente da área canavieira. Por quê? Porque primeiro se viu que os trabalhadores aprenderam como se organizar e fazer greve, acumularam muita experiência que antes eles não tinham, perderam até o medo de enfrentar os patrões e até a própria polícia. Isso a gente viu na greve, onde determinado sindicato na área do Brejo, como o caso de Cuitégi, onde o sindicato tem um número bem resumido de associados, mas na hora da greve, na hora de se fazer o paradeiro se viu um piquete com mais de 800 pessoas. Quer dizer até a própria polícia foi barrada quando passava na estrada. Quer dizer, isso foi a experiência própria do trabalhador.

A GREVE NA PARAÍBA FOI NA HORA OPORTUNA

Eu sei que um Encontro dessa natureza é muito importante, essa troca de idéia, essa experiência, porque estamos muito amadurecidos. É claro que se tem experiência de outros estados que já tem um trabalho mais efetivo. Muito embora que na prática a gente viu no estado da Paraíba apesar de todo esse trabalho que já foi dito aqui de organização, foi muito bem coordenado pela Federação, pela CONTAG e teve apoio de todo mundo, mas na prática se viu que os trabalhadores da Paraíba estavam em condição, e estão em condição, de fazer greve e fazer até com que o dissídio coletivo seja cumprido. Isto porque na prática a gente viu que os trabalhadores tiveram força e peito pra parar, enfrentar a polícia ou quem quer que seja. Então pra mim, deu pra mim entender que a greve se faz é na prática e se faz é na força de vontade do trabalhador e através da necessidade do trabalhador. Então sobre a Paraíba eu escutei, talvez eu repita, eu escutei que alguém disse que na Paraíba ainda não era hora de se fazer greve. Eu acho que foi na hora oportuna em que os trabalhadores se sentaram e decidiram de fazer uma greve. E está aí, os trabalhadores já estão tendo algum proveito através dessa greve: quando os patrões mandam os

trabalhadores ir embora, as reivindicações são feitas através da decisão que foi aprovada através do dissídio coletivo, quer seja através de acordo, ou seja na justiça, mais se cobra é de acordo com o que os trabalhadores ganharam. Então, nessa greve teve grande vitória pra os trabalhadores da Paraíba. E é com isso que eu espero que esse ano a greve vai ser muito mais forte e esse ano a gente vai fazer com que sejam cumpridas as reivindicações que os trabalhadores pediram. E não conheço também, apesar que eu não tenho muito conhecimento de tantos tempos por aí desse dissídio que já se falaram aqui (essas campanhas em Pernambuco, São Paulo por aí), mas já participei de campanha também do Rio Grande do Norte e andei, passei, dei uma passada em Pernambuco, essa história de dizer que se faz uma campanha um dissídio coletivo e 90% das reivindicações são cumpridas, eu não acredito. Andei muito lá no Rio Grande do Norte e conheço também Pernambuco e que nenhuma delas foram cumpridas assim de imediato. É cumprida na medida que os trabalhadores... na medida em que os diretores dos sindicatos têm coragem de ir pro campo mobilizar os trabalhadores forçar a barra, fazer com que seja cumprido esses direitos. Agora dizer que se fez uma campanha, que se enganou trabalhador, acredito que não. Eu acho que o trabalhador da Paraíba tinha toda consciência do que estava fazendo. Foram os trabalhadores que pararam, foram os trabalhadores que fizeram greve, foram os trabalhadores que enfrentaram a polícia. Então nós da Paraíba, eu como trabalhador, como dirigente sindical tenho a certeza que a greve na Paraíba foi feita numa hora oportuna. Era isso que eu queria esclarecer do que eu entendi da greve aqui na Paraíba.



O debate

DENÚNCIA E APELO

Companheira Penha, da diretoria do S.T.R. de Alagoa Grande denuncia que após os primeiros momentos de comoção e mobilização por ocasião da morte de Margarida Maria Alves, os sindicalistas de Alagoa Grande que vêm depondo no processo se sentem sozinhos, "como réus", sem apoio do movimento sindical e de outras entidades. Apela aos participantes do Encontro que se façam presentes, pressionando a Justiça, acompanhando o processo.

QUESTÕES MAIS DEBATIDAS

- Papel da CONTAG e FETAG na campanha salarial de 84;
- Elaboração da pauta de reivindicações em 84;
- Vantagem e desvantagens do Dissídio Coletivo Julgado pelo T.R.T.
- Perspectivas para 85.

ASPECTOS DO DEBATE

Questão colocada por Roberto, assessor do CENTRU: qual foi o papel da CONTAG e FETAG - Pb durante a greve da Paraíba?

Responde Waldemar Freire, presidente do S.T.R. de Sapé, Pb:

Da Federação e da CONTAG no movimento da greve da Paraíba... O companheiro José Raymundo (Dé) já colocou aqui muita coisa sobre a participação da Federação nos encontros realizados desde 79. A CONTAG, desde 82 e 83, vem dando sua colaboração nos encontros realizados na preparação, na troca de experiências feita com outros estados. E no ano de 83 para 84 esta participação da CONTAG foi mais efetiva no trabalho aqui desenvolvido no estado na preparação da greve e durante a greve. Realmente houve dias aqui que a gente estava com três diretores da CONTAG. Além de vários assessores, funcionários que foram distribuídos em todo o estado e que tiveram a sua participação na própria luta da greve e na preparação. Como já disse antes a CONTAG teve sempre presente em todas essas decisões e em todos esses encontros com os trabalhadores e com as lideranças sindicais. E não é só o apoio do pessoal, o apoio financeiro também. Quer dizer a CONTAG. No caso, por exemplo, um caso específico que a gente teve em Sapé que foi o acordo coletivo com a fazenda Frutos Tropicais Ltda. (Fazenda Buracão) a CONTAG participou também, até com o fundo de greve para os companheiros que pararam durante a greve dos canavieiros.

Alvaro Diniz, presidente da FETAG, complementa:

Esse outro pessoal é estritamente do abacaxi. E bom dizer especialmente pra compreensão dos que são de fora: dentro da greve dos canavieiros também teve uma greve dos abacaxizeiros que terminou em um contrato coletivo da fazenda Buracão, conhecida também como Maguary.

Questão colocada por Roberto, assessor do CENTRU: a forma como foi elaborada a pauta, foi correta?

Responde José Raymundo (Dé), presidente do S.T.R. de Pirpirituba-Pb:

Quanto a pauta quero fazer um comentário, antes de responder a pergunta de Roberto. A pauta pra mim ela foi uma pauta extensa demais com muita coisa. Muita coisa não precisava mais entrar em dissídio que eram coisas que você tem na CLT. Agora a forma como foi encaminhada a discussão da pauta, eu acho que alguns municípios houve essa discussão com os trabalhadores, desde aquela primeira vez do roteiro de três perguntas que foram feitas e já foi um embrião para se preparar essa pauta. Porém alguns companheiros não tomaram essa coisa como sua responsabilidade de preparar essa pauta. E outra coisa (que pra mim é uma crítica) é que sobre a pauta faltou a discussão mais ampla com outros companheiros de assessoria, não foi aberto a participação de outros companheiros assessores para dar as últimas pinceladas na pauta.

Intervém Dona Lourdes, presidente do S.T.R. de Borborema, Paraíba:

Minha preocupação é em cima da pauta de reivindicação. Eu vi o companheiro Nivaldo falar aqui que a pauta foi apresentada aos trabalhadores para que eles aprovassem essa pauta. Agora eu pergunto... (eu pergunto porque eu assumi a direção do sindicato depois do mês de julho já tinha um trabalho preparado que eu não participei, eu estou desatualizada com a preparação). Eu pergunto se essa pauta foi discutida nas bases com os trabalhadores? Essa pauta foi feita pelos próprios trabalhadores, apresentada propostas da boca dos próprios trabalhadores ou foi uma pauta feita pela diretoria e pela equipe de organização? Porque eu penso se a pauta saiu da boca dos trabalhadores, hoje eles tinham força pra cobrar aquilo que eles pediram de acordo com os seus problemas. Se eles hoje não encontram forças pra pedir a cobrança, pra pedir a cobrança do que foi aprovado no dissídio é porque eles desconhecem a pauta. Muitas desculpas, companheiros, mas muitos presidentes de sindicatos levaram uma tabela de reuniões pra fazer, engavetaram nos sindicatos. Nenhuma reunião foi feita na base e depois vem fazer as propostas próprias dizendo que foram os trabalhadores. Eu queria perguntar ao companheiro Nivaldo se a pauta foi feita com a participação e as propostas dos trabalhadores ou se foi feita pela equipe de organização. Porque aqui parece que tem uma coisa na tabela: é sobre a tabela de peso de carga, colocaram 170 quilos numa carga isso não foi do trabalhador da cana porque o trabalhador sabe que um burro não tem condição de carregar 170 quilos. Um burro aqui no Nordeste, só se for um elefante...

Nivaldo, presidente da S.T.R. de Caaporã, responde:

Eu queria dizer à companheira Lourdes o seguinte: o processo que eu coloquei aqui em discussão da pauta foi a do município da gente, isso a gente fez lá. Agora que eu concordo também que inclusive tem dirigente sindical que não sabia a pauta nas vésperas de fazer a greve. Eu dou um exemplo prático que tem os trabalhadores daqui que tava lá presente também: fomos pra o município vizinho depois de fazer toda mobilização no nosso, para discutir a deflagração da greve lá. Chegamos lá encontramos o sindicato aberto com as luzes apagadas e o companheiro dizendo que estava faltando energia. Aí o companheiro João de Pitibú subiu lá ligou as luzes, estava tudo com energia que era pra não fazer reunião... ele não sabia de nada da deflagração da greve. Agora esse processo ele teve um período bom, depois realmente foi mal encaminhado. No processo da pauta houve aquela reunião na Federação com alguns trabalhadores e dirigentes sindicais para discutir a pauta e formular algumas propostas. Depois como responsabilidade da doutora Sanny e doutor Reginaldo e aquele outro doutor

Edson que ficou mais responsável de preparar as justificativas jurídicas da pauta de reivindicação, o que sei é isso.

Dra. Sanny, assessora da FETAG esclarece:

Com relação à pauta de reivindicações e a tabela de tarefas o trabalho que a Federação fez foi o seguinte: recolheu todo material vindo dos sindicatos; agrupou as propostas e discutiu com um conjunto de dirigentes naquela reunião na Federação. Por exemplo a questão dos 170 quilos a gente tem arquivado na Federação como proposta, se não me falha a memória, do sindicato de Serraria que fez carga de 100 quilos, carga de 170 quilos na questão do cambitamento, no cambito. Nós até hoje temos guardado todo esse material na Federação, na assessoria. Todas as reivindicações vieram dos sindicatos nada foi criado dentro da Federação. Todo material está na Federação ainda até hoje.

Coloca ainda Nivaldo, presidente do S.T.R. de Caaporã:

Só uma coisa aqui mais. Lá em Caaporã, por exemplo, a pauta de reivindicação para ser aprovada pelos trabalhadores chegou no sindicato de 8h30 da manhã onde a assembléia era marcada pra 9h, foi muito ruim que não teve tempo pra discutir com os trabalhadores, não.

José Raymundo (Dé) presidente do S.T.R. de Pirpirituba, continua:

A pergunta ainda de Lourdes da questão da tabela quer dizer, houve uma participação dos sindicatos, houve uma discussão. Mas ficou a questão da elaboração técnica eu acho que houve falha na questão da elaboração técnica da pauta de tabela, principalmente da tabela. E que também, quer dizer, é bom a gente detectar essa questão: havia uma referência, um ponto referencial que seria as sugestões dos sindicatos, mas também na nossa pauta havia também outros pontos de referência muito forte que interferiram na elaboração da nossa pauta que era a tabela de Pernambuco e a tabela do Rio Grande do Norte. Isso nós não podemos ocultar de maneira nenhuma. E que está aí, o resultado deu nessas coisas, admitimos a falha porque assim, dessa forma, se mata até o burro, dona Lourdes, de fato.

Assessor do CENTRU pergunta a José Raymundo (Dé) sobre as consequências para o movimento dos canavieiros de não se ter chegado em acordo entre as partes e sim a um dissídio coletivo, julgado pelo tribunal.

José Raymundo, presidente do S.T.R. de Pirpirituba, responde:

Quanto às consequências das decisões não serem dos trabalhadores e sim da Justiça aí teria dois aspectos. Um primeiro aspecto seria mais um pouco negativo que seria da gente transferir a força dos trabalhadores para o legal e conseqüentemente reforça mais a força da lei do que a força dos trabalhadores. Ainda uma outra consequência é o descumprimento de modo geral (o descumprimento do dissídio coletivo, das reivindicações conquistadas que foram decididas pelo Tribunal Regional e estão no Superior Tribunal agora). Por outro lado, também tem um outro aspecto que é interessante, e que se deve explorar também, é que a força dos trabalhadores, a união, a organização e a mobilização dos trabalhadores é que forçaram ao Tribunal ceder as reivindicações dos trabalhadores. Sem esta união e sem esta organização jamais o Tribunal iria decidir favorável às reivindicações dos trabalhadores.

Luis Silva, Presidente do Sindicato de São Sebastião de Umbuzeiro:

É uma pergunta ao companheiro Waldemar: Por que foi desativada a Comissão Canavieira na época da preparação e na época da deflagração da greve?

Responde, o Presidente da S.T.R. de Sapé:

Acho que a comissão não foi desativada porque o que aconteceu foi o seguinte: a Comissão existiu durante todo o tempo, todo o trabalho só que na hora da greve, na hora das mobilizações, das assembléias e na hora da greve o pessoal começou a trabalhar mais nas suas regiões, nos seus sindicatos que na própria Comissão. Ela é formada por dirigentes sindicais e trabalhadores, então é claro que no momento do pique das assembléias e no decurso da própria greve o pessoal estava realmente cada um nos seus municípios. Passada a greve, retomadas as avaliações, reestruturados os pólos, é reestruturada a Comissão. Agora continua o trabalho com três companheiros em cada município. Então, não houve realmente desativação. Por uma circunstância do próprio movimento a Comissão deixou de se reunir. Por exemplo se tinha trabalhador de Pilões, ele não podia sair para outro município quando lá estava se dando o processo de greve.

Várias perguntas foram feitas das perspectivas para 85.

Responde, José Raymundo (Dé) de Pirpirituba:

Companheiros, nós acreditamos que para 85, um exemplo concreto é este encontro aqui. Prá nós, nós colocamos esse Encontro como um momento também de preparação para a greve de 85. A questão da organização dos delegados sindicais nos engenhos, nos sítios, nas pontas de ruas, isso também em preparação a greve de 85, para a campanha salarial 85. E para avançar o movimento de modo geral dos trabalhadores e a questão da capacitação política dos trabalhadores nas decisões, nas discussões, nas decisões do movimento grevista aqui na Paraíba e no movimento sindical nas reivindicações.

Responde, Nivaldo de Caaporã:

Só complementar a posição do companheiro é o seguinte: a preparação do próximo dissídio ela tá se dando na medida em que os companheiros dos municípios, as direções sindicais dos trabalhadores estão na luta pelo cumprimento do dissídio coletivo por esse dissídio. Essa pra mim é a base geral de uma preparação pra um dissídio mais forte no próximo ano: a gente estar hoje na luta pelo cumprimento do dissídio coletivo.

Coloca ainda, um trabalhador:

Gostaria de perguntar para o companheiro da FETAG, como a FETAG está encaminhando a luta agora para a campanha salarial sabendo que no sul do país se ganha muito mais, pelo que Hélio Neves me passou a informação do dissídio que foi mais de 81% de aumento agora, então vai atingir mais de 20.000 (vinte mil cruzeiros) aqui com 6.000 (seis mil cruzeiros) qual será o modo de encaminhar a campanha salarial agora aqui na Paraíba?

Responde, Waldemar Freire:

Bom, a gente conseguiu no dissídio 6.334 (seis mil trezentos e trinta e quatro cruzeiros) por diária ou tarefa mas há reajuste que se dá agora, em abril, onde o salário passa a onze mil e poucos cruzeiros já agora (em abril com o INPC de abril). E o encaminhamento daqui pra frente vai decorrer da discussão que se faz com os trabalhadores, com a proposta, com a preparação da nova pauta de reivindicação, quer dizer, a partir daqui até a nova deflagração da nova campanha salarial. Quer dizer que a nova discussão da tabela tem que ser preparada, realmente, de acordo com as discussões com os trabalhadores, como foi feito anteriormente.

Encerramento

Álvaro Diniz - Presidente do FETAG-Pb

Nós convidamos a nossa companheira, Elizabeth Teixeira para tomar assento, aqui na mesa, para encerrarmos com sua presença aqui na nossa mesa de trabalho (Palmas). Eu lhe dizia ontem, que daqui você iria levar um testemunho, que a luta que o seu companheiro e nosso companheiro João Pedro Teixeira implantou, ela está viva, ela não morreu. Isto porque outros João Pedro Teixeira, outros Nego Fuba como era bem conhecido, outros Pedro Fazendeiro, outras Margaridas estão nascendo. João Pedro Teixeira não ficou sozinho nessa luta que plantou. Hoje, companheira, nós estamos colhendo o fruto com gosto de sangue, com gosto amargo da luta dos primeiros companheiros. Mas a luta do trabalhador não só do Brasil, como do mundo, sempre foi essa. Comeram o pão com gosto de suor e muitas vezes com gosto de sangue. Companheira, eu não tenho palavra para lhe agradecer, a luta que você teve também, os dias difíceis que você enfrentou e que naturalmente ainda está enfrentando seguindo a pauta do teu companheiro leal. Mas companheira, leva o nosso abraço, nosso abraço de amigo e de companheiro também. Aqui estamos e iremos continuar a luta que João Pedro Teixeira implantou na cidade de Sapé, na Paraíba e no Brasil. Muito obrigado (Palmas). Agradeço aos companheiros de outros estados, que vieram prestigiar este encontro, trazer a experiência de vocês. Nosso muito obrigado e as nossas desculpas pelas nossas falhas, porque infelizmente não somos completos, e nem tampouco desejamos ser, porque nem Deus é perfeito. Ele disse: "comerás o pão com o suor do teu rosto", foi porque não queria dar de comer a nenhum filho vagabundo, aqui na terra. Muito obrigado companheiros, até a próxima!

Nota de apoio aos Agricultores de Camocim *

O movimento sindical dos trabalhadores rurais da zona canavieira da Paraíba e outros estados, a Federação dos trabalhadores na agricultura no estado da Paraíba, a CONTAG e instituições de apoio ao movimento dos trabalhadores reunidos em João Pessoa nos dias 16 e 17 de março de 1985, prestamos solidariedade aos agricultores de Camocim, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitimbu em nosso estado. São do conhecimento público o sofrimento, as ameaças e a repressão que esses agricultores vêm sofrendo por parte da Usina Tabu, com o silêncio e muitas vezes o apoio de várias autoridades. A luta dos agricultores de Camocim para terem um direito de trabalhar na terra onde moram há muitos anos vem sendo uma luta realizada sempre dentro da lei. Quem não tem cumprido a lei é a Usina Tabu. Os agricultores têm tido suas lavouras destruídas, suas casas queimadas, suas escolas derrubadas, homens, mulheres, crianças de Camocim já foram espancados por empregados e pistoleiros da Usina Tabu. A tudo isso os agricultores têm respondido com o recurso de apelar às autoridades e à justiça. Mas o que têm recebido como resposta é a continuidade das ameaças e da repressão. No último dia 14 de março capangas da Usina Tabu foram derrubar uma escola que os agricultores de Camocim estavam construindo e quando eles reclamaram os capangas passaram a atirar nos agricultores. Formou-se uma confusão muito grande e havia um tiroteio de onde saíram feridos dois capangas da Fazenda Tabu. Os agricultores agiram em legítima defesa no que nos solidarizamos totalmente com os nossos companheiros. Depois de longos anos de sofrimento e apelo aos ouvidos surdos das autoridades, a única solução foi se defender no grito do jeito que foi possível. A ganância dos patrões e a conversa mole das autoridades estão nos empurrando para essa situação. Reafirmamos nosso total e completo apoio aos companheiros de Camocim no encaminhamento de sua luta.

Nota de apoio aos agricultores do Varelo, em Araruna *

No município de Araruna foi desapropriada uma fazenda pelo INCRA. Insatisfeito, o proprietário da fazenda começou a introduzir pessoas na área para conflituarem com os legítimos possuidores da mesma. Diante da invasão de estranhos, nas suas posses, os moradores tornaram a se comunicar com o INCRA, para que ele tomasse uma solução. Mas aquele órgão — na qualidade de um novo proprietário — não deu uma solução rápida.

Segundo informação do presidente do STR daquela cidade, o INCRA enviou uma carta ao Juiz da Comarca para ele resolver a situação. O que fez aquela autoridade? Decretou prisão preventiva contra um trabalhador. Não temos conhecimento do conteúdo da carta do INCRA, nem tampouco dos fundamentos jurídicos em que se baseou o juiz para decretar a prisão. Temos só uma afirmação a fazer: não é prendendo o trabalhador que se resolve o problema dessa natureza. Por que o INCRA na qualidade de órgão do governo e de novo proprietário não resolveu o problema de melhor forma possível? Diante do exposto exigimos das autoridades, especialmente do INCRA e do judiciário, o seguinte: o afastamento dos invasores do imóvel, para que volte a tranquilidade dos mesmos. Segundo: a soltura imediata do trabalhador, pois não se trata de marginal perigoso e sim de um trabalhador que muito tem lutado pela promoção da classe em seu lugar.

* A nota foi escrita e lida por um sindicalista e aprovada pelos participantes do Encontro.

* A nota foi redigida e lida pelo advogado do STR de Araruna.

